



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING



JUDITHE GENUÍNO HENRIQUE

**A INFLUÊNCIA DA REFLEXIVIDADE VERBAL NO
PROCESSAMENTO DA ANÁFORA SE**

João Pessoa/PB
2022

JUDITHE GENUÍNO HENRIQUE

**A INFLUÊNCIA DA REFLEXIVIDADE VERBAL NO
PROCESSAMENTO DA ANÁFORA SE**

Tese apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor (a) em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise
Linguística
Linha de pesquisa: Processamento
Linguístico

Orientadora: Prof^{ta} Dr^a *Rosana Costa de Oliveira* (UFPB)

João Pessoa/PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

H519i Henrique, Judithe Genuíno.

A influência da reflexividade verbal no
processamento da anáfora se / Judithe Genuíno Henrique.
- João Pessoa, 2022.
154 f. : il.

Orientação: Rosana Costa de Oliveira.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Reflexividade verbal. 2. Anáforas. 3. Verbo. 4.
Processamento anafórico. I. Oliveira, Rosana Costa de.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 81'366.574(043)

Tese intitulada “A INFLUÊNCIA DA REFLEXIVIDADE VERBAL NO PROCESSAMENTO DA ANÁFORA SE” defendida por Judithe Genuíno Henrique em (05/04/2022), foi aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

BANCA EXAMINADORA



NOTA _____

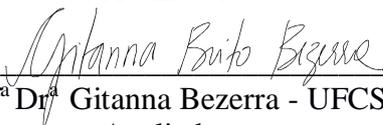
Profª Drª Rosana Costa de Oliveira - UFPB
Orientadora

NOTA _____

Profª Drª Dorothy Bezerra Silva de Brito - UFPE
Avaliador

NOTA _____

Prof. Dr. José Ferrari Neto - UFPB
Avaliador



NOTA _____

Profª Drª Gitanna Bezerra - UFCS
Avaliador

NOTA _____

Prof. Dr. Gustavo Lopez Estivalet - UFPB
Avaliador

Dedico este trabalho ao meu filho(a), que ainda está na barriga, a quem espero
disseminar o amor pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me proporcionou saúde, sabedoria e força para finalizar esta pesquisa. Estendo meus agradecimentos à minha mãe Maria, que tanto escutou meus apelos e me conduziu até aqui.

Agradeço imensamente à minha orientadora Rosana Costa, pela amizade e parceria desde 2009, quando eu ainda estava no segundo período da graduação e não sabia o que era fazer pesquisa. Sou imensamente grata à minha coorientadora Dorothy Brito, que ouviu minhas dúvidas sobre o fenômeno da reflexividade, leu textos comigo e realizou vários encontros on-line depois de um longo dia de trabalho, durante esse período de pandemia. Sem a sua ajuda, esse trabalho não seria possível.

Meus eternos agradecimentos aos professores Ferrari Neto e Márcio Leitão, por estarem sempre presentes e solícitos a qualquer dúvida que surgisse, como também na produção dos experimentos deste trabalho e na própria composição do texto. Muitíssimo obrigada!

Meus agradecimentos aos meus pais, pelo apoio incalculável, conselhos admiráveis e força. Obrigada por me mostrarem que o conhecimento é sempre o melhor caminho. Amo vocês! Agradeço também a minha irmã Maria Victória, por seu carinho, paciência, cumplicidade, admiração e seu amor incondicional diante de tudo que pretendo realizar em minha vida. Amo você!

Agradeço ao meu marido Fábio Áquila, por sempre participar dos meus experimentos, por me incentivar e acreditar no meu caminho acadêmico e por estar presente em todos os momentos de angústias e alegrias desse processo. Amo você!

Aos amigos do Laprol (Laboratório de Processamento Linguístico), meus agradecimentos pelas orientações, cumplicidade e amizade durante toda essa caminhada acadêmica, em especial a Gitanna, que abrilhantou meu trabalho e aos meus queridos(as) amigos(as): Matt, Jeff, Nathy e Flavinha, que dividiram dores, risadas, produções de artigos e muitas dúvidas durante essa caminhada acadêmica.

Sou grata também a todos os funcionários do Proling e do DLCV.

E, por fim, meus agradecimentos ao CNPQ, por financiar esta pesquisa.

RESUMO

O objetivo de pesquisa do trabalho em questão é analisar e explicar a reflexividade verbal e o seu papel no processamento da anáfora *se* a partir da realização de experimentos com falantes nativos do português brasileiro. Assumimos que a reflexividade é uma propriedade dos predicados, conforme propõe Reinhart e Reuland (1993) no âmbito da Teoria da Reflexividade. Muitos estudos, tanto na língua portuguesa, quanto em outras línguas, buscam aproximar as teorias linguísticas dos estudos psicolinguísticos. Trabalhos que envolvem processamento anafórico, na língua inglesa, como os de Nicol & Swinney (1989) e os de Oliveira et al. (2012), no português brasileiro (PB), investigaram a atuação dos princípios estruturais da Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1981) e encontraram resultados que evidenciam somente a influência de questões sintáticas no processamento das anáforas. Outros trabalhos no português brasileiro apontam tanto a influência de questões estruturais quanto da semântica do verbo na aquisição e processamento da linguagem (GROLLA, 2012; LACERDA, 2014). Dessa forma, buscamos analisar até que ponto o tipo de verbo influencia no processamento anafórico. Decidimos, para tanto, utilizar a classificação verbal para os verbos de natureza reflexiva, estabelecida no trabalho de Godoy (2012), aliados à anáfora *se*. Assim, realizamos dois testes experimentais, um *off-line* e um *on-line*. O primeiro experimento, realizado por meio da plataforma do *Google Forms*, que teve como foco verificar se a classificação estabelecida no trabalho de Godoy (2012), sobre os verbos de natureza reflexiva, seria considerada aceitável pelos falantes do PB como reflexivos, foram em direção à classificação estabelecida. O segundo experimento de leitura automonitorada foi elaborado pela plataforma *Gognition run* e aplicado de maneira *on-line*. Ele teve como objetivo verificar até que ponto o tipo de verbo influencia na leitura de sentenças anafóricas. Para tanto, utilizou-se apenas dois grupos verbais da classificação estabelecida por Godoy (2012), Verbos de Afetação e Verbos de Mudança de Estado, e três tipos de variáveis (*NULO*, *SE* e *SN*). Encontramos um efeito significativo do tipo de variável utilizada, isto é, as sentenças que apresentaram as variáveis *NULO* e *SE* obtiveram tempos de processamento mais curtos do que àquelas com o *SN*. Esses resultados nos fizeram verificar que condições com *NULO* e *SE* obtiveram praticamente os mesmos tempos de leitura, o que nos faz acreditar que nas sentenças sem o reflexivo anafórico *SE*, as sentenças também foram lidas como reflexivas. Logo, podemos afirmar que houve uma influência do tipo verbal, pois a presença desse tipo verbal fez com que a sentença fosse lida como reflexiva.

PALAVRAS-CHAVE: reflexividade; anáforas; verbos; processamento.

ABSTRACT

The aim of the research is to analyze and explain verbal reflexivity and its role in the processing of the anaphor *se*, based on experiments conducted with native speakers of Brazilian Portuguese. We assume that reflexivity is a property of predicates, as proposed by Reinhart and Reuland (1993) within the scope of the Theory of Reflexivity. Many studies, both in Portuguese and in other languages, seek to bring linguistic theories closer to psycholinguistic studies. Research that deals with anaphoric processing in the English language, such as Nicol & Swinney (1989), and those by Oliveira et al. (2012), in Brazilian Portuguese (BP), investigated the filter of the structural principles of Binding Theory (CHOMSKY, 1981) and found results that showed only the influence of syntactic factors in the processing of the anaphora. Other investigations in Brazilian Portuguese point to the influence of both structural factors and verb semantics in language acquisition and processing (GROLLA, 2012; LACERDA, 2014). Thus, we seek to analyze to what extent the type of verb influences the anaphoric processing. We decided, therefore, to use the reflexive-nature verbal classification, established by Godoy (2012), alongside the anaphora *se*. Thus, we conducted two experimental tasks, one offline and one online. The first experiment, carried out through the Google Forms platform, focused on assessing whether the classification established by Godoy (2012), on the reflexive nature of verbs, would be considered acceptable by BP speakers as reflexive. Their judgments were in accordance with the established classification. The second experiment was programmed in the Cognition.run platform and conducted online with participants. It aimed to find out to what extent the verb type influenced the reading of anaphoric sentences. For that, we used only two verbal groups from Godoy's (2012) classification, Verbs of Affection and Verbs of Change of State, and three types of variables (NULL, SE and NP). We found a significant effect of the type of the variable used, that is, sentences in the NULL and SE variables had faster processing times than those with NPs. These results indicate that the reading times between the conditions that presented NULL and SE, respectively, had, practically, the same reading times, which leads us to believe that the sentences without the anaphoric reflexive SE were also read as reflexive. Therefore, we can say that there was an influence of the verb type since the presence of this verbal type caused the sentences to be read as reflexive.

KEYWORDS: reflexivity; anaphora; verb.

LISTA DE TABELAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1: Propriedades referenciais de anáforas e pronomes..... | 46 |
| Tabela 2: Escala de marcação: a frequência dos níveis..... | 63 |
| Tabela 3: O gradiente de marcação dos níveis..... | 64 |
| Tabela 4: Taxas de comportamento para ‘se’ e ‘ele mesmo’..... | 102 |
| Tabela 5: Resumo dos principais resultados..... | 103 |
| Tabela 6: Modelo de sentenças por condição experimental..... | 109 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Quadro comparativo dos princípios da Teoria da Ligação (1986; 1995)..... | 34 |
| Quadro 2: Grupos verbais e níveis de reflexividade..... | 58 |
| Quadro 3: Quadro adaptado das classes verbais da classificação de Godoy (2012)..... | 81 |
| Quadro 4: Exemplos das sentenças utilizadas no teste..... | 112 |
| Quadro 5: Classificação Verbal do Experimento 1..... | 118 |
| Quadro 6: Classificação Verbal do Experimento 2..... | 127 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1: Comparação de todas as condições experimentais..... | 121 |
| Gráfico 2: Comparação entre as condições Verbos Agentivos (VA) e Verbos Eventivos (VE)..... | 122 |
| Gráfico 3: Comparação entre as condições Verbos de Afetação (VA) e Verbos de Movimento do tipo Acompanhar (VMoA)..... | 124 |
| Gráfico 4: Comparação entre as condições Verbos Eventivos (VE) e Verbos de Mudança de Estado (VME)..... | 125 |
| Gráfico 5: Comparação entre as condições Verbos de Mudança de Estado (VME) e Verbos de Movimento do tipo Acompanhar (VMoA)..... | 126 |
| Gráfico 6: Comparação dos tempos de leitura do segmento crítico de todas as condições experimentais..... | 131 |
| Gráfico 7: Comparação dos tempos de leitura das condições Verbos de Afetação que Aceitam a reflexividade com o Nulo (VAAN) e Verbos de Afetação que Aceitam a reflexividade com o Sintagma Nominal (VAASN)..... | 132 |
| Gráfico 8: Comparação dos tempos de leitura das condições Verbos de Afetação que Aceitam a reflexividade com o Nulo (VAAN) e Verbos de Mudança de Estado que Aceitam reflexivização com o Sintagma Nominal (VEASN)..... | 133 |
| Gráfico 9: Comparação dos tempos de leitura dos segmentos críticos das variáveis N, SE e SN (N – nulo, SE - se e SN – sintagma nominal)..... | 134 |
| Gráfico 10: Comparação dos tempos de leitura dos segmentos críticos dos Verbo de Afetação que aceita reflexivização (VAA) e Verbos Mudança de Estado que aceita reflexivização (VEA)..... | 135 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Representação arbórea da noção de c-comando..... | 19 |
| Figura 2: Representação arbórea para exemplificar o vestígio..... | 35 |
| Figura 3: Representação de verbos do tipo locatum..... | 78 |
| Figura 4: Representação de verbos do tipo location..... | 78 |
| Figura 5: Figura do Experimento 1..... | 120 |
| Figura 6: Tela inicial para preenchimento dos dados dos participantes..... | 129 |
| Figura 7: Segunda tela com as instruções do Experimento 2..... | 129 |
| Figura 8: Tela final das sentenças de prática do Experimento 2..... | 130 |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1. Objeto de pesquisa..... | 14 |
| 1. 2 As anáforas no PB..... | 16 |
| 1. 3 Propriedades reflexivas do PB..... | 21 |
| 1. 4 Questões e Hipóteses..... | 24 |
| 1. 5 Organização da tese..... | 25 |
| | |
| 2 REVISÃO TEÓRICA | 27 |
| 2.1 Teoria da Ligação (<i>Binding Theory</i>) e o Programa Minimalista (<i>Minimalist Program</i>) | 27 |
| 2. 1. 1 Teoria da Ligação - <i>Binding Theory</i> (CHOMSKY, 1981;1986)..... | 28 |
| 2. 1. 2 Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995) (<i>Minimalist Program</i>)..... | 33 |
| 2. 2 Reflexividade e Estratégias Reflexivas do PB | 36 |
| 2. 2. 1 Faltz (1985)..... | 36 |
| 2. 2. 2 Reinhart & Reuland (1993)..... | 45 |
| 2. 2. 3 Brito (2009)..... | 49 |
| 2. 2. 4 Reuland (2018)..... | 53 |
| 2. 3 Estudos sobre a classificação dos verbos | 57 |
| 2. 3. 1 Christiano (1991) e Mello (2008) | 57 |
| 2. 3. 1. 1 Christiano (1991)..... | 57 |
| 2. 3. 1. 2 Mello (2008)..... | 62 |
| 2. 3. 1. 3 Godoy (2012)..... | 65 |
| 2. 3. 1. 4 Bertolino (2013)..... | 85 |
| 2. 3. 1. 5 Menuzzi & Lobo (2015)..... | 87 |
| 2. 4 Estudos em Processamento e aquisição da Linguagem | 90 |
| 2. 4. 1 Estudos em língua inglesa | 91 |
| 2. 4. 1. 1 Nicol & Swinney (1989)..... | 91 |
| 2. 4. 1. 2 Clifton, Kennison e Albrecht (1997)..... | 92 |
| 2. 4. 1. 3 Badecker e Straub (2002)..... | 93 |
| 2. 4. 1. 4 Sturt (2003)..... | 94 |
| 2. 4. 1. 5 Kennison (2003)..... | 97 |
| 2. 4. 2 Estudos em português brasileiro | 99 |

| | |
|--------------------------------------------------------------|-----|
| 2. 4. 2. 1 Leitão, Peixoto e Santos (2008)..... | 99 |
| 2. 4. 2. 2 Grolla (2012)..... | 101 |
| 2. 4. 2. 3 Oliveira, Leitão e Henrique (2012)..... | 104 |
| 2. 4. 2. 4 Oliveira, Leitão e Araújo (2013)..... | 106 |
| 2. 4. 2. 5 Oliveira, Ferrari e Castor (2014)..... | 106 |
| 2. 4. 2. 6 Leitão et al. (2014)..... | 107 |
| 2. 4. 2. 7 Lacerda, Oliveira e Leitão (2014)..... | 108 |
| 2. 4. 2. 8 Henrique (2017)..... | 110 |
| 2. 4. 2. 9 Calaça (2017)..... | 113 |
| | |
| 3 EXPERIMENTOS | 117 |
| 3. 1 Experimento 1 | 117 |
| 3. 1. 1 Método..... | 119 |
| 3. 1. 2 Materiais..... | 120 |
| 3. 1. 3 Participantes..... | 120 |
| 3. 1. 4 Resultados e Discussão..... | 121 |
| 3. 2 Experimento 2 | 126 |
| 3. 2. 1 Método..... | 128 |
| 3. 2. 2 Materiais..... | 128 |
| 3. 2. 3 Participantes..... | 130 |
| 3. 2. 4 Resultados e Discussão..... | 131 |
| | |
| 4 DISCUSSÃO GERAL | 137 |
| | |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 139 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 141 |
| | |
| APÊNDICE | 145 |
| Apêndice 1: Frases experimentais dos experimentos 1 e 2..... | 145 |
| Apêndice 2: Termo de Livre Consentimento..... | 149 |
| | |
| ANEXO | 151 |
| Anexo: Tabelas experimentais do primeiro experimento..... | 151 |

INTRODUÇÃO

1.1 Objeto de pesquisa

Na presente tese são dois os objetos de pesquisa. O primeiro está relacionado ao âmbito linguístico, pois investiga a descrição e classificação verbal dos verbos com características reflexivas, tomando como base a classificação estabelecida por Godoy (2012). O segundo objeto de pesquisa destina-se ao âmbito psicolinguístico, uma vez que busca investigar o processamento anafórico sob a influência dos verbos de natureza reflexiva¹. Vejamos os modelos de estruturas analisadas: *O neném se acalmou com a música ontem. O neném se acalmou? O neném acalmou com a música ontem. O neném se acalmou? O neném acalmou Maria com a música ontem. O neném se acalmou?. A partir da análise das sentenças apresentadas, apostamos na premissa de que as sentenças contendo apenas verbos seriam processadas de maneira semelhante àquelas com o *se* e assim encontramos.*

As sentenças anafóricas analisadas nesse estudo buscam comprovar a influência do tipo de verbo. Assim, com o intuito de delimitar o que propomos com esses objetos de estudo, definiremos o que é assumido por nós como anáfora e como verbo de natureza reflexiva. Na literatura são muitos os conceitos para o termo ‘anáfora’. Os conceitos apresentados nas gramáticas tradicionais para as anáforas não dão conta de apresentar todas as suas características, portanto, aqui não adotaremos tais definições.

Para definir o que delimitamos como anáfora, em nosso estudo, apresentamos dois conceitos presentes na Linguística. Em princípio, descrevemos a anáfora *se* sob o olhar da Teoria de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1986), que caracteriza anáfora como sendo um elemento que necessita estar ligado em seu domínio, isto é, a anáfora no âmbito apenas sintático, em seguida delineamos a *anáfora* pela Teoria da Reflexividade (REINHART; REULAND, 1993), trazendo um novo conceito, acrescentando características semânticas à definição. Adiante, na próxima seção, elencaremos com mais detalhes as definições para a anáfora.

Resumidamente, pode-se perceber que a noção de anáfora adotada aqui é estabelecida por meio de uma relação de referência, isto é, um mesmo

¹ *Verbos de natureza reflexiva* foi a nomenclatura estabelecida nesta pesquisa para os verbos que possuem características reflexivas, conforme será explicado e exemplificado adiante.

elemento/constituente retoma outro na sentença ou no discurso, fazendo referência ao mesmo elemento no mundo, mas no âmbito restrito ao domínio sintático.

O estudo delineado neste trabalho é um desdobramento de pesquisas realizadas anteriormente sobre as propriedades de verbos de natureza reflexiva (como por exemplo: machucou, cortou, penteou) - denominamos dessa forma os verbos que possuem a proeminência de se comportarem como reflexivos em determinados arranjos sintáticos. A nomenclatura desses verbos foi questão debatida por nós em trabalhos anteriores, pois percebemos que os verbos com esse tipo de característica apareciam na literatura com diferentes nomenclaturas, ora eram descritos como “verbos reflexivos”, ora “verbos prováveis reflexivos” (GROLLA, 2012; BERTOLINO, 2013), ora como “verbos inerentemente reflexivos” (MENUZZI; LOBO, 2016), entre outras denominações. Dessa forma, decidimos atribuir uma nova nomenclatura que desse conta de todas as nuances que a questão encerra. Assim, nomeamos esses verbos de *verbos de natureza reflexiva*, sendo essa a nomenclatura adotada daqui por diante.

O ponto crucial da escolha do objeto de estudo aqui apresentado configurou-se pelo fato de estudos experimentais recentes terem comprovado a influência do tipo de verbo no processamento e aquisição de sentenças anafóricas no português brasileiro (GROLLA, 2012; BERTOLINO, 2013; LACERDA, 2014). A utilização desses verbos em estudos experimentais parecia pouco explorada no sentido de não apresentarem as características principais dos verbos de natureza reflexiva. A escolha dos verbos partia da intuição dos falantes e o mais intrigante é que, mesmo com uma classificação superficial, era possível vislumbrar sua influência no processamento de frases contendo anáforas.

Em estudos anteriores (HENRIQUE, 2016), partiu-se para a busca incessante de estudos que apresentassem uma classificação minuciosa para os verbos de natureza reflexiva, até então não classificados corretamente pelas gramáticas tradicionais e não delimitados pelos estudos em processamento, que os utilizavam sem uma descrição que abarcasse todas as suas propriedades. Inicialmente, Henrique (2016) encontrou dois trabalhos de cunho funcionalista que pareciam dar conta da classificação desse tipo verbal: Christiano (1991) e Mello (2008). As autoras apresentaram, por meio de um estudo diacrônico, vários grupos verbais dos verbos com proeminência reflexiva, esses verbos foram testados em experimentos *off-line*, mas não apresentaram resultados tão satisfatórios a ponto de se afirmar com precisão que os verbos de natureza reflexiva influenciam o processamento anafórico. Assim, a busca por trabalhos que trouxessem uma classificação mais exata para os verbos de natureza reflexiva não cessou.

Estabelecer uma classificação precisa para os verbos de natureza reflexiva no português brasileiro (doravante PB), ainda é uma questão bastante conflitante dentro dos estudos que analisam o processamento sentencial. Na literatura dos estudos em processamento, a classificação assumida para os verbos que consideramos de natureza reflexiva ainda é algo propenso a dúvidas, por isso a necessidade investigativa de encontrar trabalhos que propiciem uma classificação adequada para esse tipo verbal.

Diante do olhar gerativista que a presente pesquisa propõe, a busca por classificações verbais sob este ponto de vista foi algo essencial para os resultados encontrados aqui. Diante disso, encontramos dois estudos que trouxeram uma classificação mais elaborada para esse tipo verbal, que foram os trabalhos de Godoy (2012) e Menuzzi e Lobo (2016).

No artigo de Menuzzi e Lobo (2016), os autores classificaram os verbos de natureza reflexiva por meio da noção de papéis temáticos. Essa noção aposta no pressuposto de que a reflexividade ocorre quando há em uma sentença com dois argumentos, um atuando como agente e outro como experienciador. Já Godoy (2012) defende que a melhor forma de classificar os verbos reflexivos no PB é assumindo o que propõe a Semântica Gerativa, especificamente a decomposição semântica de predicados, que assume a reflexividade como um processo que iguala o valor denotativo de duas variáveis que denotem indivíduos na estrutura semântica de um verbo.

Diante das duas noções apresentadas para o que consideramos verbos de natureza reflexiva, decidimos adotar a classificação estabelecida no trabalho de Godoy (2012) para a realização de dois testes experimentais. A escolha pelo trabalho de Godoy (2012) deu-se pela classificação mais detalhada para esses verbos de natureza reflexiva, o que não ocorreu no trabalho de Menuzzi e Lobo (2016). Com o fito de apresentar uma classificação mais precisa para os verbos de natureza reflexiva, assim como investigar o processamento anafórico, decidimos realizar dois experimentos. O primeiro experimento foi um teste de aceitabilidade *off-line* e o segundo um teste de leitura automonitorada *on-line*, ambos realizados com falantes nativos no PB. A partir dos resultados desses testes, defendemos que essas formas verbais podem ser classificadas conforme a noção de decomposição semântica de predicados e que esse tipo de verbo influencia o processamento *on-line* de sentenças anafóricas.

1.2 As anáforas no PB

A todo momento, no uso das línguas naturais, fazemos referências para localizar o nosso discurso no mundo. Para tanto, usamos de certos artifícios denominados *referentes*. As anáforas são itens que apontam para esses referentes, já que, em sua composição, não possuem propriedades referenciais.

Para a devida compreensão da noção de anáfora utilizada nesse estudo, é imprescindível que entendamos que os delineamentos envolvidos na descrição anafórica seguem conceitos distintos. Por um lado, a linguística gerativa explica o comportamento das anáforas assumindo a noção de domínio de ligação, defendida pela Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1981; 1986), e por outro, o explica pela correferência entre os coargumentos de um dado predicado, como propõe Reinhart e Reuland (1993), por meio da Teoria da Reflexividade, que será detalhada adiante. É válido salientar que os conceitos de anáfora aqui apresentados pouco ou nada se assemelham com aqueles descritos nas gramáticas tradicionais.

A Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1981; 1986), postulada no âmbito da Teoria Gerativa, prediz e explica como ocorrem as relações de referência entre os elementos de uma dada oração. Esses elementos, que possuem potencial de referência, são denominados de DPs² e são licenciados por princípios sintáticos por meio do fenômeno da ligação. Os DPs são entidades linguísticas que possuem a propriedade de remeter a outras entidades linguísticas, como também a diferentes situações do discurso. As relações de dependência referencial de DPs existem quando há o mesmo valor referencial para o mesmo DP. Dessa forma, quando temos dois DPs com o mesmo valor referencial, eles aparecerão como expressões coindexadas. Observemos o exemplo que segue:

(1) Paulo³ falou que ele_i e Ana amam cinema.

No exemplo em (1) temos o pronome *ele* e seu antecedente, o DP *Paulo*, portando o mesmo índice, estando, portanto, coindexados. Segundo Raposo (1992), essa relação de coindexação se caracteriza pela dependência referencial, assinalada pela atribuição de um mesmo índice a itens diferentes que remetem a mesma entidade no mundo.

A Teoria da Ligação distingue os DPs em três tipos: anáforas, pronomes e expressões referenciais, e averigua descrevendo e explicando as possibilidades de distribuição desses

² Essa nomenclatura provém do inglês *Determiner Phrase* (Sintagma Determinante).

³ São índices subscritos nos elementos de uma sentença para marcar a ligação entre eles.

DPs dentro de determinados ambientes sintáticos. Dessa forma, algumas restrições são estabelecidas para a atuação desses DPs, denominadas de Princípios A, B e C.

Dentro da Teoria da Ligação, a anáfora⁴ se enquadra no primeiro princípio da teoria, denominado de Princípio A, que afirma que as anáforas devem ser ligadas dentro do seu domínio de ligação⁵, isto é, portar o mesmo índice referencial e serem c-comandadas por seu antecedente. A partir desta definição, são exemplos de anáfora os reflexivos e recíprocos como *se*, *a si mesmo*, *ele mesmo*, *ele próprio* e expressões como *um com o outro*, por exemplo. Na presente pesquisa consideraremos, apenas, as anáforas reflexivas, estritamente o *se*. O segundo princípio, o Princípio B, refere-se aos pronomes⁶, que devem ser livres no domínio sintático, ou seja, não podem estar na mesma sentença que o antecedente/referente. E o último princípio, o Princípio C, faz menção às expressões referenciais, que devem ser totalmente livres, independente do domínio sintático, pois possuem autonomia referencial. Vejamos os exemplos para cada Princípio da Teoria da Ligação:

Princípio A

(2) A Ana_i adora a si mesma_i.

Princípio B

(3) A Maria_i acha que Ana penteou ela_i com a escova preta.

Princípio C

(4) O João observou o Fábio na palestra.

No exemplo (2), temos a perfeita distribuição referencial da anáfora e seu antecedente, uma vez que *a si mesma* está ligada e c-comandada pelo seu referente *Ana*. No item (3), o pronome vincula-se ao antecedente presente em outra sentença, pois o pronome e o seu antecedente não podem estar no mesmo domínio de ligação, assim como defende a Teoria da Ligação. E, por fim, a sentença (4) apresenta gramaticalidade de acordo com o

⁴ A definição de anáfora adotada aqui não é aquela defendida pelas Gramáticas Tradicionais. Tomemos como exemplo a definição apresentada pelos gramáticos Celso Cunha & Lindley. Eles afirmam que “quando o objeto direto ou indireto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo, ele é expresso por um PRONOME REFLEXIVO” (CUNHA & CINTRA, 2013, p. 293).

⁵ Oração mínima que contém a anáfora e seu antecedente.

⁶ Na perspectiva das gramáticas tradicionais são os pronomes pessoais.

Princípio C, pois as expressões estão livres de qualquer vinculação referencial, atendendo ao que afirma a teoria.

Observemos que são duas as noções que delimitam o estudo da Teoria da ligação: a noção de ligação e a noção de C-comando.

(5) Noção de Ligação

α liga β se e somente se α c-comanda e for coindexado com β .⁷ (Tradução nossa.).

A noção de ligação é entendida a partir de duas relações. A primeira é a coindexação dos elementos de uma sentença, por meio dos índices subscritos, e a segunda é a noção de c-comando. Quando há entre os elementos de uma sentença a coindexação e o c-comando dos coargumentos de um predicado, eles estão ligados.

(6) Noção de C-comando

" α c-comanda β se e somente se β é o irmão de α ou se β é dominado pelo irmão de α ." (MIOTO; SILVA; LOPES, 2013, p. 210).

Quando afirmamos que um elemento c-comanda outro em um ambiente sintático, estamos afirmando que há uma vinculação sintática entre esses dois elementos, isto é, um dos elementos é c-comandado dominado por outro em determinado ambiente sintático, conforme podemos averiguar na figura a seguir:

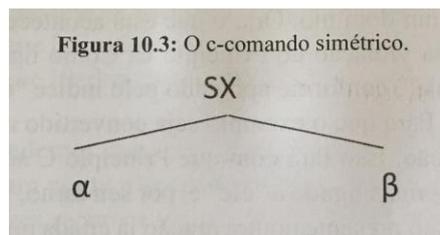


Figura 1: Representação arbórea da noção de c-comando.

Fonte: Kenedy (2013, p. 272).

Como podemos observar, a noção de c-comando se estabelece pela posição de dois elementos. Assim, quando α e β são dominados pelo mesmo nó sintático, que é o SX na

⁷ α binds β iff α c-commands and is coindexed with β . (HORNSTEIN et al. (2005).

figura 1, eles estão em uma relação de c-comando, em que α domina β . A noção de domínio pode ser entendida abaixo:

(7) Domínio

α é o domínio de β se e somente se α é o menor IP (TP) contendo β e é governado de β .⁸

Estas noções de ligação e c-comando embasam o tratamento sintático das anáforas que corresponde a um dos caminhos dos estudos linguísticos, o outro caminho percebe a anáfora dentro do conceito de correferencialidade.

Diferentemente do que defende a Teoria da Ligação sobre o comportamento anafórico, Reinhart e Reuland (1993), reanalisando o que foi proposto por Chomsky (1981;1986) predizem que as anáforas reflexivizam um predicado quando são coargumentos do mesmo predicado do seu antecedente. A essas anáforas dá-se o nome de anáforas sintáticas, pois são licenciadas sintaticamente. Isso quer dizer que, quando não temos anáforas sintáticas, a relação que se estabelece é a da correferência. Vejamos:

(8) Paulo_i feriu *ele mesmo*_i com o copo.

No exemplo apontado acima, temos um perfeito caso de anáfora sintática, uma vez que ela é coargumento do mesmo predicado do seu antecedente, ocorrendo a coindexação e, conseqüentemente, a ligação sintática. No exemplo (8) temos *Paulo* como antecedente disponível para a retomada/anáfora *ele mesmo*.

Ainda definindo anáfora, Reinhart e Reuland (1993) estabelecem um segundo tipo de anáfora, denominada de anáfora logofórica. Para este tipo de anáfora não há ligação, mas sim uma noção de correferência, posto que não há relação sintática alguma entre os coargumentos do mesmo predicado e sim uma relação de correferência⁹. Os autores afirmam que, embora as noções de ligação e de correferência sejam guiadas pela mesma teoria – Teoria da Reflexividade, a ligação só ocorre quando existe uma interpretação sintática da coindexação, o que não ocorre com a correferência, pois esta não é licenciada diretamente pela sintaxe, mas pelo discurso. Observemos abaixo o exemplo que segue:

⁸ α is the domain for β iff α is the smallest IP (TP) containing β and the governor of β . (HORNSTEIN, N. et al. (2005).

⁹ Quando falamos em correferência, estamos tratando da identidade de traços entre os elementos. Estes traços podem ser de número, de gênero ou até mesmo de caso.

(9) Paulo_i feriu [Pedro e ele mesmo]_i com o copo.

No exemplo (9) não há uma relação de ligação e sim de correferência. Neste caso não temos uma ligação entre os coargumentos de um mesmo predicado, visto que o antecedente “Paulo” não c-comanda a anáfora *ele mesmo*, mas sim *Pedro e ele mesmo*. O que contrariaria a Teoria da Ligação se faz possível na Teoria da Reflexividade, pois o que ocorre é uma relação de correferência, logo temos nesta sentença uma anáfora logofórica.

Isto posto, é possível compreender a noção de ligação para Reinhart e Reuland (1993). Caso seja permitida a coindexação dos elementos dentro de uma mesma sentença, haverá o fenômeno da ligação, mas se os elementos estiverem em sentenças diferentes temos a relação de correferência.

Diante das noções de anáfora apresentadas e do que compreendemos dos fenômenos de ligação e correferência, acreditamos que os elementos os quais nos propomos estudar se definem como as anáforas pertencentes ao princípio A da Teoria da Ligação e as anáforas sintáticas da Teoria da Reflexividade. Vejamos na próxima seção como as propriedades reflexivas presentes em determinados verbos do português brasileiro se configuram, para assim determinarmos quais propriedades permitem que um predicado seja interpretado como reflexivo e como esse tipo de predicado influencia o processamento *on-line*.

1.3 Propriedades reflexivas do PB

Nos estudos linguísticos, de modo geral, as línguas naturais são divididas, com relação as suas propriedades reflexivas, em duas grandes categorias: línguas de reflexivização sintática e línguas de reflexivização lexical.

As línguas de reflexivização lexical são caracterizadas por possuírem no seu próprio léxico palavras reflexivas, ou seja, independentemente da presença de qualquer partícula reflexivizadora, o predicado torna-se reflexivo apenas pela presença da palavra reflexivizadora. Como exemplo, temos a língua inglesa que possui em seu léxico palavras reflexivas, como o verbo *wash*. Já línguas de reflexivização sintática precisam de uma determinada estrutura sintática para que a reflexividade possa acontecer, é o caso do PB.

Canonicamente o PB é considerado uma língua de reflexivização sintática, como assumem, por exemplo, Menuzzi & Lobo (2016) e Godoy (2012), Bertolino (2013). Podemos exemplificar a reflexivização sintática no PB pela possibilidade do acoplamento

da partícula *se* a formas verbais transitivas, isto é, a união das formas *se* + *verbo transitivo* permite que o predicado ao qual estejam inseridas torne-se reflexivo. Entenderemos mais adiante como essa afirmação foi consolidada nos estudos que envolvem o fenômeno da reflexivização.

Para autores como Bertolino (2013), o fenômeno da reflexivização é compreendido pela noção de papéis temáticos que envolvem os argumentos de um predicado. No entanto, outros estudos, como os de Godoy (2012) levantam críticas a esse tipo de classificação e afirmam que o fenômeno da reflexivização é entendido através da semântica lexical, apontando as lacunas deixadas pela teoria temática.

Godoy (2012) propõe “(...) que a reflexivização é uma alternância morfossemântica em um verbo transitivo. A parte morfológica dessa alternância é a anexação do clítico *se* ao verbo, pronominalizando um de seus argumentos.” (Godoy, p. 11, 2012). Partimos dessa abordagem sobre a reflexivização e a classificação dos verbos que aceitam ser reflexivizados para desenvolver nosso estudo experimental, pelo detalhamento apontado pela autora para classificar esses verbos.

A premissa que defendemos nesse estudo é a de que o PB, embora seja uma língua de reflexivização sintática, esteja passando por um processo de gramaticalização, no qual determinados verbos, como *machucou e barbeou*, seguindo o padrão do dialeto da região de Minas Gerais, estejam portando em si mesmos a reflexividade que só seria possível com o acoplamento da partícula reflexivizadora *se*. Alguns estudos (D’ALBUQUERQUE, 1984; NUNES, 1995; MELO, 2005; PEREIRA, 2007; OLIVEIRA, 2006) descritos no trabalho psicolinguístico desenvolvido por Lacerda (2014) defendem, de modo geral, o apagamento de clíticos reflexivos em frases em que o sujeito é o agente e o paciente da sentença. Esses estudos apresentam dados que comprovam a supressão do reflexivo *se* tanto em falantes do estado de São Paulo como em falantes do estado de Minas Gerais, o que nos leva a acreditar em um processo de gramaticalização para o uso do *se*. Logo, estas evidências nos levam a presumir que o verbo esteja atuando como o reflexivizador da sentença, independentemente da realização fonética dessa partícula ou não.

Estamos considerando a hipótese, nesta pesquisa, de que os traços reflexivos presentes na anáfora *se* estejam sendo acopladas aos verbos, o que produz a reflexividade e acaba desobrigando os falantes do PB de utilizar a anáfora para marcar uma sentença reflexiva. Esse pensamento se torna coerente quando apresentarmos adiante os postulados de Faltz (1985) e Brito (2009) a respeito da reflexividade e dos reflexivos do PB, respectivamente.

É incipiente pensar que o português brasileiro seja uma língua de reflexização lexical, uma vez que os contextos em que os verbos ocorrem sozinhos, sem a partícula reflexivizadora, são restritos e dependentes de determinados arranjos sintáticos, embora em todas as ocorrências de verbos sem a partícula reflexivizadora agindo como reflexivos não seja corroborado nas gramáticas tradicionais do PB. No entanto, o que não se pode negar é que, no dialeto do estado de Minas Gerais, é possível encontrar frequentemente construções sintáticas com verbos sem a presença da partícula *se* ou qualquer outro reflexivo (*ele mesmo, a si mesmo, ele próprio*) e com sentido reflexivo¹⁰.

Um dos estudos que encontrou evidências concretas da atuação independente do verbo para marcar a reflexividade foi o trabalho psicolinguístico de Lacerda (2014). A autora analisou três tipos de sentenças em seu estudo:

(11) Ele se machucou.

(12) Ele Ø machucou.

(13) Ele machucou ele.¹¹

Conforme veremos com mais detalhes adiante, aqui observaremos os três tipos de sentenças abordadas e chamaremos atenção para a sentença 12 que costuma ser aceitável para os falantes do estado de Minas Gerais. Os resultados do estudo psicolinguístico de Lacerda (2014) corroboram a hipótese de que o PB esteja passando por um processo de gramaticalização, pois a supressão de reflexivos em sentenças que induzem a reflexividade é algo que está se tornando cada vez mais comum no falar mineiro.

No PB temos algumas exceções quando se trata de algumas palavras de cunho reflexivo. É interessante refletir que, mesmo o PB não fazendo parte da classificação de línguas de reflexividade lexical, nós temos o verbo *suicidar*, que por si só carrega consigo traços de reflexividade que não dependem da partícula reflexivizadora *se*, embora na norma culta da língua portuguesa seu uso “correto” esteja restrito ao acoplamento da partícula *se*, uma vez que ele se enquadra, na maior parte das gramáticas tradicionais, como um verbo pronominal¹². Asseguramos que verbos como *suicidar* funcionam como

¹⁰ Lacerda (2014) encontrou resultados significativos com estruturas sem a presença da partícula reflexivizadora.

¹¹ Sentenças retiradas do trabalho de Lacerda (2014).

¹² A nomenclatura e a classificação dos verbos pronominais das gramáticas tradicionais não serão utilizadas aqui, devido ao seu caráter restrito para explicar todas as nuances que esses verbos possuem. Apostamos

reflexivos, perfeitamente, sem a necessidade da partícula reflexivizadora, o que nos sugere apontar para a existência de verbos que podem atuar de forma reflexiva.

O estudo proposto surgiu da necessidade de encontrar evidências, a partir de uma classificação verbal consistente, da influência de determinados tipos verbais, como *machucou*, *penteou*, *vestiu*, no processamento da anáfora *se*, uma vez que trabalhos anteriores encontraram indícios da influência do tipo verbal (GROLA, 2012; LACERDA, 2014), mesmo diante de classificações intuitivas. Perante o exposto, defendemos que, com uma classificação mais robusta sobre os verbos de natureza reflexiva, teremos resultados significativos para a influência do tipo verbal reflexivo no processamento anafórico.

Partindo da classificação adotada por Godoy (2012), elaboramos dois testes experimentais. O primeiro foi *off-line* e o segundo *on-line*, com o intuito de investigar a influência do tipo de verbo reflexivo na leitura de sentenças anafóricas.

1.4 Questões e Hipóteses

Muitas são as questões que circundam o processamento anafórico no PB. Nesta pesquisa, decidimos investigar como ocorre o processamento de sentenças anafóricas com verbos do tipo reflexivo, nomeados aqui de *verbos de natureza reflexiva*. Diante disso, levantamos as seguintes questões:

1. As classificações verbais existentes na literatura dão conta de descrever todas as propriedades de um verbo reflexivo?
2. O tipo de verbo influencia o processamento de sentenças anafóricas?
3. O processamento anafórico com verbos de natureza reflexiva é guiado apenas por propriedades estruturais?
4. Os verbos possuem o mesmo poder de tornar um predicado reflexivo, assim como as anáforas?
5. Em qual momento do processamento sentencial anafórico o tipo de verbo influencia a decisão dos falantes?

em tomar outras nomenclaturas, pelo simples fato das características semânticas que pertencem a esse tipo de verbo não serem consideradas da melhor forma na literatura.

As questões levantadas traçam bem o perfil do nosso estudo e o caminho trilhado a respeito dos verbos considerados reflexivo no PB. Com a motivação de desvendar como a influência verbal ocorre no processamento sentencial anafórico, propomos as seguintes hipóteses para as questões levantadas:

1. Reputa-se que as classificações apresentadas (GODOY, 2012; MENUZZI E LOBO) abrangem satisfatoriamente todas as nuances presentes nos verbos reflexivos.
2. Acredita-se, com base em alguns trabalhos (GROLLA, 2012; LACERDA, 2014; HENRIQUE, 2016), que o tipo de verbo de natureza reflexiva influencia diretamente no processamento de sentenças anafóricas.
3. Aposta-se que o processamento anafórico não é guiado apenas por propriedades estruturais, mas também pela semântica do verbo, uma vez que alguns estudos em processamento já encontraram influência além da sintaxe, tanto discursivamente como semanticamente (GROLLA, 2012; LACERDA, 2014).
4. Considera-se que tanto os verbos quanto as anáforas possuem a propriedade de reflexivizar o predicado em que estejam contidos. Isso acontece pelo fato de o verbo possuir características como as anáforas.¹³
5. Julga-se que a semântica atua concomitantemente com a sintaxe no processamento sentencial, evidenciamos esse fato por acreditar que os fatores sintáticos (estrutura) e semânticos atuam no processamento de forma igualitária.

1.5 Organização da tese

A tese está organizada em cinco capítulos. O capítulo um é composto pela revisão teórica do trabalho, que está subdividido em quatro seções e suas subdivisões.

A primeira seção apresenta a noção de reflexividade no arcabouço da gramática gerativa, a princípio nos postulados da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981; 1986) e a posteriori com suas reformulações no Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995; 1999). Ainda neste capítulo, na segunda seção, é feita uma revisão dos trabalhos de Faltz (1975), Brito (2009), Reinhart e Reuland (1993) e Reuland (2018) a respeito das estratégias reflexivas e da noção de reflexividade e seus desdobramentos em algumas línguas.

¹³ Ver Reinhart & Reuland (1993) para mais detalhes.

A terceira seção do capítulo dois é dedicada a discutir alguns trabalhos (GODOY, 2012; BERTOLINO, 2013; MENUZZI E LOBO, 2015) que trouxeram, tanto para o PB quanto para outras línguas, uma classificação mais detalhada do que as gramáticas normativas apontam a respeito da classificação de verbos de natureza reflexiva.

A quarta seção do capítulo traz uma revisão teórica dos trabalhos em psicolinguística abordando questões sintáticas e semânticas a respeito do processamento e aquisição intrassentencial e interssentencial de estruturas anafóricas. Esses trabalhos foram descritos no intuito de apresentar como não são apenas questões estruturais que regem o processamento e aquisição de anáforas: muitos autores constataram a interferência de fatores discursivos e semânticos em seus estudos, o que motivou a seleção do objeto aqui estudado, isto é, a influência do verbo de natureza reflexiva.

O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos realizados neste trabalho. As sentenças experimentais são reflexivas – contendo verbos e anáforas – e sentenças não reflexivas. Os verbos utilizados nas sentenças experimentais foram retirados do trabalho de Godoy (2012). As frases foram criadas com base em experimentos anteriores realizados por Oliveira et al. (2012) e Henrique (2017). As discussões a respeito dos resultados foram desenvolvidas no capítulo quatro.

Por fim, será concluída a tese no capítulo cinco.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 TEORIA DA LIGAÇÃO (*BINDING THEORY*) E O PROGRAMA MINIMALISTA (*MINIMALIST PROGRAM*)

Diante da necessidade investigativa de analisar como o verbo é capaz de influenciar o processamento de sentenças anafóricas, neste segundo capítulo apontaremos as teorias que alicerçam essa pesquisa. Desse modo, a revisão da literatura descrita acerca do nosso objeto de estudo é delineada conforme as necessidades que surgiram no decorrer desse processo de descoberta do processamento linguístico.

É de fundamental importância entender como as relações entre verbos, anáforas e pronomes se estabelecem para que ocorra a referenciação e a reflexivização no PB. Inicialmente há dois caminhos distintos que explicam esses fenômenos na literatura. O primeiro possui um olhar sintaticista e explica as relações referenciais e o fenômeno da reflexividade por meio de princípios de ligação, deixando fatores semânticos fora da discussão. Já o segundo caminho aponta a referência e a reflexivização através do viés sintático-semântico. Para tanto, decidimos traçar um percurso que se inicia pelo olhar sintaticista de Chomsky (1981) e seus Princípios de Ligação e vai até a Teoria da Reflexividade de Reinhart & Reuland (1993), na tentativa de responder como o processamento anafórico sob a influência verbal se delinea no PB.

Na primeira seção, descrevemos a Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1981; 1986) e seus desdobramentos com o Programa Minimalista (*Program Minimalist*, 1995), a fim de apontar como uma teoria sintaticista descreve a referenciação das expressões nominais e pronominais, por meio de Princípios de Ligação. Continuamente, na segunda seção, descrevemos as estratégias reflexivas, através dos estudos de Faltz (1985) e os aspectos da anáfora *se* sob o olhar de Brito (2009). Em seguida, apresentaremos a Teoria da Reflexividade (*Reflexivity*, REINHART & REULAND, 1993), doravante R&R (1993), que explica as relações existentes dentro de um predicado por meio de novos princípios, baseados em aspectos sintáticos e semânticos. Na terceira seção relatamos os estudos sobre a classificação verbal no PB. E, por fim, apresentaremos os trabalhos em processamento e aquisição anafórica.

A partir das teorias apontadas e da descrição dos principais trabalhos em psicolinguística, acreditamos fornecer um aparato teórico consistente para a nossa hipótese de que o verbo influencia o processamento de sentenças anafóricas.

2.1.1 Teoria da Ligação - *Binding Theory* (CHOMSKY, 1981;1986)

A Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1981; 1986), desenvolvida dentro da Gramática Gerativa, especificamente na teoria de Princípios e Parâmetros (1976), formula como ocorrem as relações de referenciação das expressões nominais e pronominais no âmbito sintático da sentença, isto é, aponta como se organiza a distribuição desses elementos - nomes e pronomes - no escopo sentencial. Desse modo, Chomsky (1981) propôs três princípios que regem o comportamento sintático desses elementos, são eles:

(14) Princípios de Ligação

Princípio A – Uma anáfora deve ser presa no seu domínio de ligação.

Princípio B – Um pronome deve ser livre no seu domínio de ligação.

Princípio C – Uma expressão R – referencial deve ser livre.¹⁴

(15) Ligação

α liga β se somente se α c-comandar e for coindexado com β .

O primeiro princípio apontado por Chomsky faz menção as propriedades de distribuição das anáforas, as quais possuem exigências específicas dos locais onde podem ocorrer. São duas as exigências de ocorrência das anáforas. A primeira defende que a anáfora deve ocorrer no mesmo domínio de ligação do seu antecedente. A noção de domínio de ligação, inicialmente denominada de categoria de regência, se refere ao menor XP¹⁵ que abarca a anáfora e seu antecedente, ou seja, a menor oração que a contém.

(16) Noção de domínio de ligação - Categoria de Regência

¹⁴ Binding Principles (CHOMSKY, 1986)

A. An anaphor must be A-bound in its binding domain.

B. A pronominal must be A-free in its binding domain.

C. An R-expression must be A-free.

¹⁵ Projeção Máxima.

" β is governing category for α if and only if β is the minimal category containing α , a governor of α , and a SUBJECT accessible to α . (CHOMSKY, 1981: 220)"¹⁶.

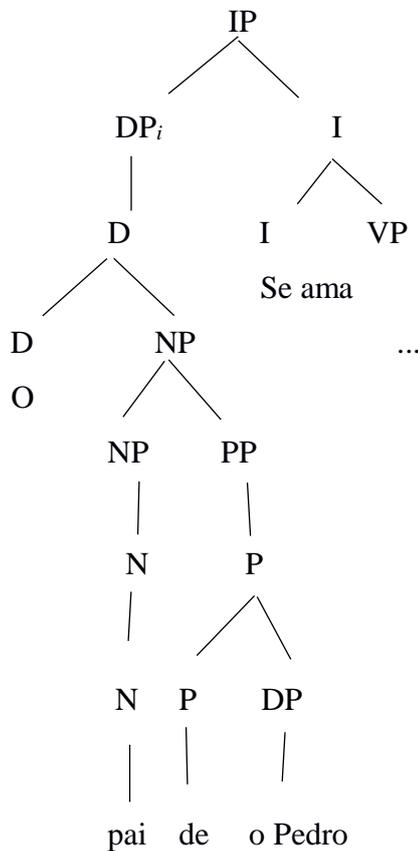
A segunda exigência de ocorrência da anáfora afirma a necessidade da anáfora ser c-comandada por um antecedente que possua o mesmo índice referencial. Assim, a noção de c-comando é entendida como o vínculo sintático entre dois constituintes.

(17) Noção de c-comando

" α c-comanda β se e somente se β é o irmão de α ou se β é dominado pelo irmão de α " (MIOTO; SILVA; LOPES, 2013: 58).

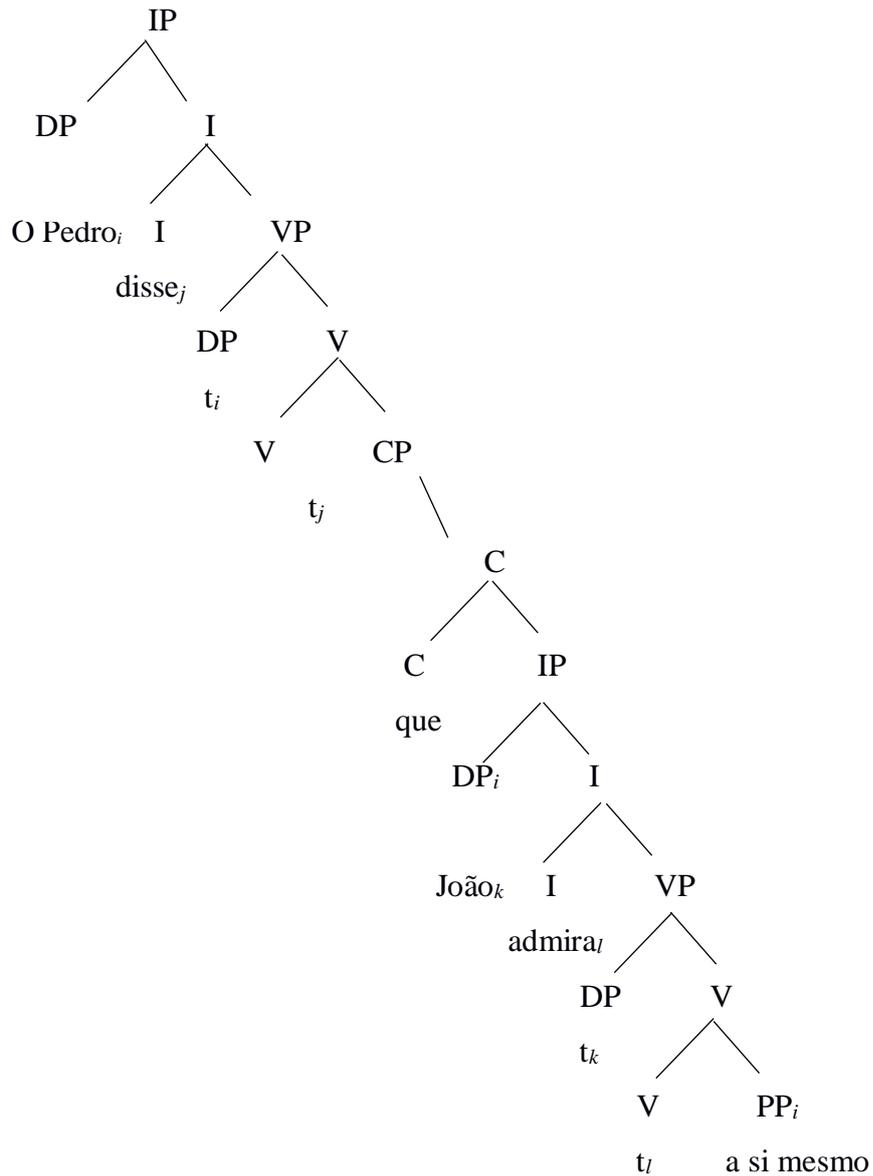
Vejamos nas sentenças abaixo e seus respectivos diagramas arbóreos a ocorrência das anáforas:

(18) a. [O pai do Pedro]_i se_i ama.



¹⁶ β é uma categoria de regência de α se e somente se β é a categoria mínima contendo α , um regente de α , e um SUJEITO acessível a α

b. O Pedro_i disse_j que João_i admira a si mesmo_i.



Nos exemplos (18a) e (18b) temos as anáforas *se* e *a si mesmo* portando o mesmo índice referencial que seus antecedentes e estando na mesma sentença, isto é, no menor XP que as contém, obedecendo a todos os critérios estabelecidos pelo Princípio A da Teoria da Ligação.

O Princípio B prediz as restrições de ocorrência dos pronomes, os quais devem estar em distribuição complementar com as anáforas, ou seja, as anáforas devem ser presas em seu domínio de ligação e os pronomes devem ser livres. Desse modo, o antecedente e o pronome não podem estar na mesma sentença. Observemos os exemplos que seguem:

(19) a. [Bruna_i acha que [Maria vestiu ela_i com a saia.]]

- b. [Bruna_i acha que [Maria_j vestiu ela_i com a saia.]]
 c. *[Bruna acha que [Maria_i vestiu ela_i com a saia.]]

O exemplo (19a) atende ao que prediz o Princípio B, pois o antecedente (Bruna) está fora do domínio de ligação do pronome (ela), sendo a sentença gramatical. A sentença (19b) exemplifica a perfeita gramaticalidade da sentença, mesmo não apresentando nenhum antecedente para o pronome (ela), uma vez que o pronome não exige a presença de um, mas se o tiver, este antecedente deve estar fora do domínio do pronome. A sentença (19c) viola o princípio, pois não se pode ter o antecedente e o pronome na mesma sentença, sendo, portanto, agramatical em termos da Teoria da Ligação.

Uma questão intrigante sobre a propriedade de distribuição das anáforas e dos pronomes, em especial, refere-se à noção de complementaridade. Chomsky (1986) defende que anáforas e pronomes devem estar em distribuição complementar: esta propriedade prediz que as posições onde as anáforas podem ocorrer não devem ser as mesmas dos pronomes, pois os ambientes sintáticos têm de ser distintos. O que resume os princípios, na ideia de que as anáforas são presas e os pronomes livres em seus domínios de ligação, como mencionado anteriormente. Embora a noção de complementaridade seja bastante nítida, alguns questionamentos são apontados por vários estudiosos da área pelo fato de termos sentenças que são gramaticais, mas que não atendem à ideia de complementaridade, como podemos averiguar abaixo:

(20) Lucie contou cinco turistas na sala além de si mesma/ela.¹⁷

Como podemos observar é violado o que propõe a Teoria da Ligação e ainda assim a sentença se mantém gramatical. A anáfora não está no mesmo domínio de ligação de seu antecedente, o que rompe com o que foi proposto anteriormente.

Esses e outros embates teóricos serão discutidos a frente por R&R (1993). Adianto que a sugestão proposta é que as anáforas não devem ser licenciadas apenas por princípios sintáticos, uma vez que estes não explicam todos os contextos em que podem ocorrer, mas que elas devem ser interpretadas a partir da ideia de argumentos. Embora não sejam coargumentos de um mesmo predicado, as anáforas como em (20) continuam sendo gramaticais nas línguas em geral. A essas anáforas dá-se o nome de anáforas de longa

¹⁷ Lucie coutend five tourist in the room apart from herself/her. Sentença retirada de Reinhart & Reuland (1993).

distância ou anáforas logofóricas, como prediz R&R (1993), esse tipo de anáfora não será abordado aqui.

Vejamos agora o Princípio C que rege as expressões-R (expressões referenciais). As expressões-R são DPs como *Ana, a menina do penteado*, por exemplo, que ocorrem livremente em quaisquer circunstâncias, não dependendo de um antecedente, pois possuem total autonomia referencial. Vejamos:

- (21) a. A Maria viu o João na balada.
 b. As meninas amam amoras.
 c. A caneta está na escrivaninha marrom.

Delineamos acima a forma como se comportam, de acordo com a Teoria da Ligação, os três tipos de DPs (anáforas, pronomes e expressões-R). Como forma de deixar mais evidente, pontuo abaixo a sumarização realizada por Mito, Silva e Lopes (2013):

Anáfora

- deve ter um antecedente, isto é, um elemento com o mesmo índice;
- este antecedente deve c-comandar a anáfora;
- este antecedente deve estar dentro de um certo domínio, chamado "categoria de regência", que depende da presença da anáfora, do regente da anáfora e de um sujeito independente da anáfora.

Pronome

- pode ter um antecedente, mas não é necessária a presença de um;
- se houver antecedente, ele não pode c-comandar o pronome dentro da sua categoria de regência, mas pode c-comandá-lo fora deste domínio;
- aparentemente, a categoria de regência se define do mesmo modo para pronomes e anáforas, dada a distribuição complementar que existe entre dois tipos de DPs.

Expressão-R

- não precisa de antecedente, porque tem autonomia referencial;
- se houver antecedente, ele não pode c-comandar a expressão-R em nenhum domínio. (MIOTO; SILVA; LOPES, 2013, p. 221).

Como podemos observar, os Princípios de Ligação são regidos por aspectos puramente sintáticos, o que nos faz ressaltar a importância de levar em consideração também os outros aspectos que afetam o falante na hora de estabelecer a referenciação e

consequentemente a reflexivização, que são os semânticos e os pragmáticos. Levaremos em consideração adiante na seção 2.1.3, especialmente, os aspectos semânticos.

2.1.2 Programa Minimalista (*Minimalist Program*, CHOMSKY, 1993; 1995)

Tendo em vista que o estudo desenvolvido aqui realiza uma aproximação do que propõe a corrente formal de língua da Gramática Gerativa e a investigação de hipóteses sobre o conhecimento linguístico da Psicolinguística Experimental, devemos entender um pouco do Programa Minimalista (1993;1995), este que tem aproximado as duas correntes nos últimos anos.

Embora sejam correntes autônomas, muitos dos estudos das últimas décadas têm relacionado com sucesso a associação existente entre elas. Na pesquisa que propomos, tomamos o modelo de língua formal adotado na Gramática Gerativa, isto é, a língua enquanto aparato biológico/inato e investigamos, através da Psicolinguística Experimental, o seu processamento *on-line*. Para tanto, faz-se necessário conhecer um pouco das mudanças que ocorreram da Teoria de Princípios e Parâmetros (1981), especificamente, na Teoria da Ligação (1981; 1986), para o Programa Minimalista.

Algumas mudanças no decorrer dos estudos realizados por Noam Chomsky ocorreram na Teoria da Ligação (1981;1986). As reformulações tiveram o intuito de minimizar e facilitar a compreensão da teoria, deixando de forma mais direta possível o que se gostaria de enfatizar nos estudos sobre os termos anafóricos e pronominais. A esse novo aporte teórico sobre as novas considerações e enxugamento da teoria de Princípios e Parâmetros (1981) nomeou-se de Programa Minimalista (1993; 1995).

Nesta seção, não apresentaremos todas as mudanças ocorridas no Programa Minimalista, mas faremos um recorte e discutiremos o que foi modificado apenas em um módulo da Teoria Gerativa, a Teoria da Ligação (1981; 1986), uma vez que o foco do nosso trabalho está em compreender de maneira mais detalhada o comportamento das anáforas e, especialmente, dos verbos reflexivos no processamento sentencial.

Assim como já defendido por Chomsky, na teoria de Princípios e Parâmetros (1981), o Programa Minimalista (1993; 1995) toma muitas das considerações teóricas defendidas na Gramática Gerativa, a principal delas é a noção de língua que permanece a mesma, isto é, a língua enquanto aparato biológico/inato, como dito anteriormente.

As principais mudanças ocorridas nos princípios da Teoria da Ligação estão relacionadas a necessidade de uma economia teórica, que procurou enxugar o que estava

sendo proposto até então e validar a teoria através do que realmente é essencial, isto é, com o mínimo de recursos possíveis.

As noções sobre os princípios da Teoria da Ligação apresentadas em Chomsky (1986, p. 220) possuem duas exigências para definir a referenciação, são elas: a coindexação e o c-comando. Com relação à noção de c-comando, nada mudou, mas a noção de coindexação perdeu a relevância, uma vez que os elementos que licenciam ou não a referenciação não utilizam mais os índices para identificar seus referenciais.

Vejamos um quadro comparativo do que foi alterado na Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1986, p. 220) e como ficou no Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, p. 100).

| TEORIA DA LIGAÇÃO – Regência e Ligação (CHOMSKY, 1986, p. 220) | TEORIA DA LIGAÇÃO – Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, p. 100) |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Princípio A: Uma anáfora é ligada na sua categoria de ligação. | Princípio A: Se α é uma anáfora, interprete-a como correferencial a um sintagma que a c-comande no seu domínio. |
| Princípio B: Um pronominal é livre na sua categoria de ligação. | Princípio B: Se α é um pronome, interprete-o como tendo referência disjunta de qualquer sintagma que o c-comande no seu domínio. |
| Princípio C: Uma expressão-R é livre. ¹⁸ | Princípio C: Se α é uma expressão-R, interprete-a como tendo referência disjunta de qualquer sintagma que a c-comande. ¹⁹ |

Quadro 1: Quadro comparativo dos princípios da Teoria da Ligação (1986; 1995).

¹⁸ Binding Principles (CHOMSKY, 1986)

- A. An anaphor must be A-bound in its binding domain.
- B. A pronominal must be A-free in its binding domain.
- C. An R-expression must be A-free.

¹⁹ Binding Principles (CHOMSKY, 1995)

- A. If α is an anaphor, interpret it as coreferential with a c-commanding phrase in D.
- b. If α is a pronoun, interpret it as disjoint from every c-commanding along the in D.
- c. If α is na r-expression, interpret it as disjoint from every c-commanding phrase.

Como pudemos observar no quadro acima, a referenciação através dos índices referenciais foi descartada, pois implicaria que os índices existiriam como elementos independentes no léxico. O que se passa a entender sobre ligação está relacionado a interpretação para a correferencialidade, ou seja, uma anáfora, um pronome ou uma expressão-R será correferencial ao sintagma que a/o c-comande, independentemente da presença ou não dos índices referenciais.

Em suma, a interpretação para a referenciação não será mais analisada com base na coindexação, mas sim na interpretação para a correferencialidade, isto é, a relação entre os traços dos elementos é que determinará a referenciação.

Outro importante enxugamento teórico ocorreu em relação a noção de vestígio. Quando pensamos na representação arbórea de uma sentença, no âmbito da Teoria Princípios e Parâmetros (1981), logo vinculamos a ideia da presença de um vestígio (t, do inglês *trace*), caso haja a necessidade de um movimento na sentença representada. O vestígio caracteriza-se como o correspondente não foneticamente realizado, ele estará na representação arbórea onde o elemento que fazia parte daquela posição foi movido para outra. Vejamos:

(22) A orquestra orquestrou a Nona Sinfonia.

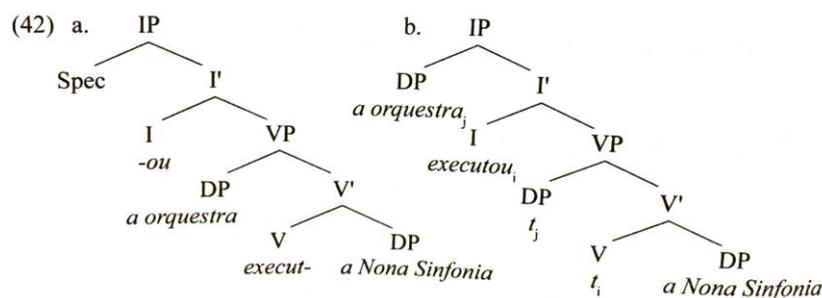


Figura 2: Representação arbórea para exemplificar o vestígio.

Fonte: Miotto (2013, p. 70).

Dentro do Programa Minimalista, já não faz mais sentido pensar no vestígio, porque o movimento, que se caracteriza pela união da operação “copiar” com a operação “mover”, possibilitou eliminar os vestígios como formativos internos à gramática. No Minimalismo, passou-se a pensar da seguinte forma: primeiramente o item é copiado, em seguida movido e, por fim, a cópia mais baixa é apagada da árvore.

Como vimos, essas foram as principais alterações do primeiro modelo apresentado na Teoria de Princípios e Parâmetros (1981), especificamente no módulo da Teoria da Ligação (1986), para o Programa Minimalista (1993;1995).

O caminho teórico apresentado até aqui visou apontar como as teorias sintáticas abrangem as construções sentenciais envolvendo anáforas. A partir de agora, apresentaremos um olhar sobre a referência e a reflexivização para além da sintaxe.

Assim, enveredaremos agora por um caminho de descrição das principais teorias que discutem sobre a reflexivização para, adiante, elencarmos alguns trabalhos que discutem tanto a classificação para os *verbos de natureza reflexiva* como para sua influência no processamento anafórico.

2. 2 Reflexividade e Estratégias Reflexivas do PB

Nesta seção teremos como objetivo investigar o que é o fenômeno da reflexividade, tomando como base os trabalhos de Faltz (1985) e Reinhart & Reuland (1993), assim como sua ocorrência em distintas línguas, com foco no seu estabelecimento no PB. Para tanto, traçaremos um caminho teórico que apresentará como o fenômeno é definido e estabelecido em algumas línguas. Além disso, apresentaremos os trabalhos de Brito (2009) e Reuland (2018) que discutem algumas propriedades dos reflexivos, com base nas teorias aqui apresentadas sobre a reflexividade.

2.2.1 Faltz (1985)

Um dos trabalhos pioneiros sobre o estudo da reflexividade é o de Faltz (1985). Nele o autor propôs desenvolver um contexto reflexivo particular que desse conta de ser examinado em qualquer língua natural. O contexto apresentado em seu estudo busca propiciar o ponto de partida para explicar quais dispositivos poderiam ser considerados reflexivos nas línguas de modo geral. Dito isso, o autor define contexto reflexivo como:

Especificamente, presumo que, em qualquer idioma, podemos isolar uma classe de cláusulas simples que expressam uma predicação de dois argumentos, sendo os argumentos um agente ou experienciador humano, por um lado, e um paciente, por outro. Tais cláusulas consistirão em um verbo, denotando o predicado, duas frases substantivas, referindo-se aos argumentos e qualquer aspecto de tempo, modo, concordância ou outro material gramatical exigido pela sintaxe. (Obviamente, uma ou ambas as frases substantivas podem ser reduzidas a um pronome ou excluídas completamente (dependendo do idioma)

se a referência for anafórica, dêitica ou não especificada.²⁰ (FALTZ, 1985, p. 3).

Como predito pelo autor, de modo geral, o contexto reflexivo diz respeito à necessidade de uma oração expressar um predicado de dois argumentos, em que teremos, por um lado, um agente ou experienciador e, por outro lado, um paciente. Essa definição nos permite afirmar que o verbo é um dos principais componentes do fenômeno em questão.

A fim de entender o funcionamento da reflexividade entre as línguas, Faltz (1985) elaborou cinco estratégias reflexivas, denominadas de: primária, média, secundária, subordinadas e NP-enfáticos. O autor afirma que diferentes línguas utilizam essas estratégias de maneiras distintas para expressar a reflexivização, isto é, determinados verbos considerados reflexivos no inglês e no russo, por exemplo, são marcados como pertencentes à estratégia média, conforme podemos observar nos exemplos (23a) e (23b) abaixo, enquanto que no francês enquadram-se como pertencentes à estratégia reflexiva primária (23c), assim como o reflexivo primário do inglês (23d) corresponde ao reflexivo secundário do francês (19e) e assim por diante. Vejamos alguns exemplos:

(23) a. John washed up.

b. Ivan moestsja.

“Ivan is washing.”

c. Jean se lave.

“Jean is washing up.”

d. Jonh_i thought about himself_i/*_j

e. Jean_i pensait à lui-même_i/*_j.²¹

²⁰ “Specifically, I assume that, given any language, we can isolate a class of simple clauses expressing a two-argument predication, the arguments being a human agent or experiencer on the one hand and a patient on the other. Such clauses will consist of a verb, denoting the predicate, two noun phrases, referring to the arguments, and any tense-aspect, modal, agreement, or other grammatical material required by the syntax. (Of course, one or both of the noun phrases may be reduced to a pronoun or deleted entirely (depending on the language) if the reference is anaphoric, deictic, or unspecified.”

²¹ a. /b. / c. John está lavando.
Johnny pensou sobre si mesmo.

Conforme vimos acima, o fenômeno da reflexividade ocorre de modo distinto nas várias línguas naturais, embora seja, como defende Faltz, um fenômeno universal. Nos exemplos apresentados em 23(a, b, c, d, e), a reflexivização ora pertence à estratégia média, ora à estratégia primária, ora à estratégia secundária, o que evidencia a ocorrência do fenômeno nas mais variadas línguas, porém em estratégias diferentes.

Veremos agora como o autor define cada estratégia reflexiva. É necessário distinguir cada estratégia para afirmarmos com mais propriedade quais são as que ocorrem no PB, bem como o que caracteriza cada uma. Dessa forma, faremos um paralelo entre as línguas exemplificadas em cada estratégia por Faltz (1985) com o PB.

Para identificar em uma língua a estratégia reflexiva primária, o autor prediz a necessidade do agente/experenciador e o paciente das cláusulas possuírem o mesmo referente. Por meio do exemplo em inglês, dado pelo autor, podemos identificar como o fenômeno ocorre, vejamos:

(24) a. John saw himself.²²

Faltz (1985) assume que, para pertencer à estratégia reflexiva primária no inglês, o sujeito e o objeto devem ser coreferentes e o objeto da frase deve ser *myself, ourselves, yourself, yourselves, himself, herself, itself, oneself, or themselves*.²³

No entanto, diferentemente do que ocorre no inglês, no PB esse tipo de marcação seria considerado uma estratégia reflexiva secundária – basicamente os reflexivos que são formados por mais de um pronome²⁴, uma vez que teríamos construções com os reflexivos: *a si mesmo(a), ele mesmo(a), ele(a) próprio(a), a si próprio(a)*, vejamos:

(25) a. Maria penteou a si mesma em frente ao espelho.

b. João viu a si próprio no programa de tv.

Como pudemos observar, a estratégia a qual o autor toma como padrão para marcar a estratégia primária no inglês não ocorre da mesma forma no PB. Levando em consideração a definição teórica para a estratégia reflexiva primária, assumimos, no PB,

²² John se viu.

²³ *Myself* (1º pessoa do singular); *ourselves* (1º pessoa do plural); *yourself* (2º pessoa do singular); *yourselves* (não sei); *himself* (3º pessoa do singular); *herself* (3º pessoa do singular); *itself* (3º pessoa do singular); *oneself* (não sei) e *themselves* (3º pessoa do singular).

²⁴ Veremos com mais detalhes ainda nesta seção.

a partir dos postulados de Brito (2009), que as sentenças produzidas com o *se* reflexivo marcam a estratégia reflexiva primária, observemos:

- (26) a. Maria machucou-se com a faca de cozinha.
b. Pedro lavou-se com água quente.

Baseado nos postulados de Reinhart & Reuland (1993), Brito (2009) assegura que a reflexividade no PB seja marcada pela presença do reflexivo *se*. A autora propõe que o *se* possui uma composição interna diferente dos demais clíticos do PB. Sua estrutura interna contém um traço semântico denominado *SELF*, que seria o responsável por uma interpretação reflexiva do predicado na Forma Lógica (LF – *Logical Form*). Por possuir o traço *SELF*, Brito (2009) defende que o *se* é um elemento *self*, sendo considerado pela autora como o verdadeiro reflexivo do PB. Adiante veremos com mais detalhes o trabalho desenvolvido pela autora.

No PB existem outros reflexivos cuja atuação é semelhante à do reflexivo *se*, como: *a si mesmo(a)*, *ele mesmo(a)*, *ele próprio(a)*, entre outros, mas como já encontrado em estudos experimentais anteriores (HENRIQUE, 2017²⁵), o *se* é considerado o marcador legítimo da reflexividade, já que os demais reflexivos, por possuírem traços de gênero, número e pessoa, restringem a reflexivização à correferência. Levando em consideração as afirmações do autor sobre o que compõe uma estratégia primária, teríamos para o PB estruturas com o reflexivo *se*, como pudemos observar nos exemplos 26(a, b).

A segunda estratégia definida pelo autor para marcar a segunda predicação reflexiva é a chamada intermediária ou média. Esta estratégia ocorre diante de dois fatores: ou quando há supressão de objetos ou quando temos um *get passive*²⁶; os dois fatores são ilustrados por meio do inglês e do russo.

A omissão de objetos é explicada pelo autor como uma estratégia que possibilita ao paciente de um predicado transitivo não ser referido. Nesse tipo de estratégia é visível a impossibilidade que alguns verbos têm de não serem reflexivos. Tomando os exemplos dados pelo autor na língua inglesa, temos verbos como: *eat*, *drink*, *read*, *write*, *paint*²⁷, *etc.* Estes verbos não podem tornar-se reflexivos, pelo fato de o foco estar na ação realizada pelo agente e não pelo paciente. Uma segunda explicação seria a de que, no caso

²⁵ Esse trabalho será visto com mais detalhes na seção 2.4.2.

²⁶ Passiva com *get*

²⁷ comer, beber, ler, escrever, pintar.

dos verbos desse tipo, a exigência semântica do próprio verbo impede de o agente e o paciente fazerem referência a mesma entidade no mundo. Entretanto, há um grupo de verbos que não necessita da presença do paciente na sentença, uma vez que ele é o mesmo que o agente. O autor prediz que poucos são os verbos que possuem a possibilidade da omissão do paciente no inglês e oferece como exemplo os verbos: *wash, shave, bater, dress, undress, etc.*²⁸

É interessante refletir que nessa estratégia é possível que a reflexividade aconteça independentemente da presença de um termo como uma anáfora, por exemplo, já que os dados foram retirados com base na língua inglesa. Canonicamente, o inglês é considerado uma língua de reflexivização no léxico, como já mencionado, por isso que se torna possível a ocorrência desse fenômeno. O PB, por sua vez, comporta-se de uma forma diferente, pois a reflexivização ocorre na sintaxe. No entanto, há determinados contextos sintáticos, como no falar do estado de Minas Gerais, em que sentenças reflexivas são produzidas sem a realização fonética de uma anáfora. Nessa região, sentenças como as apresentadas em (27a) e (27b) são totalmente possíveis, vejamos:

- (27) a. ?João barbeou.
b. ?Maria machucou.

Apesar de as sentenças causarem estranhamento em algumas variedades do PB, elas são totalmente compreensíveis para os falantes do estado de Minas Gerais. Esse é um fenômeno bastante estudado na literatura e traz conclusões interessantes no âmbito do uso da língua. Muitos autores avaliam esse tipo de estrutura como resultado de um processo de gramaticalização (GALVES, 2001a; OLIVEIRA, 2006), em que o clítico *se* foi desaparecendo com o passar dos anos.

Partindo desse pressuposto, acreditamos que o clítico *se*, embora não esteja foneticamente realizado nas sentenças, está presente nelas. Apostamos na premissa de que o *se* é o verdadeiro reflexivo no PB, logo ele apresenta o traço SELF – conforme Brito (2009). Dessa forma, o traço presente no *se* é adjungido ao verbo, o que possibilita ao predicado a reflexividade.

Assim como postulado por muitos linguistas (BERTOLINO, 2013; MENUZZI e LOBO, 1999), assumimos também a premissa de que o PB seja uma língua de reflexivização sintática, uma vez que não há verbos reflexivos no léxico. Isso nos faz corroborar que o PB não possui estruturas lexicalmente reflexivas, pois os verbos só serão

²⁸ Lavar, barbear, banhar, vestir, despir.

reflexivos na Forma Lógica, haja vista que o traço do *se* será incorporado ao verbo e, assim, ele exercerá tal função. Quando falamos aqui da incorporação do *se* aos verbos, não estamos tratando apenas da sua adjunção em sua forma foneticamente realizada, mas também da sua forma não foneticamente realizada. Investigaremos adiante, justamente, quais são os verbos que possibilitam esse caminho de apagamento do *se* no PB.

Na classificação de Faltz (1985) para o inglês, o que ocorre, segundo o autor, é que na presença de determinados tipos de verbos já é possível haver reflexividade. Vejamos o exemplo dado no inglês:

(28) John shaved.²⁹

Faltz (1985) consegue delimitar e afirmar que há determinados verbos que são reflexivos, pois possuem a possibilidade do apagamento do paciente da sentença, como também de um termo reflexivo. Veremos adiante algumas classificações mais satisfatórias para esse tipo de verbo que aqui denominamos de verbos de natureza reflexiva no PB, como já foi mencionado.

Também fazem parte da estratégia reflexiva média de Faltz (1985) construções nomeadas de *get passive*. Essas construções abrangem o *get* e o particípio passado do verbo. Vale ressaltar que não são todos os tipos de verbos que possibilitam a leitura reflexiva. Há, segundo o autor, determinados verbos que conduzem a uma interpretação reflexiva. Nesse tipo de estrutura, uma frase contendo um determinado tipo de verbo no particípio passado e o *get* possibilita a ocorrência do fenômeno da estratégia reflexiva média. Vejamos os exemplos abaixo que melhor descrevem o fenômeno abordado:

- (29) a. *John got dressed.*
 b. *John got undressed.*
 c. *Jonh got washed.*³⁰

Quando pensamos no PB, também temos estruturas passivas que conduzem a uma interpretação reflexiva, observemos:

(30) a. João ficou irritado.

²⁹ John barbeou-se.

³⁰ John vestiu-se. John despiu-se. John lavou-se.

Como visto, a passivização no PB é estabelecida por uma relação entre o argumento externo com o predicado e, mesmo não sendo a estrutura padrão para exemplificar o fenômeno da reflexividade, temos a ocorrência dele.

Passemos agora para a terceira estratégia reflexiva assumida por Faltz (1985), a secundária. Os reflexivos que fazem parte dessa estratégia são considerados NP-reflexivos. Para explicar como podemos identificar a estratégia reflexiva secundária nas línguas naturais, o autor aponta um princípio geral, que diz:

(...) se o antecedente de uma frase nominal anafórica é restrito sintaticamente a certas posições na frase, o dispositivo anafórico nessa frase nominal é um candidato a ser reflexivo secundário. Por outro lado, se o antecedente é restrito por meio de características dêiticas, conversacionais ou pragmáticas, definitivamente não é reflexivo. Assim, os demonstrativos são excluídos da consideração. (FALTZ, p. 21, 1985).³¹

Dito isso, o elemento reflexivo secundário será restrito a reflexivos NP não primários que tipicamente aparecem em NPs oblíquos na mesma sentença que seus antecedentes. Os elementos que sinalizam uma correferência do tipo reflexivo em frases substantivas oblíquas serão chamados de reflexivos secundários. Como o *-même* do francês e o *himself* do inglês. Observemos:

- (31) a. *John_i thought about him_i* *_{i/j}
 b. *Jean_i pensait à lui_i* *_{i/j}
 c. *John_i thought about himself_i* *_{i/j}
 d. *Jean_i pensait à lui-même_i* *_{i/j}³²

No PB, reflexivos como *a si mesmo(a)*, *ele(a) mesmo(a)* e *ele(a) próprio(a)* são exemplos da estratégia reflexiva secundária. Observemos:

- (32) a. José vestiu ele mesmo.
 b. José penteou a si mesmo.

Como visto, esta estratégia é marcada pela adição do *mesmo(a)* na sentença, o que a torna reflexiva.

³¹ (...) if the antecedent of an anaphoric noun phrase is restricted syntactically to certain positions in the sentence, the anaphoric device in that noun phrase is a candidate for being a secondary reflexive. On the other hand, if the antecedent is restricted by means of deictic, conversational, or pragmatic features, it definitely is not a reflexive. Thus, demonstratives are excluded from consideration.

³² Jean pensou sobre ele. Jean pensou sobre ele. John pensou sobre ele mesmo. John pensou sobre ele mesmo.

Sucintamente, a quarta estratégia reflexiva é a subordinada. Os reflexivos que possuem características da estratégia subordinada são aqueles que não podem estar na mesma sentença que seu antecedente e nunca marcam correferência sujeito-objeto. O autor afirma que nesta estratégia este operador não é um reflexivo em si, uma vez que a configuração sintática em que ele ocorre é restrita, pois necessita de pelos menos duas sentenças para que aconteça. Vejamos como essa estratégia realiza-se na língua inglesa:

(33) John told Bill that he has to go to S. F.³³

Ao compararmos com o PB, teríamos alguns problemas sintáticos se levássemos em consideração a Teoria da Ligação proposta por Chomsky (1986), em que um reflexivo anafórico precisa estar na mesma sentença que seu antecedente para marcar a reflexividade, mas se considerássemos os postulados defendidos por Reinhart & Reuland (1993), apontaríamos como um logóforo, isto é, um reflexivo que pode atuar como tal, mesmo fora da sentença de seu antecedente. Na literatura temos a anáfora logofórica e o pronome logofórico. Vejamos um exemplo na língua portuguesa para cada um dos tipos:

(34) a. Anáfora logofórica

A irmã de Maria penteou Lívia e ela mesma com a escova da sua avó.

b. Pronome logofórico

A irmã de Maria penteou Lívia e ela com a escova da sua avó.

A quinta e última estratégia reflexiva é chamada de NP-enfático. Nessa estratégia, os reflexivos são usados para enfatizar frases substantivas. Extraímos dois exemplos que expõem de maneira nítida o uso desse tipo de construção. Os exemplos abaixo, utilizados por Faltz (1985), estão em hebraico moderno e em turco, nas duas línguas há reflexivos que dão ênfase ao substantivo. Vejamos:

(35) a. Em hebraico moderno

Moše acmo raa et Šaul.

Moshe REFL+3MSGP0SS see+PAST ACC Shaul

"Moshe himself saw Shaul."

b. Em turco

biz kendimiz öyle bir vaziyeti beğenmezdik.

³³ John falou que Bill que tem que ir.

1PL+NOM SELF+1PLPOSS such one situation like+AORNEG+IPL

*"We ourselves would not like such a situation."*³⁴

No PB, esse tipo de construção não parece ser tão familiar, embora seja possível. A relação que é estabelecida para dar ênfase com o substantivo não é algo usual no PB.

(36) João ele mesmo viu Pedro.

Como visto, a reflexividade é um fenômeno complexo que merece ainda muitos olhares para as nuances que encerram o assunto. Faltz (1985) descreve e elabora estratégias consistentes a respeito do fenômeno investigado e traz considerações relevantes para a delimitação do que podemos considerar como fenômeno da reflexividade. O trabalho também permitiu que fizéssemos um paralelo com o PB, apontado quais estratégias ocorrem na nossa língua, nos possibilitando averiguar mais a fundo como o fenômeno da reflexivização delinea-se no PB.

Outro trabalho preponderante sobre o estudo do fenômeno da reflexividade é o de Reinhart & Reuland (1993). Nele os autores fizeram algumas críticas a respeito de como considerar uma sentença reflexiva. Isso se deu como contraposta à abordagem sintaticista de Noam Chomsky apontada na época.

Nos estudos realizados por Chomsky (1981), as questões relacionadas à reflexividade eram encaradas do ponto de vista apenas sintático e a semântica era desconsiderada, uma vez que o olhar do autor estava voltado para questões estruturais. A reflexividade foi encarada por Chomsky (1981), inicialmente, através da posição sintática dos elementos. Em contrapartida Reinhart & Reuland (1993) trouxeram uma nova reformulação para a Teoria da Ligação (1986), até então dominante na época. Veremos com mais detalhes adiante como os autores reformularam os princípios postulados por Chomsky (1981;1986) e adicionaram a semântica a sua teoria.

³⁴ a. "O próprio Moshe viu Shaul." João ele mesmo viu Pedro.

b. "Nós mesmos não gostaríamos de tal situação."

2.2.2 Reinhart & Reuland (1993)

Diante da necessidade de responder os impasses teóricos deixados pela Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1981), a Teoria da Reflexividade (R&R, 1993) surge com o intuito de abarcar as nuances que encerram as questões estruturais das anáforas e pronomes. Além de apontarem a urgência de uma reformulação dos Princípios A e B, da Teoria da Ligação, os autores ressaltaram a inconsistência da noção de complementaridade e a relevante distinção entre o fenômeno da ligação e da correferência.

Para solucionar tais questões, os autores assumem que o fenômeno da reflexivização envolve o predicado como um todo, isto significa dizer que o verbo estabelece papel fundamental nessa abordagem, e não apenas os nominais, considerando primordialmente os aspectos semânticos das línguas.

R&R (1993) reformulam a categorização das expressões anafóricas lexicais em: pronomes, que são projetados como DPs, e anáforas, que são classificadas em dois tipos: locais e de longa distância. São consideradas anáforas locais e complexas as anáforas SELF, as quais não possuem especificação de traços ϕ (pessoa, número e gênero). Já as anáforas SE fazem parte das anáforas de longa distância e são classificadas como anáforas simples.

De acordo com Brito (2009), o morfema SELF tem como principal característica a de não possuir propriedades referencias, isto é, os traços de pessoa, número e gênero, que na maioria dos casos estão presentes no elemento pronominal ao qual se combina. Essa propriedade está intimamente relacionada a sua estrutura interna, que diverge dos pronomes e anáforas SE. É possível observar tal composição quando analisamos a estrutura interna das anáforas (SELF e SE) e dos pronomes, propostos por R&R (1993).

Segundo R&R (1993), os pronomes possuem traços como gênero, número e pessoa e podem ocorrer em posições de sujeito. Vejamos sua estrutura interna:

(37) [NP Pron [N '... e...]]

As anáforas de longa distância – também denominadas de anáforas SE – possuem estrutura interna idêntica à dos pronomes e, portanto, possuem a mesma organização, examinemos:

(38) [NP SE [N '... e...]]

Mesmo possuindo a mesma estrutura interna, as anáforas SE não possuem os traços de gênero, número e pessoa, dessa forma não podem ser usadas de forma independente, de modo que não haja um antecedente ao qual referir-se. É justamente essa característica que as torna uma anáfora e a difere de um pronome.

As anáforas SELF são isentas de traços de número, gênero e pessoa, podendo se combinar com um elemento pronominal ou outra anáfora SE para garantir sua referencialidade, assim também como afirmado por Brito (2011). Analisemos:

(39) [NP Pron / SE [N 'self]]

Diante da formação da estrutura interna dos elementos referenciais, observamos que os pronomes e as anáforas SE se identificam pelo fato de não reflexivizarem o predicado ao qual estejam contidos, e as anáforas SE e anáforas SELF se assemelham pela dependência referencial. Dessa forma, R&R (1993) projetam uma tabela que ilustra como as expressões lexicais se comportam quanto a sua referencialidade e reflexivização:

| | <i>SELF</i> | <i>SE</i> | <i>Pronoun</i> |
|-----------------------------------|-------------|-----------|----------------|
| <i>Reflexivizing</i> | + | - | - |
| <i>R(eferential independence)</i> | - | - | + |

Tabela 1: Propriedades referenciais de anáforas e pronomes.

Fonte: Reinhart & Reuland (1993, p. 659).

Como podemos averiguar na tabela ilustrada acima, as anáforas SELF possuem a propriedade de reflexivizar o predicado no qual estejam contidas, embora não tenham independência referencial. O que diverge das anáforas SE, que tanto não podem reflexivizar um predicado, como não possuem independência referencial, o que se explica pelo fato de esse tipo de anáfora ser apenas uma marca para predicados inerentemente reflexivos. Já os pronomes possuem independência referencial, pela presença dos traços de pessoa, gênero e número, mas não são capazes de reflexivizar o predicado.

Os dois tipos de anáforas descritas no estudo de R&R (1993) são passíveis de interpretação discursiva, o que significa dizer que as anáforas podem ocorrer fora do seu domínio de ligação (falando aqui de domínio nos termos de Chomsky (1981)), isto é, podem atuar localmente ou em longa distância e mesmo assim serem gramaticais. Como

já mencionado, a anáfora de longa distância dá-se o nome de anáfora logofórica, a qual não será estudada aqui, mas se faz importante para explicarmos as críticas feitas à Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981).

Afirmar que uma anáfora só se torna gramatical na presença de seu antecedente dentro do seu domínio de ligação é bastante restrito para a variedade de contraexemplos que encontramos nas várias línguas naturais. A anáfora logofórica é um exemplo claro da perfeita gramaticalidade de seus usos, independentemente de seu antecedente estar no mesmo domínio ou não. Logo abaixo, podemos verificar os exemplos de anáfora sintática e anáfora logofórica propostos por Foraker (2003 *apud* SOUZA, 2016):

(40) *Judy said that Bill_i expressed himself_i clearly.*

(41) *Bill_i explained to Judy that writers like himself_i were in short supply.*³⁵

Podemos observar nos exemplos acima a perfeita gramaticalidade das sentenças, mesmo a segunda não tendo a anáfora dentro do domínio de ligação. A anáfora exemplificada em (40) é regida, nos termos de R&R (1993), por condições de ligação, especificamente Condições A e B – veremos com mais detalhes adiante – e é classificada como uma anáfora sintática, já a segunda anáfora, apresentada no exemplo (23), não obedece a tais critérios e é denominada de anáfora logofórica.

R&R (1993) apontam a existência dois domínios, assim como fez com as anáforas, a saber: o local e o de longa distância. A anáfora SELF ocorre no domínio local e é regida por duas novas Condições: A e B, reinterpretadas das condições propostas por Chomsky (1981), e as anáforas SE e os pronomes ocorrem no domínio de longa distância, que não obedecem às Condições A e B, propostas por R&R (1993). Vejamos abaixo como as condições são apresentadas:

(42) Condições de Ligação (R&R, 1993)

Condição A: Um predicado – sintático – marcado reflexivo é reflexivo.

Condição B: Um predicado reflexivo – semântico – é marcado reflexivo.³⁶

³⁵ Judy disse que Bill se expressou claramente.
Bill explicou a Judy que escritores como ele mesmo estavam em falta.

³⁶ Binding Conditions (R&R, 1993)
Condition A: A reflexive-marked – syntactic – predicate is reflexive.
Condition B: A

Aos predicados marcados reflexivamente por meio da sintaxe, temos a Condição A, que define-se por possuir dois dos seus argumentos coindexados. A Condição B rege os predicados semanticamente reflexivos, que configuram-se ou por serem lexicalmente reflexivos, isto é, possuírem uma anáfora SE, ou por disporem de um dos seus argumentos uma anáfora SELF. É mister compreender que as condições estabelecidas não levam em consideração as posições estruturais (c-comando) ou os nominais, mas as marcas reflexivas que o predicado apresenta.

Conforme defendem os autores, não são as restrições estruturais que marcam e proporcionam a reflexividade de uma sentença. Como vimos, o que delinea a ocorrência de tal fenômeno são características que ultrapassam as barreiras sintáticas. Além de questões de ordem semântica, outro fator preponderante para que a reflexivização ocorra é a Condição de Cadeia também predita pelos autores.

A Condição de Cadeia estabelece a relação de reflexividade por meio dos traços presentes nos elementos que compõem uma determinada sentença, isto significa dizer que quando há um antecedente na posição mais alta da cadeia e este é especificado para traços-*f* e para Caso estrutural, as posições coindexadas com o antecedente também serão subespecificadas ou para traços-*f* ou para Caso estrutural. Vejamos como a condição de cadeia é apresentada pelos autores:

- A maximal A-chain* ($\alpha_1, \dots, \alpha_n$) *has*
- a. *exactly one link- α_1 , which is both +R and marked for structural Case- and*
 - b. *exactly one 0-marked link.*

(REINHART & RELAND, 1993, p. 698.).³⁷

Como dito, os autores determinam a cadeia-A como um argumento sintático, que possui a propriedade de incidir um argumento sintático independente, isto é, um NP referencial com caso estrutural. Para que a condição de cadeia seja satisfeita é necessário que haja dois argumentos e que pelo menos um deles apresente caso.

Esta condição nos faz considerar, assim como predisse Lacerda (2014) – veremos seu trabalho com mais detalhes no item 2.4.2.6, que os pronomes não podem ser coindexados, pois são especificados para os traços mais relevantes, infringindo esta condição.

Nesse sentido, os modelos formais da Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1981, 1986) e da Teoria da Reflexividade (Reinhart & Reuland 1993, 1995) propõem caminhos distintos para explicar a referenciação e a reflexivização das línguas, aquele atribuindo mais relevância ao fator sintático como guia dos seus postulados e este

³⁷ A máxima de cadeia A ($\alpha_1, \dots, \alpha_n$) contém exatamente um link- α_1 -que é tanto + R e caso-marcado.

apontando também a influência do fator semântico na distribuição das anáforas, pronomes e expressões referenciais. Partindo para o universo da Psicolinguística, veremos adiante no item 2.2.3 como ainda é um ponto conflitante nos estudos em processamento a influência de fatores e sintáticos no processamento intersentencial e intrasentencial anafórico.

2.2.3 Brito (2009)

A partir do que propõem R&R (1993) sobre a reflexividade e Déchaine & Wiltschko (2002a) acerca das propriedades referenciais e de ligação dos pronomes, Brito (2009) realiza um estudo a respeito do *se* reflexivo do PB.

Diante do que é postulado por R&R (1993), a autora defende que o *se* do PB é um elemento *self*. Os elementos *self* possuem como características serem marcadores reflexivos que não possuem propriedades referenciais ou traços ϕ . Diante disso, Brito (2009) prediz que o *se* apresenta um traço [SELF], como podemos observar abaixo:

[SELF] – traço semântico cuja presença atribui ao item que o contém a propriedade de reflexivizador.³⁸

O traço [SELF] está presente no *se* do PB, o que o possibilita alterar um predicado transitivo, na medida em que ele pode ser intercalado com um DP pleno. Embora o *se* seja considerado o reflexivo em potencial no PB, isto é, o próprio elemento *self*, devido as suas características composicionais, conforme veremos adiante, *outros* reflexivos do PB também possuem esse traço, como o *mesmo(a)*, por exemplo, que, aliado a outro DP pronominal, possibilita a reflexividade. As sentenças apontadas pela autora para exemplificar a presença do traço [SELF] podem ser visualizadas abaixo:

- (43) a. Eu se vi no espelho.
b. João viu ele mesmo no espelho.

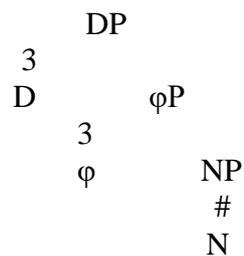
O foco da autora recai no *se* do PB, justamente, pela sua característica de reflexivizar qualquer predicado transitivo. Essa propriedade a fez assumir que essa relação só é possível pelo fato de o *se* ser subespecificado para os traços SELF, isto é, o

³⁸ Definição retirada de Brito (2009, p. 84).

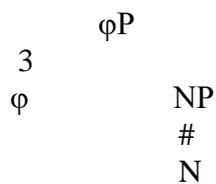
se não possui traços de gênero, número, pessoa e caso, tornando-o um facilitador para o fenômeno da reflexividade. Assim, Brito (2009) assume que o *se* é um NP, devido a sua estrutura interna. Essa afirmação foi baseada nos postulados de Déchaine & Wiltschko (2002a) a respeito da composição dos pronomes e reflexivos.

Déchaine & Wiltschko (2002a) assumem que são três os tipos de pronomes, que se diferenciam pelas projeções sintáticas que apresentam, vejamos:

(44) Pronomes DP



(45) Pronomes φ P



(46) Pronomes NP



Déchaine & Wiltschko (2002a) preconizam que os pronomes DPs atuariam como expressões referencias, possuindo posição argumental, e seriam regidos pelo Princípio C, partindo das noções estabelecidas na Teoria da Ligação. Os pronomes φ P atuariam como predicados e argumentos, sendo regidos pelo princípio C e, por fim, os pronomes NPs se comportariam como nomes e não estariam sujeitos a nenhum princípio da Teoria da Ligação. Dessa forma, o que se torna interessante mencionar na classificação estabelecida é que ela também abarca os reflexivos, que também são divididos em três tipos: reflexivos

DP, ϕ P e NP. Segundo as autoras, a relação de ligação existente entre o reflexivo e o antecedente é determinada pela classificação que o reflexivo se enquadra.

Assim como os pronomes, os reflexivos DPs possuiriam as características de expressões-R, o que ocasionaria a sua ligação através da correferência. Já os reflexivos ϕ P são considerados não locais em algumas línguas e nas línguas românicas são ligados localmente. No PB teríamos os clíticos *me/te/o/a*. Os reflexivos NPs são os nominais, e a relação que estabeleceriam com o seu antecedente seria uma ligação temática, isto é, os reflexivos considerados NP não possuem a propriedade de serem referenciais, essa relação só é possível através do predicado que o inicia, sendo essa relação denominada de ligação temática, como defende Brito (2009), tomando os postados de Williams (1994).

Brito (2009) salienta, ainda, a distinção de ligação estabelecida entre reflexivos DPs e reflexivos NPs. Os primeiros estabelecem ligação através de uma relação de correferencialidade, já os reflexivos NPs estabelecem a ligação por meio de uma relação transitiva, que é reflexiva. Vejamos:

- (47) a. R[x,y] x=y reflexivo DP
 b. R[x,x] reflexivo NP

- (48) a. Eu me vejo no espelho.
 b. Eu se vejo no espelho.³⁹

De acordo com o esquema apresentado pela autora, podemos perceber que no item (47a) temos um único predicado sendo representado por dois argumentos distintos, sendo a ligação estabelecida por dois fatores. O primeiro é por estarem no mesmo domínio local e o segundo é por possuírem traços ϕ semelhantes. No item b temos a ligação sendo estabelecida por meio de uma ligação temática, em que dois argumentos são comprimidos em apenas um.

Levando em consideração os aspectos sintáticos, a autora afirma que o *se* é restrito a contextos locais, uma vez que ele é considerado um reflexivizador adjungido ao verbo. A partir desse postulado vemos que o *se* reflexivo acontece sempre na presença do verbo, isso nos deixa pistas para acreditar que a ausência dele em estruturas que consideramos reflexivas no PB, especificamente no dialeto de Minas Gerais, são possíveis justamente

³⁹ Exemplos retirados do trabalho de Brito (2009).

por acreditarmos que o *se* tenha sido adjungido ao verbo, ao ponto de a sua realização fonética não ser mais necessária.

Diante disso, Brito (2009) assegura que o *se* do PB é um reflexivo NP, pois diferentemente dos outros clíticos do PB, o *se* possui o traço [SELF], que o possibilita transformar um predicado transitivo em reflexivo, assim como alternar um DP pleno, devido a sua composição interna, isto é, a sua subespecificação para os traços ϕ .

O *se*, então, é considerado o marcador reflexivo primário no português, assim como apontou Faltz (1989) e reafirmou Brito (2009). A ausência de traços no *se* possibilita e confirma que a relação estabelecida entre ele e seu antecedente não é de correferência, uma vez que esta só é possível pela identidade de traços, mas a relação do *se* em um predicado é de reflexividade.

Dessa forma, pode-se concluir, a partir dos estudos de Brito (2009), que o *se*:

1. é o verdadeiro reflexivo do PB;
2. não é dêitico, devido sua subespecificação;
3. necessita estar no mesmo domínio que seu antecedente, pois não pode estabelecer ligação à distância;
4. é o próprio elemento self, um reflexivo NP, não sendo referencial;
5. possui o traço [SELF] na sua estrutura interna e este é um traço semântico que possibilita a interpretação reflexiva do predicado ao qual esteja contido em LF.

A partir do estudo realizado por Brito (2009), podemos constatar que o *se* possui traços que o possibilitam reflexivizar o predicado no qual esteja contido. Dessa forma, nossa investigação a respeito da atuação de verbos de natureza reflexiva partiu desse pressuposto e nos faz constatar que a existência dos traços presentes no *se* reflexivo estejam também presentes em determinados verbos do PB, uma vez que a forma não foneticamente realizada do *se*, em determinadas sentenças, não significa expressamente que ele não esteja atuando ali, mas que seus traços podem ter sido adjungidos a determinados verbos em contextos de reflexividade.

Diante de tais prerrogativas, os trabalhos discutidos adiante também tratam do fenômeno da reflexividade, sendo de extrema necessidade apresentá-los para aprofundarmos e delimitarmos o que assumimos por reflexividade e por verbos de natureza reflexiva.

2.2.4 Reuland (2018)

Dentro do âmbito dos estudos sobre a reflexividade, temos a pesquisa recente realizada por Reuland (2018). Nela o autor possui como objetivo principal fornecer uma visão geral das inúmeras maneiras que as línguas naturais se utilizam para representar dependências interpretativas e predicados reflexivos.

Para tanto, Reuland (2018) afirma que existem três tipos de reflexivos nas línguas naturais - semireflexivos, reflexivos plenos e reflexivos afixais. O comportamento reflexivo desses elementos dá-se pelas suas propriedades morfossintáticas, aliadas à maneira como elas interagem com uma infinidade de princípios universais, assim como o ambiente sintático no qual estão inseridos. Os princípios universais que regem os elementos reflexivos, conforme afirma o autor, são três:

- a) Primeiro Princípio: restrição da formação da cadeia por concordância.
- b) Segundo Princípio: existência de um princípio geral que seja aplicável a predicados reflexivos que, por sua vez, sejam licenciados ou pela adição da complexidade estrutural ou pela operação de agrupamento lexical.
- c) Terceiro Princípio: princípio da economia.

Conforme defende o autor, a ocorrência da reflexividade depende da atuação dos três princípios universais descritos acima. A depender do tipo de reflexivo, eles podem até agir em conjunto. De modo a compreender os princípios postulados pelo autor, decidimos fazer um paralelo com o PB.

O primeiro princípio faz menção à formação de cadeia por concordância. Nesse princípio, tomando como exemplo o PB, podemos pensar nos pronomes, que não o *se*, como por exemplo, o *me*. Vejamos a sentença abaixo, que melhor representa o que estamos tratando:

(49) Eu me deito na areia.

Como podemos observar, a relação de reflexividade é estabelecida pela identidade de traços entre o pronome reto *eu* e o pronome oblíquo átono *me*, o que permite que ocorra a formação de cadeia por concordância, logo, a leitura reflexiva. Isso ocorre pela configuração sintática de concordância entre os traços dos pronomes presentes na sentença.

O segundo princípio estabelece que a reflexividade se dá ou pela formação da estrutura sintática ou por um agrupamento lexical. Vejamos a sentença abaixo para explicar o agrupamento lexical:

- (50) a. Maria machucou-se com a faca.
b. ?Maria machucou.

No item 50(a) há o agrupamento lexical do afixo *se* ao verbo *machucar*, acarretando a leitura reflexiva da sentença. No item (b), embora não haja a presença do afixo *se*, a sentença é caracterizada como reflexiva – levando em consideração a variedade mineira do PB. Nesse exemplo, ocorreu o apagamento do *se*, fator conhecido por alguns autores como um processo de gramaticalização, como dito anteriormente. Esse processo vem ocorrendo no dialeto mineiro há alguns anos, principalmente, na oralidade, sendo justamente esse um dos motivos que nos levou a refletir sobre a atuação desse tipo de verbo do PB. Acreditamos que a possibilidade do uso dos verbos de maneira independente seja, justamente, pelo fato de o traço do *se* ter sido integrado ao verbo, propiciando a reflexividade da sentença.

O terceiro princípio é o da economia. Este princípio é estabelecido por meio da reflexividade, pois é ela que vai atuar como princípio de economia na sentença. Para que ocorra tal redução, faz-se uso da anáfora SELF, vejamos os exemplos abaixo:

- (51) a. Pedro vestiu-se.
b. Pedro vestiu Pedro.

Na sentença 51(a) temos um exemplo de reflexividade, logo uma economia linguística, já que se fez uso da anáfora SELF, que é o *se* no PB – conforme já discutimos acima – justamente para que não ocorra a repetição do sintagma nominal como na sentença 51(b).

A partir do que foi estabelecido sobre os princípios, é preciso que compreendamos o que o autor estabelece como fenômeno da reflexividade. Para Reuland (2018), não existe uma noção padronizada do que seja um reflexivo, mas o autor acredita que o reflexivo possui um núcleo compartilhado que determina a reflexividade. Dessa forma, propõe a seguinte definição para a reflexividade.

- (52) Reflexividade

Um predicado formado por um núcleo P é reflexivo se e somente se um dos seus argumentos suportar dois ou mais papéis temáticos de P.⁴⁰

Segundo Reuland (2018), a reflexividade é entendida a partir da delimitação de papéis temáticos, o que significa dizer que na presença de um elemento que possua as funções de agente e paciente em uma sentença, esta terá a reflexividade atuando ali.

Dito isso, é importante discutirmos como o autor classifica os reflexivos. Inicialmente, ele apresenta três tipos de reflexivos presentes nas línguas naturais. Vejamos.

O primeiro a ser descrito são os semireflexivos. De acordo com o que prediz Reuland (2018), estes são aquelas “anáforas” que furam a Teoria da Ligação, proposta por Chomsky (1981; 1986), embora afirme que tal prerrogativa não deixa claro o porquê de esses elementos se comportarem dessa forma. Uma das línguas apontadas pelo autor é a língua inglesa, observemos:

(53) Língua Inglesa⁴¹

- a. *Max expected [the queen to invite [Mary and himself] for a drink].*
- b. *Johni was going to get even with Mary. That picture of himselfi in the paper would really annoy her, as would the other stunts he had planned.*
- c. *Johni asked Maryj [PROj to hide those pictures of themselvesi+j].*
- d. **Johni asked Maryj [PROj to hide themselvesi+j].⁴²*

O inglês apresenta sentenças em que há anáforas ligadas localmente (a e b), conforme defende Chomsky (1981), como anáforas não ligadas localmente (c e d). Se compararmos com o PB, temos os logóforos que são anáforas que se referem ao seu antecedente fora do domínio de ligação estabelecido na Teoria da Ligação, como já vimos nas sessões anteriores.

(54) Língua Portuguesa

⁴⁰A predicate formed of a head P is reflexive if and only if one of its arguments bears two or more of P's thematic roles.

⁴¹ Todas as sentenças foram retiradas de Reuland (2018).

⁴² a. Max esperava [a rainha convidar [Mary e ele mesmo] para uma bebida].

b. John ia se vingar de Mary. Essa imagem de si mesmo no jornal realmente a irritava, assim como as outras acrobacias que ele havia planejado.

c. Johni pediu a Maryj [PROj para ocultar essas fotos de si mesmo + j].

d. *Johni pediu a Maryj [PROj para se esconderi + j]

- a. O genro de Karla cortou Joana e ele mesmo com a faca na cozinha.
- b. O primo de Luiza barbeou Amanda e ele mesmo com o barbeador no banheiro.⁴³

Fazendo uma comparação com os reflexivos do PB, podemos afirmar que os semireflexivos são os logóforos, pois estes atuam reflexivamente fora do domínio de ligação proposto na Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981;1986).

Os reflexivos plenos são itens independentes. Ao compararmos com o PB, podemos pensar no pronome *ele(a)*, por exemplo. No trabalho do autor, os exemplos que caracterizam os reflexivos plenos são apresentados no javanês, vejamos:

(55) *Javanese (Malayo-Polynesian)*

Johni ndelok awak-e deei,j.

John see body-3SG.GEN 3SG

'John saw himself.'/'John saw him.'

(56) *Tono i ngabari Tini j nek awak-e dee uwongi+j lulus ujian.*

Tono inform Tini that body-3PL.GEN 3rd people pass exam

'Tono informs Tini that they passed the exam.'

Já os reflexivos afixais, determinados por Reuland (2018), são justamente as anáforas como *himself* do inglês. Levando em consideração o PB, podemos citar: *se, a si mesmo(a), ele(a) mesmo(a), ele(a) próprio(a)*, que, anexados a verbos, em sua maioria transitivos causativos, tornam o predicado reflexivo.

(57) *Língua Portuguesa*

- a. Joana contou a si mesma com o copo quebrado.
- b. Pedro banhou-se no rio Paraíba.

A partir do estudo realizado por Reuland (2018), vislumbramos como o fenômeno da reflexividade é complexo, ora por apresentar delineamentos específicos nas línguas naturais, ora por necessitar de mais investigações sobre sua atuação. Na próxima seção, trataremos da classificação dos verbos de natureza reflexiva, descrevendo alguns trabalhos que tiveram a iniciativa de investigar esse tipo verbal.

⁴³ Sentenças retiradas do trabalho de Calaça (2017).

2. 3 Estudos sobre a classificação dos verbos

Poucos trabalhos foram desenvolvidos, nas línguas de modo geral, a respeito da classificação dos verbos de natureza reflexiva e no PB não foi diferente. A decisão em descrever os trabalhos que realizaram uma classificação para verbos de natureza reflexiva no PB surgiu no decorrer de nossos estudos em processamento, quando verificamos que os trabalhos sobre aquisição e processamento anafórico não utilizavam uma classificação assertiva para esse tipo verbal.

Dessa forma, iniciamos uma investigação a respeito da classificação de tais verbos. As gramáticas tradicionais logo nos apontaram sua defasagem em descrever esse tipo de verbo e deixam a desejar tanto na nomenclatura quanto na classificação, pois não apresentam todas as nuances envolvidas na descrição do grupo verbal reflexivo. Isto posto, apresentaremos, inicialmente, em pesquisas anteriores (HENRIQUE, 2016), para a investigação da classificação verbal em trabalhos de cunho funcionalista (CHRISTIANO, 1991; MELLO, 2008) – que serão apresentados brevemente aqui – e, em seguida, descreveremos os estudos de Godoy (2012), de maneira mais detalhada, já que será a classificação utilizada para realizar nossos experimentos, de Bertolino (2013) e de Menuzzi e Lobo (2015), de cunho gerativista.

2. 3. 1 Christiano (1991) e Mello (2008)

A partir da corrente linguística funcionalista, Christiano (1991) e Mello (2008) trouxeram contribuições relevantes para o estudo dos verbos de natureza reflexiva e para os usos do *se* com função reflexiva. Vejamos adiante os encaminhamentos dados pelas autoras.

2. 3. 1. 1 Christiano (1991)

Tomando como aportes teóricos “A Teoria dos Casos Profundos”, de Charles Fillmore (1968), o modelo de Chafe (1970) e o modelo matriz de Chafe (1972), Christiano (1991) desenvolveu um estudo sobre as estruturas nomeadas no PB de *pronominais* ou *reflexivas*. A base de sua pesquisa foi a relação sintático-semântica entre o verbo e os demais elementos que compõem uma oração, estabelecendo um novo olhar para os verbos reflexivos e os pronomes reflexivos e recíprocos.

Inicialmente, o que nos chamou atenção para a descrição do trabalho de Christiano (1991) foi a divisão em grupos e subgrupos estabelecida para os verbos⁴⁴, conforme suas peculiaridades sintáticas e semânticas, além de apresentar níveis para a voz reflexiva. O quadro apresentado abaixo – elaborado e refinado por Mello (2008), nos direciona sobre como sua classificação foi realizada. Vejamos:

| GRUPOS VERBAIS | NÍVEIS DE REFLEXIVIDADE | | | |
|-----------------------------------------------------------------|-------------------------|----------|------------|-----------|
| | PLENA | PRIMÁRIA | SECUNDÁRIA | TERCIÁRIA |
| G①: tipo padrão: irritar-se tipo padrão: encontrar-se | | | | X/X |
| G②: tipo padrão: queixar-se tipo padrão: acusar-se | | X | | X |
| G③: tipo padrão: ajoelhar-se | | | X | |
| G④: tipo padrão: pentear-se | | X | | |
| G⑤: tipo padrão: lançar-se | | X | | |
| G⑥: tipo padrão: achar-se¹¹ | | X | | |
| G⑦: tipo padrão: arrogar-se | | X | | |
| G⑧: tipo padrão: atrever-se | | | | X |
| G⑨: tipo padrão: encontrar-se¹² | | X | | |

Quadro 2: Grupos verbais e níveis de reflexividade.

Fonte: Mello (2008).

Como podemos observar, o quadro apresenta 9 grupos verbais e 4 níveis para a reflexividade. No trabalho de Christiano, não há o quarto nível, a autora aponta apenas os três primeiros (pleno, primário e secundário) e prediz que o nível terciário, nomenclatura estabelecida por Mello (2008), é denominado por Christiano (1991) como pseudo-reflexivo.

Christiano (1991) considera como fenômeno da reflexividade o processo que ocorre em uma sentença quando o sujeito e o objeto são correferentes. Tomando como premissa esse conceito de reflexividade e a voz reflexiva, também nomeada de voz média no PB, que ocorre quando o sujeito de uma determinada sentença é ao mesmo tempo agente e paciente da ação verbal, a autora propõe gradações para esse tipo de voz. A partir desse conceito, elabora níveis de reflexividade – pelo, primário e secundário.

A partir do nível de reflexividade ao qual a sentença pertença, o verbo possuirá comportamentos distintos. Na reflexividade plena, teremos o paciente análogo e correferente ao agente, conforme o exemplo que segue:

⁴⁴ Christiano (1991) utiliza apenas verbos actantes na estrutura reflexiva – agente, causativo, experienciador, beneficiário, receptivo, objetivo, paciente e locativo.

(58) O presidiário suicidou-se.⁴⁵

As sentenças que se enquadram na reflexividade primária terão verbos que possibilitam a ação reflexiva: as sentenças possuirão um sujeito e um complemento correferentes e reflexivos. Os verbos que apontam para uma noção de reciprocidade, ou seja, que possuem sujeito agente e paciente, também pertencem a esse nível. Observemos os exemplos:

(59) O ministro questionou-se diante de todos.

(60) Os dois adversários olhavam-se com rancor.

Já a reflexividade secundária é caracterizada pela possibilidade da omissão do *se* em estrutura superficial. Vejamos:

(61) Juliana sentou-se para recuperar o fôlego.

O *se*, considerado por Christiano como pseudo-reflexivo, não é analisado como pertencente a um nível de reflexividade, pois atua como pronominal.

(62) Solange aborreceu-se.

Na sentença acima não temos a ocorrência da reflexividade, uma vez que o verbo “aborrecer” não é empregado agentivamente, o que ocorre é que há uma marca de recessividade de um causador externo ao processo verbal.

Após delimitar os níveis de reflexividade, a autora divide os verbos em grupos. Esses grupos são caracterizados por verbos padrões e levam em consideração seus esquemas casuais e suas propriedades derivacionais, isto é, permitem que ocorra derivação decausativa, resultativa, entre outras, conforme prediz Christiano (1991, p. 196). Vejamos adiante como cada grupo é descrito.

Os grupos verbais apontados pela autora são caracterizados por um verbo padrão, conforme vimos na tabela acima. Perpassando pela classificação estabelecida pela autora, o primeiro grupo tem como verbo padrão *irritar/irritar-se*. Esse grupo é composto por verbos de experimentação, que, assim como os pronomes, caracterizam-se por não possuírem marcas de causa ou de efeito sofridos pelo sujeito. Os pronomes que

⁴⁵As sentenças utilizadas nos exemplos (12), (13), (14), (15) e (16) foram retiradas da Tese de doutorado de Christiano (1991).

acompanham tais verbos são considerados como marcas de recessividade, isto é, eles indicam que o verbo é causativo e que há uma forte contigência de que haja um marcador externo ao processo.⁴⁶

É interessante pontuar que, nesse grupo verbal, os verbos não são reflexivos, uma vez que a partícula *se* acoplada a eles é denominada de *pseudo-reflexivo*. Esse fato ocorre em virtude de a causatividade ser um fator externo ao processo ocorrido na sentença. Em resumo, as propriedades que compõem esse tipo verbal são: o verbo é experiencial de ação, derivado de ação-processo; o pronome *se* é um pseudo-reflexivo e a forma verbal básica é transitiva. Alguns dos verbos que fazem desse grupo, exemplificados pela autora, são: abalar, afligir, aborrecer, alegrar, amedrontar.

O segundo grupo verbal é composto por verbos de ação e declarativos, sendo representado pelo verbo *queixar-se*. Nesse grupo verbal há dois subgrupos, pois existem verbos com funções causais divergentes. O primeiro sub-grupo é caracterizado por possuir verbos receptivos de ação, transitivos e o pronome *se* é enfático. Os verbos que fazem parte desse grupo são: queixar-se, expressar-se, gabar-se, lamentar-se, lastimar-se, entre tantos outros. O segundo sub-grupo é caracterizado por ser receptivo de ação-processo, transitivo e o pronome *se* correferencial e reflexivo. Os verbos que compõem esse grupo são: acusar-se, condenar-se, confessar-se, culpar-se, desculpar-se, etc.

O terceiro grupo é composto por verbos de ação-processo, que necessitam ser acompanhados por um nome com função de agir e um nome que seja afetado pelo praticante verbal. O verbo padrão desse grupo é pentear/pentear-se e, como exemplos de outros verbos, podemos mencionar: levantar-se, sentar-se, arremessar-se, dirigir-se, mudar-se, vestir-se, afastar-se, erguer-se etc. As características desse grupo são: verbos de ação-processo, com valor bivalente, o pronome *se* é correferencial e reflexivo e todos eles são transitivos.

O quarto grupo é formado por verbos monovalentes, isto é, verbos que sofreram uma derivação deprocessiva - verbos de ação-processo que se tornaram apenas de ação. O verbo padrão desse grupo é ajoelhar/ajoelhar-se. Outros verbos que seguem os mesmos parâmetros de *ajoelhar-se* são: calar-se, casar-se, deitar-se, levantar-se, sentar-se etc. O que caracteriza esse grupo é o tipo verbal básico de ação-processo intrínseco de valor monovalente, o pronome *se* é correferencial e reflexivo (facultativo) e a forma verbal básica é transitiva.

⁴⁶ Para mais detalhes ver Christiano (1991).

O quinto grupo verbal possui dois sub-grupos. Para representar esse grupo temos o verbo padrão *lançar/lançar-se*. O grupo possui duas subdivisões. Na primeira, o verbo requer um locativo para que seja estabelecido uma relação de lugar. Na segunda subdivisão, não há necessidade da presença do locativo. Faz parte desse grupo verbos como *aproximar-se*, por exemplo, que ocorre perfeitamente sem um locativo. Esse grupo possui as seguintes características: o tipo verbal básico é o locativo de ação-processo, o pronome *se* é correferencial e reflexivo e a forma verbal básica é transitiva.

Os verbos que fazem parte do sexto grupo apresentam uma noção de opinião ou julgamento e possui como verbo padrão *achar/achar-se*. Outros verbos que também apresentam as mesmas propriedades que *achar/achar-se* são: *acreditar-se*, *considerar-se*, *dizer-se*, *imaginar-se*, *julgar-se*, entre outros. As características desse grupo são: o tipo verbal básico é de ação-processo, o pronome *se* é correferencial reflexivo e sujeito da estrutura encaixada e a forma verbal básica é transitiva.

O sétimo grupo é composto por verbos de ação e dispõe do verbo padrão *arrogar/arrogar-se*, também se encaixando nesse grupo verbos como: *atribuir-se*, *conceder-se*, *consentir-se*, *permitir-se* etc. Suas principais características são: o tipo verbal básico é benefactivo de ação-processo, o pronome *se* é correferencial e reflexivo e a forma verbal básica é transitiva.

Os verbos pertencentes ao oitavo grupo verbal são aqueles que ocorrem em estruturas complexas, situação contrária ao primeiro grupo verbal, que só ocorrem em estruturas simples. O verbo padrão desse grupo é *atrever-se*. Nesse grupo, também há outros verbos, como: *aventurar-se*, *dignar-se* e *empenhar-se*. As propriedades desse grupo são: o tipo verbal básico é de ação, o pronome *se* é pseudo-reflexivo e a forma verbal básica é intransitiva.

O último grupo verbal é o nono. Os verbos pertencentes a esse grupo são aqueles que apresentam uma concepção de reciprocidade. Para representar esse grupo, a autora apresenta o verbo *encontrar/encontrar-se*. As propriedades que representam esse grupo são: o tipo verbal básico é o de ação-processo, o pronome *se* é reflexivo/recíproco e a forma verbal básica é transitiva.

Diante da classificação da autora, percebemos como os verbos do PB possuem características próprias e que não podem pertencer a um mesmo grupo, pois atuam e classificam-se de maneira distinta. Assim, definiram-se nove grupos verbais e três níveis de reflexividade. No próximo trabalho, o de Mello (2008), veremos um refinamento dessa divisão e um olhar mais voltado para o pronome *se* reflexivo.

2.3.1.2 Mello (2008)

Tomando como base os estudos funcionalistas da linguagem –considerando a noção de marcação, defendida por Givón (1995), e o processo de Gramaticalização, sendo a marcação relacionada à economia e à ordem cognitiva do processamento das informações em eventos comunicativos e, a gramaticalização, um processo pelo qual passa uma unidade linguística, Mello (2008) objetiva definir as funcionalidades do *se*, enquanto reflexivo, partícula de realce e pseudo-reflexivo no discurso.

A partir da análise de manuscritos oitocentistas da Paraíba, escritos no século XVIII e XIX, Mello (2008) assume a hipótese de que o *se* do PB esteja passando por um processo de gramaticalização, que o possibilitará sair de uma categoria-fundante de clítico reflexivo para uma categoria de afixo verbal.

Como forma de analisar os usos do *se* nesses documentos, a autora considera como fenômeno da reflexividade quando o sujeito e o objeto se tornam correferentes numa dada oração. Diante disso, Mello assume que o pronome *se* atuando como reflexivo está associado à significação verbal, logo ela toma como base a classificação verbal e os níveis de reflexividade estabelecidos no trabalho de Christiano (1991).

É importante levar em consideração a classificação verbal estabelecida por Christiano (1991), pelo fato de o pronome *se* estar diretamente relacionado ao significado do verbo. Assim, Mello (2008) faz uma alteração na nomenclatura do *se* enquanto pseudo-reflexivo e nomeia estruturas que possuem o *se* com tais aspectos de nível terciário⁴⁷ – como vimos no quadro dos grupos verbais e níveis de reflexividade no item 2.3.1.1.

Mello (2008) reanalisa os níveis estabelecidos no trabalho de Christiano (1991), pela necessidade de aplicar os princípios de marcação preditos por Givón (1995), conseguindo, dessa forma, verificar o comportamento e as funcionalidades do *se* reflexivo, já que a possibilidade de verificar se um item é mais ou menos marcado em seu contexto de uso propicia delimitar sua ocorrência em determinados contextos. A aplicação do princípio de marcação direciona a autora a pensar que o *se* esteja deixando sua função padrão de reflexivo e esteja atuando de uma forma sem precisão, em que o fenômeno da reflexividade não é percebido.

Ao analisar 152 cartas, Mello (2008) encontra ocorrência do *se*, enquanto reflexivo, em todas elas. No nível primário foram encontradas 92 ocorrências, no nível

⁴⁷ A alteração da nomenclatura “pseudo-reflexivo” para “nível terciário” é feita por Mello (2008) apenas por questões organizacionais.

secundário, 19 ocorrências, e, no nível terciário, 41 ocorrências. Diante desses resultados, a autora elabora um quadro que apresenta a escala de marcação desses níveis. Vejamos:

| | | | |
|-----------------|-----|------------------|-------------------|
| - marcado | + - | + - | + marcado |
| <i>primário</i> | | <i>terciário</i> | <i>secundário</i> |

Tabela 2: Escala de marcação: a frequência dos níveis.

Tomando como base o que postulou Givón (1995), a respeito do princípio da marcação, a autora assume os três critérios estabelecidos pelo autor para descrever os usos do *se* nos manuscritos, são eles: a complexidade estrutural, a distribuição de frequência e a complexidade cognitiva.

Considerando o critério da complexidade estrutural, o que determinará a escalaridade da marcação dos níveis é a disposição sintática dos verbos nas cláusulas. O nível considerado menos marcado estruturalmente é o secundário, já que os verbos podem apresentar ou não a partícula *se*. O nível primário é considerado mais marcado em relação ao nível secundário, pois necessita da presença do *se* para que ocorra a reflexividade. Já o nível terciário configura-se como o mais marcado estruturalmente, uma vez que não ocorre a reflexividade, isto é, não há correferência entre sujeito e objeto.

E, por fim, o último critério em relação à marcação, a complexidade cognitiva. Esse último critério está relacionado ao esforço mental, à atenção e ao tempo de processamento do falante. Assim, a aplicação desse critério resulta em outra configuração do quadro acima, no que concerne à complexidade estrutural. Após a aplicação desse critério, o nível primário é o menos marcado, pelo fato de *se* cogitar a atuação do *se* como reflexivo nas sentenças. O nível secundário é considerado mais complexo cognitivamente, apenas pelo fato de o *se* ser considerado opcional, necessitando de um maior esforço mental e atenção por parte do falante. Por último, temos o nível terciário como o mais complexo cognitivamente, pois o *se* não é um reflexivo e esse fator causa aos falantes esforços bem maiores. Assim, a autora apresenta um último quadro com o gradiente de marcação dos níveis de reflexividade, com o cruzamento dos critérios. Observemos:

| | | | |
|-----------------|-----|-------------------|------------------|
| - marcado | + - | + - | + marcado |
| <i>primário</i> | | <i>secundário</i> | <i>terciário</i> |

Tabela 3: O gradiente de marcação dos níveis.

Pode-se concluir que o nível considerado menos marcado é o primário, em seguida temos o nível secundário, como o mais marcado, pois apresenta maior complexidade cognitiva, como também maior frequência. Já o nível terciário é mais marcado perante os demais, pois apresenta uma maior complexidade estrutural e cognitiva, assim como uma maior frequência.

Dessa forma, a autora conclui que o uso do *se* na fala de João Pessoa esteja passando por um processo de rotinização > inovação > rotinização, isto é, ele está saindo de uma categoria fixa de atuação e passando a tornar-se mais opaco em seu uso, ou seja, está perdendo seus traços de *se* reflexivo, tornando-se abstrato em seu uso.

O trabalho das autoras (CHRISTIANO, 1993; MELLO, 2008) consistiu em apresentar detalhes de uma classificação até então não apresentada nas gramáticas tradicionais. Embora a classificação tenha sido bastante vantajosa em termos do percurso histórico e dos grupos e subgrupos criados pelas autoras, não foi suficiente para comprovar o que estamos propondo, isto é, a influência do tipo de verbo no processamento anafórico, pois, em uma pesquisa anterior (HENRIQUE, 2017), utilizamos a categoria estabelecida pelas autoras para investigar a influência do tipo de verbo em sentenças contendo anáforas e não obtivemos o resultado esperado. Dessa forma, iniciamos uma nova pesquisa, dessa vez com o olhar voltado para classificações de cunho gerativista, com o intuito de investigar e apontar outras classificações para os verbos reflexivos, ora se aproximando da classificação feita até então, ora se distanciando totalmente do que foi previsto pelos pressupostos funcionalistas.

Dessa forma, nas próximas sessões, descreveremos três trabalhos de cunho gerativista. O primeiro é o trabalho de Godoy (2012) que apresenta uma classificação bem detalhada para alguns verbos do PB com base em uma linguagem de decomposição semântica de predicados nascida na Semântica Gerativa. Os dois trabalhos seguintes (BERTOLINO, 2013; MENUZZI & LOBO, 2015), por possuírem como foco outro objetivo teórico, apresentam de maneira ainda tímida alguns apontamentos sobre a reflexividade verbal do PB e propõem alguns critérios de classificação verbal que serão descritos aqui. Traremos com mais detalhes o estudo realizado por Godoy (2012), uma vez que ele servirá de base para nossos experimentos.

2. 3. 1. 3 Godoy (2012)

Godoy (2012) investiga o fenômeno da reflexivização no PB através de uma linguagem que torna o predicado explícito, chamada de *decomposição semântica de predicados*⁴⁸. Esta linguagem surgiu dentro da semântica lexical, estudada pela Semântica Gerativa. Para explicar o fenômeno da reflexivização, Godoy (2012) pretende solucionar quatro problemas, a saber:

- a) apontar uma definição precisa para a reflexividade;
- b) diferenciar uma média de uma reflexiva *strictu sensu*;
- c) apontar quais são as restrições e os determinantes da reflexivização no PB e, não menos importante;
- d) estabelecer qual a relação entre a reflexivização e a gramática.

Para solucionar os três primeiros problemas levantados, a autora considera a *decomposição semântica de predicados* como a linguagem adequada para determinar o que é reflexividade, diferenciar a reflexiva da média, sistematizar e classificar os verbos do PB e estabelecer o que restringe e o que determina semanticamente a reflexivização. E, por fim, a autora discute o comportamento da reflexivização na gramática de uma língua como o PB, para tanto aponta diferentes posicionamentos (GRIMSHAW, 1982; REINHART e SILONI, 2005; KAUFMANN, 2007) que serão discutidos adiante.

Um dos grandes embates discutidos pela autora é a definição de reflexividade, assumida nos estudos linguísticos e nas gramáticas tradicionais, que muito nos interessa nesse estudo. Em ambos os casos a reflexividade é entendida de modo distinto. Há trabalhos que a consideram como uma voz (CEGALLA, 1985), isto é, sentenças que apresentem o sujeito como agente e paciente, e outros gramáticos que o veem como uma forma verbal e, ainda, como uma composição na sintaxe, ou seja, uma sentença. Para a autora, a investigação parte de uma noção de reflexividade a partir de questões sintáticas e semânticas, embora muitos estudos e gramáticas investiguem e considerem a reflexividade a partir de papéis temáticos.

Godoy (2012) considera a noção de reflexividade através de papéis temáticos bastante problemática e aponta que a *decomposição semântica de predicados* trará uma

⁴⁸ A decomposição semântica dos predicados é tanto uma linguagem como um método que busca descrever semanticamente as palavras e as sentenças, apostando na premissa de que o significado dessas palavras/sentenças é estabelecido através da combinação de partes – conforme prediz Godoy (2012).

definição mais satisfatória para a questão. Uma das críticas descritas pela autora foi feita ao trabalho de Faltz (1977). Nesse estudo o autor defende que a reflexividade ocorre quando em uma sentença há dois argumentos, sendo um agente/experienciador e o outro paciente, fazendo referência à mesma entidade. Vejamos:

- (63) a. João viu Maria.
b. João se viu.⁴⁹

Nas sentenças descritas acima, o verbo *ver* não predica o mesmo agente e paciente, isso implica dizer, segundo Godoy (2012), que o problema está nos conceitos restritos dados aos papéis temáticos, assim como afirma Cançado (2005, 2008), como também no foco que as grades temáticas dão aos participantes da eventualidade, deixando de lado a eventualidade propriamente dita. Dessa forma, a autora observa que utilizar a noção de papéis temáticos é um tanto limitada para explicar todos os verbos da língua portuguesa. Godoy (2012) propõe um novo caminho para o estudo da reflexividade, desta vez partindo dos estudos de Chierchia (2004) e Maslova (2007)⁵⁰, que vão na contramão dos trabalhos que defendem a noção de reflexividade através dos papéis temáticos.

Chierchia (2004) assume que a reflexividade é uma operação que permite identificar os dois argumentos idênticos, retratado por *x* na representação abaixo, existentes de uma relação de predicados. Para tanto, o autor apresenta uma linguagem montagueana, através do verbo *wash* (do inglês):

- (64) λx [wash (*x*) (*x*)]

Assim como Chierchia (2004), Maslova (2007) define a reflexividade utilizando a seguinte fórmula:

- (65) (P (*x*,*y*) sse *x*= *y*)

Lê-se: *a expressão será reflexiva em um predicado P de dois lugares – x e y – se e somente se x for o mesmo participante que y.*

⁴⁹ Sentenças retiradas do trabalho de Godoy (2012).

⁵⁰ Chierchia (2004) e Maslova (2007) defendem, de modo geral, que a noção de reflexividade acontece quando dois argumentos idênticos se referem ao mesmo participante. Os estudos de Godoy (2012) partem deste pressuposto.

Chierchia (2004) e Maslova (2007) defendem, de modo geral, que a noção de reflexividade acontece quando dois argumentos idênticos se referem ao mesmo participante, e é a partir dessas definições que Godoy formulará a sua noção de reflexividade.

Godoy (2012) aponta pouco detalhamento nos estudos dos autores e, por isso, delinea de forma mais precisa o que considera como definição para o fenômeno da reflexividade. Utilizando-se da noção de identificação de dois argumentos aliada à noção de denotação, Godoy exclui a ideia presente na definição de reflexividade através dos papéis temáticos e propõe a definição de reflexividade por meio da decomposição semântica de predicados.

A noção de reflexividade é entendida pela autora quando existem dois argumentos com o mesmo valor denotativo, em uma determinada estrutura de decomposição semântica de predicados, independentemente dos papéis temáticos desses argumentos. Assim, para que ocorra a reflexividade duas são as restrições apresentadas. A primeira diz respeito ao número de argumentos que um verbo exige para ser reflexivizado e a segunda faz menção à qualidade desses argumentos (devem denotar indivíduos animados). Dessa forma, a autora propõe duas restrições iniciais à reflexivização:

1. o verbo deve ser transitivo direto;
2. pode ter o traço de animacidade associado a seus argumentos.

Entende-se a primeira restrição como de motivação sintática, uma vez que está relacionada à colocação do clítico, que é uma regra morfossintática, como afirma a autora. A segunda restrição é de caráter semântico, pelo fato de haver uma motivação para a sua existência. Os verbos utilizados na análise realizada pela autora são verbos télicos e que passaram por essas restrições iniciais à reflexivização, isto é, são verbos transitivos que denotam entes animados.

Utilizando a linguagem da decomposição semântica de predicados, a autora distingue o que seria uma *média* de uma *reflexiva strictu sensu*. Considerando uma forma verbal, a *média* ocorre quando existe uma noção de reflexividade, isto é, quando em uma estrutura de decomposição de predicados há a representação com dois argumentos com mesmo valor, além de uma relação de concomitância entre os subeventos⁵¹. Já, na

⁵¹ Detalhados adiante.

reflexiva strictu sensu existe uma noção de reflexividade quando na estrutura de decomposição de predicados há duas variáveis de mesmo valor, como também uma relação de sequencialidade/causalidade entre os subeventos. O que acarreta, conforme a autora, que a *média* é uma reflexiva não-causativa e a *reflexiva strictu sensu* uma reflexiva causativa.⁵²

Para a classificação das classes verbais estabelecida pela autora, alguns grupos são considerados como sendo *médias* – verbo de modo de afetação e verbos que denotam movimento são exemplos de *média*, uma vez que os verbos de afetação são não causativos na sua forma básica e o fenômeno da reflexivização modifica a denotação de um dos argumentos; já nos verbos que denotam movimento, há uma decausativização no processo de reflexivização, isto é, o verbo acaba deixando a noção de causa em sua forma básica e assumindo uma simultaneidade na sua forma reflexiva. Os verbos pertencentes ao grupo de mudança de estado, por serem causativos, são caracterizados como verbos que fazem parte da *reflexiva strictu sensu*.

Por fim, a autora assume que tanto a *média* quanto a *reflexiva strictu sensu* representam uma semântica reflexa, a única diferença entre elas está no fato de uma ser não-causativa, em que há a simultaneidade de subeventos, e a outra causativa, em que os subeventos ocorrem sequencialmente.

A metodologia adotada neste trabalho de Godoy (2012) partiu, primeiramente, da produção de um *corpus* de sentenças reflexivas e não-reflexivas (na terceira pessoa e no pretérito perfeito), contando com de 206 verbos do PB. O *corpus* foi composto de “verbos de mudança” retirados do “Catálogo de Verbos do PB – parte I” (CANÇADO; GODOY; AMARAL, em prep.) e os demais verbos foram retirados do “Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil” (BORBA, 1990).

O que nos conduziu a uma investigação sobre os postulados de Godoy (2012) foi justamente a atenção dada pela autora aos verbos do PB. Godoy (2012) realiza uma análise semântica da reflexivização em algumas classes verbais do PB. A análise feita apresenta uma proposição da tradução do significado dessas classes verbais e da forma reflexiva dos verbos que fazem parte dessas classes. As representações realizadas pela autora para os verbos, ora foram baseadas em estudos anteriores, ora foram propostas por ela.

Godoy (2012) propõe duas representações para cada classe e subclasse verbal. A primeira é a *forma básica*, que retrata o significado lexical do verbo através de sua forma

⁵² Para mais detalhes ver Godoy (2012).

não-reflexiva, indicando dois participantes diferentes executando duas funções no evento descrito. A segunda representação trata-se da *forma reflexiva* do verbo, que se configura como a representação semântica, pois ele indica somente um participante executando duas funções, além de ser marcado com a partícula *se*.

Godoy (p. 49, 2012) prediz que:

(...) a “forma básica” de um verbo é a que não tem *se* e denota dois participantes distintos com duas funções na eventualidade; a “forma reflexiva” desse verbo é a que tem *se* e denota um participante com as mesmas duas funções. Assumimos, então, neste capítulo, que a reflexiva é uma forma verbal.

Para descrever os verbos na linguagem da decomposição semântica, a autora considera a forma reflexiva como sendo a forma verbal. Dessa forma, a autora seleciona quatro grandes classes verbais, a saber: verbos de mudança, verbos de movimento, verbos de afetação e verbos eventivos, bem como 13 subclasses.

Faremos, agora, uma breve descrição dos grupos verbais que foram caracterizados por Godoy (2012) e utilizados na nossa pesquisa experimental, como forma de apresentar como eles são caracterizados na linguagem da decomposição semântica de predicados.

A primeira classificação descrita pela autora é a dos verbos de mudança, estes foram divididos, inicialmente, em três subclasses: mudança de estado, mudança de posse e mudança de locação. Iniciemos pelos verbos de mudança de estado. A sua raiz é um estado e o argumento do metapredicado é BECOME⁵³. Ainda dentro das classes dos verbos de mudança de estado, a autora apresenta, segundo outros autores (LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV, 1998a; CANÇADO, 2010; CANÇADO E GODOY, 2010, 2011, no prelo; CANÇADO E AMARAL, 2011), três subcategorizações para essa classe, são elas: verbos causativos/agentivos, verbos estritamente causativos e verbos incoativos.

Iniciaremos pela classe dos verbos de mudança de estado causativo/agentivos. Os verbos que pertencem à subclasse do verbo de mudança de estado causativo/agentivo são aqueles que aceitam tanto um agente quanto uma causa como desencadeadores do processo de mudança. Os verbos que pertencem a essa classe, que aceitam argumentos animados, podem sofrer reflexivização. Alguns verbos que pertencem a essa classe são:

⁵³ Os metapredicados utilizados nas representações da autora são: ACT, CAUSE, BECOME, IN, WITH, MOVE, PATH, AFFECT e DO. As raízes argumentais são <STATE>, <PLACE> E <EVENT>, que são rótulos ontológicos. Os rótulos possuem a função de representar uma classe verbal, no entanto não representam um verbo específico, que possui uma raiz específica. As raízes são expressas entre colchetes. Os argumentos que são se caracterizam como raízes são variáveis representados pelas letras X, Y e Z. Não entraremos em detalhes sobre o vocabulário da linguagem, para mais detalhes ver Godoy (2012).

se sujou, se esquentou, se queimou, se machucou, se molhou, se intoxicou etc. Abaixo veremos exemplos de sentenças com verbos dessa classificação e suas respectivas representações:

(66) verbo de mudança de estado causativo/agentivo - sentenças

- a. Anita sujou a roupa.
- b. A roupa (se) sujou.

(67) Representações

- a. vbásico: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]
- b. vreflexivo: [[X (ACT)] CAUSE [X BECOME <STATE>]]

As representações em (67) devem ser lidas da seguinte forma: (67a) *X (agir) causa Y ficar em um determinado estado*; em (67b), *X (agir) causa X ficar em um determinado estado*. A forma básica caracteriza-se por possuir duas variáveis com denotações diferentes, já a forma reflexiva caracteriza-se por existir duas variáveis com a mesma denotação. Pressupõe-se que um verbo reflexivo dispõe de uma estrutura de evento igual a sua contraparte básica, no entanto a forma básica possui o X como o desencadeador e Y como quem sofre a mudança de estado, já na forma reflexiva, o X atua como desencadeador e como quem sofre a mudança de estado.

Com relação aos verbos de mudança estritamente causativos, eles não aceitam ser reflexivizados. A impossibilidade de reflexivização desses verbos está relacionada ao fato de a denotação do argumento X do verbo não ser um indivíduo, mas sim uma eventualidade e, como defendido pela autora, para que a reflexivização seja possível é necessário que haja uma relação entre indivíduo-indivíduo e não entre eventualidade-indivíduo. Vejamos a representação abaixo:

(68) verbos de mudança estritamente causativos

- a. vbásico: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

Na representação em (68) há parênteses isolando ACT, o que aponta para a ideia de que uma eventualidade se realiza na contraparte reflexiva e é justamente o contrário. A eventualidade não pode transcorrer na forma reflexiva. Os verbos que exemplificam essa classificação são: se preocupou, se abalou, se decepcionou, se desanimou, se emocionou, se encantou e se incomodou.

Ainda dentro do grupo dos verbos de mudança de estado temos os verbos incoativos. Os verbos que pertencem a essa classificação são aqueles semanticamente intransitivos que aceitam ser causativizados, mas não passam pelas restrições iniciais à reflexivização, isto é, são verbos intransitivos, que não aceitam argumento-sujeito animado, portanto são retirados da análise realizada pela autora. Vejamos como são representados:

(69) verbos incoativos

v: [(X CAUSE) [Y BECOME <STATE>]]

c. O calor / *Ricardo amadureceu a banana.

d. A chuva / *Ricardo germinou as sementes.

Dito isso, a autora exclui os incoativos e leva em consideração para sua análise os verbos causativo/agentivos, os estritamente causativos e, ainda, um terceiro grupo: os verbos da subclasse mudança de estado locativo.

Os verbos de mudança de estado com argumento locativo são aqueles que apresentam uma alteração no estado relativo a uma locação. Esse grupo é composto por verbos como: se acomodou, se prendeu, se firmou, se encostou, se escondeu, se sentou e se deitou, por exemplo. A estrutura que os representa é a seguinte:

(70) v: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [<STATE> [IN Z]]]]

A representação em (70) deve ser lida da seguinte forma: *X age causando Y ficar em um determinado estado em Z*. Os argumentos são representados por X, Y e Z, sendo Z um locativo. Vejamos, agora, como a autora apresenta essa estrutura com o verbo *acomodar*, por exemplo:

(71) *acomodar*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [<ACOMODADO> [IN Z]]]]

A estrutura é lida da seguinte forma: *X age causando Y ficar acomodado em Z*, o que nos leva a afirmar que os verbos de mudança de estado com locativo aceitam a reflexivização, uma vez que na forma reflexiva de tais verbos os dois subeventos relacionam-se concomitantemente, isto é, decorrem em um só corpo.

Ainda dentro do grupo dos verbos de mudança, a autora apresenta os verbos de mudança de posse. Esses verbos possuem em sua estrutura semântica o BECOME, que configura a mudança, e o metapredicado WITH, que configura o estado possessivo final do verbo. Podemos mencionar como exemplos desse grupo os seguintes verbos: *anestesiou, ensaboou, coroou, algemou, presenteou, ajudou, patrocinou, premiou* etc. A representação apontada pela autora, conforme proposta por Cançado e Godoy (2010) é:

(72) v: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <THING>]]]

A estrutura é lida da seguinte forma: *X age causando Y ficar com uma determinada coisa*. A representação do subevento [X ACT] caracteriza o verbo como estritamente agentivo e o que é relevante apontar nessa representação é o segundo subevento, isto é, o da mudança de posse, identificado pela representação do argumento Y passando a ter a entidade denotada pelo argumento-raiz <THING>. Vejamos a representação abaixo, através do verbo *ensaboar*:

(73) *ensaboar*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <SABÃO>]]]

Lemos a estrutura da seguinte forma: *X age causando Y ficar com sabão*. Conforme defende a autora, os verbos que fazem parte da classe de mudança de posse compartilham da característica de denotarem um subevento agentivo que causa um segundo subevento de mudança de posse. A alteração dessa representação acontece na entidade que Y passa a possuir. Esses pressupostos vão de acordo com a semântica lexical caracterizada pela decomposição de predicados. A autora afirma que a parte estrutural da estrutura de decomposição de predicados é o que há de comum entre os verbos de uma mesma classe e o que distingue um verbo do outro está na raiz.

Passemos agora para o último subgrupo dos verbos de mudança, os verbos de mudança de locação ou verbos locativos. Os verbos desse grupo possuem dois subeventos que estão associados pelo CAUSE e por um metapredicados BECOME, que está aliado ao metapredicados IN – com o argumento que IN atribui-se para ser saturado. O estado

final locativo é inserido pelo metapredicados IN e a sua composição com BECOME designa que o argumento Y passa por uma mudança de lugar. Godoy (2012) propõe a representação desses verbos seguindo o que formulou Cançado e Godoy (2010, 2011, no prelo) inspiradas em Hale e Keyser (2002), Rappaport-Hovav e Levin (1998a e 1998b) e Wunderlich (2009), Clark e Clark (1979). Vejamos a representação desses verbos abaixo:

(74) v: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN <PLACE>]]]

Lemos a representação acima da seguinte forma: *X age causando Y ficar em um determinado lugar*. A raiz é representada pelo argumento de IN – sua natureza ontológica é a de ser um lugar. Vejamos o exemplo abaixo de um verbo dado pela autora:

(75) *hospitalizar*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME IN <HOSPITAL>]]

Lemos a estrutura da seguinte maneira: *X age causando Y ficar no hospital*. Os verbos que pertencem a esse grupo são: *se hospitalizou, se enclausurou, se encaixotou / se enjaulou, se aprisionou*. Os verbos que fazem parte desse grupo verbal quando estão na sua forma reflexiva possuem denotação distinta da sua forma básica. Isso significa dizer que os eventos descritos por esses verbos realizam-se apenas em um só momento do tempo, o que difere da forma básica.

Passemos agora a descrever os verbos que fazem parte do grupo de verbos de movimento. Os verbos que pertencem a esse grupo são verbos que possuem em sua representação semântica o metapredicado MOVE. Godoy (2012) realizou um recorte dos verbos de movimento do PB e analisou apenas os verbos télicos e que pressupõem deslocamento. A autora subdivide esse grupo em dois subgrupos: um que será encabeçado pelo verbo *lançar* e outro pelo verbo *acompanhar*. As características presentes no subgrupo 1, verbos que se assemelham ao verbo *lançar*, aceitam a reflexivização, já verbos pertencentes ao subgrupo 2, verbos do tipo *acompanhar*, não aceitam a reflexivização, além de possuírem diferenças em relação ao subevento desencadeador e em relação à conjunção.

Os verbos que se assemelham ao subgrupo do verbo *lançar* possuem a seguinte estrutura:

(76) v: [[X ACT<MANNER>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]]

A estrutura deve ser lida da seguinte forma: *X age de uma determinada maneira causando Y se mover em uma trajetória cujo ponto final/inicial é Z*. Os verbos que fazem parte desse subgrupo possuem, segundo Godoy (2012) em consonância com Pinker (1989), a raiz uma maneira. Alguns verbos que se comportam como *lançar* são: *se transferiu, se arrancou, se retirou*.

Ainda tratando dos verbos do tipo *lançar* é interessante pontuar, conforme define Godoy, que os verbos que fazem parte desse grupo são verbos com interpretação não-causativa, conhecidos na literatura por “média”, indicando que a ação e o movimento desempenhados pelo participante X acontecem em um só corpo. No entanto, há também a possibilidade da interpretação reflexiva causativa, denominada na literatura de “reflexiva *strictu sensu*”, o que significa que a ação e o movimento desempenhados pelo participante acontecem em dois momentos diferentes. Dessa forma, a autora propõe as seguintes estruturas para representar a forma básica e a forma reflexiva dos verbos do tipo *lançar*:

(77) a. vbásico: [[X ACT<MANNER>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]]

b. vreflexivo: [[X ACT<MANNER>] CAUSE [X MOVE [PATH Z]]] ou
[[X ACT<MANNER>] & [X MOVE [PATH Z]]]

Lemos as estruturas em (76) da seguinte forma: *X age de determinada maneira causando X se mover em uma trajetória cujo ponto final/inicial é Z* ou *X age de determinada maneira ao mesmo tempo em que X se move em uma trajetória cujo ponto final/inicial é Z*.

Vejamos agora os verbos que pertencem ao grupo do tipo *acompanhar*. Os verbos que fazem parte desse grupo não aceitam reflexivização. Inicialmente, a autora destaca como primeira distinção entre os grupos a de que os verbos do tipo *acompanhar* possuem uma simultaneidade entre os subeventos, o que não ocorre com os verbos do tipo *lançar*. Dessa forma, a forma básica é apresentada com a conjunção &, e não com a conjunção CAUSE. Vejamos:

(78) v: [[X ACT<MANNER>] & [Y MOVE [PATH Z]]]

É interessante destacar que existe uma diferença semântica entre esses verbos. Para tanto, a autora exemplifica com dois verbos, vejamos:

(79)

- a. João transportou Maria até a piscina
- b. *João se transportou até a piscina.
- c. João teletransportou Maria até / para Marte.
- d. João se teletransportou até / para Marte.⁵⁴

A diferença existente entre os verbos *transportar* e *teletransportar* está no deslocamento do participante, uma vez que, com o verbo *transportar*, o participante transportador realiza o movimento na mesma trajetória que o participante transportado. Diferentemente do que ocorre com o verbo *teletransportar*, já que com esse verbo, o participante que desencadeia o movimento não realiza a mesma trajetória que o teletransportador. Logo, o verbo *transportar* é do tipo *acompanhar* e o verbo *teletransportar* é do tipo *lançar*. A autora propõe um terceiro subevento a estrutura semântica dos verbos do tipo *acompanhar*, ou seja, o subevento em que X se move na mesma trajetória que Y. Assim, a forma básica seria representada da seguinte forma:

(80) v: [[X ACT<MANNER>] & [X MOVE [PATH Z]] & [Y MOVE [PATH Z]]]

Lemos a estrutura da seguinte forma: *X age de determinada maneira ao mesmo tempo em que X se move em uma trajetória cujo ponto final é Z ao mesmo tempo em que Y se move nessa (mesma) trajetória cujo ponto final é Z*. Para a forma reflexiva, que é agramatical, a autora aponta a seguinte representação:

(81) vreflexivo: *[[X ACT<MANNER>] & [X MOVE PATH Z] & [X MOVE PATH Z]]

A representação é lida da seguinte maneira: *X age de determinada maneira ao mesmo tempo em que X se move em uma trajetória cujo ponto final é Z ao mesmo tempo em que X se move nessa (mesma) trajetória cujo ponto final é Z*.

Assim, Godoy (2012) sugere que não há a possibilidade de reflexivização dos verbos do tipo *acompanhar*, posto que haveria dois subeventos. Os verbos que fazem parte desse grupo não se enquadram nos pressupostos das restrições iniciais à reflexivização, de acordo com os quais, exclusivamente verbos transitivos com argumentos animados podem ser reflexivizados, como também nas restrições dos verbos de mudança de estado estritamente causativos, que apontam para o fato de os argumentos

⁵⁴ Exemplos retirados do texto de Godoy (2012).

terem que denotar indivíduos. Isso significa dizer que o fato de os verbos do tipo *acompanhar* não poderem ser reflexivizados vai além do que foi proposto até então pela autora sobre as restrições à reflexivização. Assim, a autora sugere que pode haver um bloqueio lexical, mas não alonga a discussão.

Alguns dos verbos que se caracterizam como os do tipo *acompanhar* são: **se empurrou*, **se acompanhou*, **se carregou*, **se levou*, **se escoltou*, **se transportou*.

Vejamos agora os verbos do tipo modo de afetação. Alguns dos verbos que fazem parte desse grupo são: *limpou*, *lavou*, *enxugou*, *arrumou*, *maquiou*, *penteadou* e *vestiu*. Os verbos que pertencem a esse grupo verbal aceitam a reflexivização. Quando os verbos exemplificados nesse grupo são colocados na sua forma reflexiva, isto é, com o *se* (*se limpou*, *se lavou*, *se enxugou* etc.), os subeventos de agir e de afetar são interpretados como simultâneos, pois, segundo Godoy (2012) são casos de média. Temos a seguinte representação para esses verbos na forma reflexiva:

(82) *v*reflexivo: [[X ACT] & [AFFECT<MANNER> X]]

A estrutura deve ser lida da seguinte maneira: *X age ao mesmo tempo em que afeta X de determinada maneira*. A autora encerra a descrição dos verbos de modo de afetação com as representações das formas básica e reflexiva do verbo maquiado. Observemos:

(83) a. *maquiar*: [[X ACT] & [AFFECT<MAQUIANDO> Y]]

b. *maquiar-se*: [[X ACT] & [AFFECT<MAQUIANDO> X]]

As estruturas descritas acima são lidas da seguinte forma: *X age ao mesmo tempo em que afeta Y maquiando-o* e *X age ao mesmo tempo em que afeta X maquiando-o*.

Passemos agora para a descrição dos verbos eventivos. Os exemplos de verbos dados pela autora são: *assaltou*, *assassinou*, *sequestrou*, *roubou*, *capturou*, *resgatou*, *raptou* e *ultrapassou*. Diferentemente dos verbos de mudança de estado, os verbos que se caracterizam como verbos eventivos não aceitam a incoativização, uma vez que não lexicalizam um estado final. Vejamos os exemplos dados pela autora:

(84) a. João sujou Maria.

b. João tornou Maria suja.

(85) a. João assaltou Maria.

b. #João tornou Maria assaltada.

Além de não permitirem a incoativização, os verbos eventivos também não aceitam a reflexivização (João *se assaltou). Para explicar o fato de esses verbos não poderem ser reflexivizados, a autora analisa a estrutura semântica desses verbos através dos estudos de Pesetsky (1995) e de Hale e Keyser (2002), que estabelecem uma associação entre um verbo e o nome referente a ele. Dessa forma, Pesetsky estabelece que se faça uma comparação entre a semântica de um determinado verbo com a semântica do nome que faz referência a esse verbo, com a finalidade de reconhecer os traços semânticos compartilhados entre eles. Os traços presentes tanto no verbo como no nome estão na raiz morfológica que forma tanto o verbo quanto o nome. Vejamos os exemplos em inglês, dados pelos autores:

- (86) verbo: *agitate* (agitar)
 nome: *agitation* (agitação)

Tanto o verbo quanto o nome passam uma ideia de agitação. O conceito de um estado está na raiz, nesse caso, *agit-*, na língua inglesa. Vemos que os autores acreditam que o componente semântico está na raiz da palavra. Eles também afirmam que a composição das palavras se dá pela raiz e por outros morfemas. Contrariamente a esse pensamento, Godoy (2012) exclui a ideia de que as raízes são elementos morfológicos, mas afirma que essa assertiva aponta para o fato de que se pode intuir sobre a semântica das raízes. Assim, ela verifica a relação existente entre os verbos eventivos (*assaltar, assassinar, sequestrar, roubar, capturar, resgatar, raptar e ultrapassar*) e seus referentes nomes (*assalto, assassinato, roubo, captura, resgate, rapto e ultrapassagem*), que induzem a uma ideia de ação. Godoy (2012) assume que a raiz dos verbos eventivos é o próprio nome correspondente, portanto, os verbos desse grupo são considerados verbos denominais ou de raízes nominais. Diante disso, Godoy (2012) propõe uma representação semântico-lexical para esse tipo de verbo, com base no que prediz Hale e Keyser (2002) para os verbos denominais. Nessa representação há dois tipos de incorporação nominal, vejamos:

- (87) a. 1° verbos do tipo *locatum* (fazem parte desse grupo verbos de mudança de posse), representados pela estrutura abaixo:

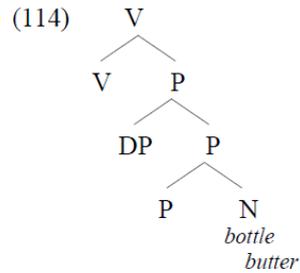


Figura 3: Representação de verbos do tipo *locatum*.

Fonte: Godoy (2012, p. 87).

b. 2º verbos do tipo *location* (mudança de locação ou locativos), exemplificado abaixo:

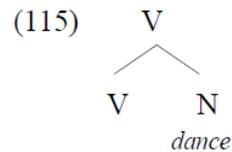


Figura 4: Representação de verbos do tipo *location*.

Fonte: Godoy (2012, p. 88).

A autora exemplifica no PB, o verbo *assaltar*, que segundo ela se assemelha ao verbo *dance*, portanto possui a mesma estrutura de (86b). Levando em consideração a decomposição semântica dos predicados, o verbo *assaltar* possui as estruturas abaixo:

(87) a. *assaltar*: [X DO <ASSALTO>]

b. *v*: [X DO <EVENT>]

Leia-se: *X faz/executa um assalto* e *X faz/executa um determinado evento*. Para a representação desse tipo verbal, a autora toma como metapredicado o DO, uma vez que esse metapredicados assume um participante e um evento como argumentos, fazendo uma relação entre eles. Para falar a respeito dos argumentos denotados por esse tipo de verbo, a autora diferencia o que seria um argumento da estrutura e um argumento da raiz de um verbo, tomando como base, para tanto, autores como Grimshaw (2005), Rappaport-Hovav e Levin (1998a) e Levin (1999). Levando em consideração o verbo *assaltar*, a autora afirma que o argumento interno desse verbo é o um argumento da raiz. A raiz é a

parte idiossincrática do sentido de um verbo, portanto apresenta a seguinte estrutura, para apontar que o argumento da raiz desse tipo de verbo está dentro da raiz:

(88) *assaltar*: [X DO <ASSALTO Y>]

Leia-se: *X faz/executa um assalto em/sobre/dirigido a Y*. Assim, a estrutura dos verbos eventivos será a seguinte:

(87) *v*: [X DO <EVENT Y>]

Leia-se: *X faz/executa um evento em/sobre/dirigido a Y*. Diante dessas representações, é possível observar que a reflexividade não pode ocorrer, pois ocorreria uma alteração no valor denotativo de um argumento da raiz. A raiz não pode sofrer nenhum tipo de alteração em alternâncias para que ocorra a reflexivização, assim como afirma a autora:

Em todos os processos acima, enfim, há alguma alteração na parte estrutural do significado, com a manutenção do sentido da raiz. Se a raiz permanece inalterada em processos gramaticais, como alternâncias argumentais, derivações lexicais e também na reflexivização, e se o argumento Y de verbos como *assaltar* pertence à raiz, ele não pode ser reflexivizado, isto é, ter seu valor denotativo alterado (igualado ao valor denotativo de X). Não se pode alterar o valor denotativo de Y porque Y pertence à raiz e a raiz é a parte do sentido lexical que deve permanecer constante. (GODOY, p. 91, 2012).

A reflexivização acontece quando há uma alteração no valor denotativo dos argumentos e não quando a raiz do verbo é alterada.

O quadro a seguir representa uma versão adaptada da classificação realizada por Godoy (2012).

| CLASSES VERBAIS | | | EXEMPLO | FORMA BÁSICA | FORMA REFLEXIVA |
|-------------------------|------------------------|----------------------------------------------|-------------------|------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| VERBOS DE MUDANÇA | - MUDANÇA DE ESTADO | - CAUSATIVO AGENTIVO. | <i>secar</i> | [[X ACT] CAUSE [Y BECOME <STATE>]] | [[X ACT] CAUSE [X BECOME <STATE>]] |
| | | - ESTRITAMENTE CAUSATIVO | <i>preocupar</i> | [[X] CAUSE [Y BECOME <STATE>]] | #[[X] CAUSE [X BECOME <STATE>]] |
| | | - ESTRITAMENTE CAUSATIVO COM LOCATIVO. | <i>acomodou</i> | [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [<STATE> [IN Z]]]] | [[X ACT] & [X BECOME [<STATE> [IN Z]]]] |
| | | - SEM RAIZ | <i>tornar</i> | [[X ACT] CAUSE [Y BECOME Z]] | [[X ACT] CAUSE [X BECOME Z]] |
| | - MUDANÇA DE POSSE | - DO TIPO <i>LOCATUM</i> | <i>acorrentou</i> | [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <THING>]]] | [[X ACT] CAUSE [X BECOME [WITH <THING>]]] |
| | | - DO TIPO BENEFATIVOS | <i>abençoou</i> | [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <THING>]]] | [[X ACT] CAUSE [X BECOME [WITH <THING>]]] |
| | | -SEM RAIZ | <i>prover</i> | [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH Z]]] | [[X ACT] CAUSE [X BECOME [WITH Z]]] |

| | | | | | |
|----------------------------|----------------------|------------|------------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| | - MUDANÇA DE LOCAÇÃO | - COM RAIZ | <i>acamar</i> | [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN <PLACE>]]] | [[X ACT] & [X BECOME [IN <PLACE>]]] |
| | | -SEM RAIZ | <i>colocar</i> | [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN Z]]] | [[X ACT] & [X BECOME [IN Z]]] |
| VERBOS DE MOVIMENTO | - DO TIPO LANÇAR | | <i>teletransportar</i> | [[X ACT<MANNER>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]] | [[X ACT<MANNER>] CAUSE [X MOVE [PATH Z]]] ou [[X ACT<MANNER>] & [X MOVE [PATH Z]]] |
| | -DO TIPO ACOMPANHAR | | <i>transportar</i> | [[X ACT<MANNER>] & [X MOVE [PATH Z]] & [Y MOVE [PATH Z]]] | #[[X ACT<MANNER>] & [X MOVE PATH Z] & [X MOVE PATH Z]] |
| VERBOS DE MODO DE AFETAÇÃO | | | <i>limpar</i> | [[X ACT] & [AFFECT<MANNER> Y]] | [[X ACT] & [AFFECT<MANNER> X]] |
| VERBOS EVENTIVOS | - COM RAIZ | | <i>assaltar</i> | [X DO <EVENT Y>] | #[X DO <EVENT X>] |
| | - SEM RAIZ | | <i>fazer</i> | [X ACT Y] | NÃO SE APLICA |

Quadro 3: Quadro adaptado das classes verbais da classificação de Godoy (2012).

Após apresentar a decomposição semântica de alguns verbos do PB, a autora realiza uma discussão interessante sobre as restrições à reflexivização, o motivo de considerar o PB como sendo uma língua de reflexivização sintática e o modelo de gramática adotado em seu estudo. Elencamos aqui os pontos principais de suas considerações.

Inicialmente, Godoy (2012) aponta duas restrições iniciais à reflexivização. A primeira é a de que o verbo deve ser transitivo e possibilitar a presença de dois argumentos, que devem ser NPs animados, como já vimos. Após a descrição dos verbos de mudança de estado estritamente causativos, surgiram mais algumas considerações, a saber: a denotação dos argumentos reflexivizados deve apontar indivíduos, e não eventualidades. Assim, a noção de reflexivização é finalizada da seguinte forma:

(89) A reflexivização consiste em igualar o valor denotativo de duas variáveis que denotem indivíduos na estrutura semântica de um verbo.

A autora conclui que a reflexivização é insensível às classes verbais, pois, caso os verbos passem pelas restrições iniciais à reflexivização e não violem os princípios alheios à reflexivização – impossibilidade de haver subeventos concomitantes iguais e a impossibilidade de alteração do significado da raiz em processos gramaticais –, eles podem sofrer reflexivização.

Em relação ao caráter sintático do fenômeno da reflexividade, é interessante pontuar que mesmo diante de uma descrição semântica para algumas classes verbais do PB, Godoy (2012) assume e defende que o fenômeno da reflexividade é sintático, evidência também comprovada por meio dos postulados de alguns outros autores (MENUZZI e LOBO, 2015; BERTOLINO, 2013).

Algumas evidências são apontadas pela autora para confirmar a ideia de que a reflexivização no PB é uma operação sintática e não lexical. Para tanto, a autora toma os postulados de Marantz (1984), Kaufman (2007) e Reinhart & Siloni (2005). Em resumo, Godoy (2012) assume três evidências que comprovam o PB ser uma língua de reflexivização sintática. A primeira é que a reflexivização reflete sobre argumentos não-verbais, como nos contextos de ECM – *João se acha bonito* - e em sentenças como *Bruno venceu a corrida para si mesmo*. A segunda evidência aponta para o fato de algumas propriedades semânticas do NP que estão na posição de sujeito, isto é, dependem de uma certa composição sintática, e não somente de traços lexicais do verbo. A terceira evidência

diz respeito ao quão produtiva a reflexividade é perante às classes verbais do PB, o que está relacionado com a ideia de que as operações sintáticas serem cegas à semântica dos itens, distintamente com o que ocorre nas operações lexicais.

Em relação ao modelo de gramática adotado por Godoy (2012), temos a ideia inicial do clássico modelo de Chomsky (1981) – este modelo é composto por um léxico, onde estão contidas as estruturas argumentais, que são retratadas pela autora através das decomposições semânticas de predicados, onde também são aplicadas determinadas regras de derivação; uma sintaxe, que constitui os itens lexicais enumerados; e dois módulos interpretativos: o fonológico e o semântico, aqui serão aplicados os mecanismos interpretativos. A partir desse modelo, a autora assume que o *se* é um item marcado lexicalmente como anáfora e é enumerado desde o léxico para uma derivação sintática, juntamente com um verbo e os sintagmas. Para Godoy (2012), o *se* é um clítico pronominal do PB, porém quando se comporta como anáfora segue as restrições impostas pelos princípios da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981). O que é relevante apontar sobre as anáforas, para Godoy (2012), é que elas possuem um comportamento específico na sintaxe. Assim, a autora prepondera que a interpretação reflexiva é uma interpretação reflexiva de uma sentença, e não de um verbo.

Em síntese, a partir do modelo de gramática assumido por Godoy (2012), o *se*, o *a si mesmo* e o *ele mesmo* são considerados pronomes anafóricos desde o léxico. Assim, a anáfora é enumerada para uma derivação simultaneamente com o verbo e os argumentos, que devem obedecer às restrições que ocorrem na sintaxe para só assim serem interpretadas de maneira adequada. Dessa forma, para a autora, a interpretação reflexiva considera:

A interpretação reflexiva deve levar em conta a interação entre: a semântica lexical do verbo principal, as propriedades inerentes do NP que ocupa a posição de argumento-sujeito e o caráter anafórico de *se* (ou *si mesmo/ele mesmo*). A interpretação média, que é uma versão não-causativa da reflexivização, decorre de inferências em sentenças formadas com verbos que contêm ou acarretam movimento. Já em verbos de afetação, como *barbear* e *vestir*, que são lexicalmente não-causativos, ocorre de forma direta, sem a mediação das inferências. Também localizamos nessa proposta as restrições à reflexivização que apontamos nos capítulos anteriores. Propusemos que se trata de casos de anomalia, ou seja, de problemas interpretativos, e não de agramaticalidades ou problemas estruturais. Se *se* (ou *si mesmo/ele mesmo*) é um argumento e o verbo é transitivo, e se a composição desses elementos obedece aos princípios de ligação, a sintaxe não tem nada a dizer sobre a má-formação, que só pode ser explicada na interpretação. (GODOY, p. 126-127, 2012).

Diante das formulações apresentadas a respeito da anáfora *se* do PB, a autora afirma que a reflexiva *strictu sensu* e a média, assim como as restrições à reflexivização, são consideradas interpretações de sentenças, que acontecem através da interação de traços semânticos além do que estão presentes lexicalmente no verbo, traços do NP sujeito e, levando em consideração algumas médias, a inferência do movimento.

Doron e Rappaport (2009) acreditam que o *se* das médias é um afixo que marca uma derivação no léxico e o *se* das reflexivas *strictu sensu* é uma anáfora argumental. Nos falantes de Minas Gerais há o apagamento do *se* com manutenção do sentido da sentença. Para Godoy (2012), somente uma média poderia manter o sentido com o apagamento do *se*, o que não seria possível com uma reflexiva *strictu sensu*. Vejamos os exemplos apontados pela autora:

(90) Bruno (se) barbeou.

(91) João *(se) machucou.

Godoy (2012) afirma que se o *se* tiver a possibilidade de ser apagado (90) e mantiver o sentido reflexivo da sentença, então a marca do *se* não irá determinar o sentido reflexivo da sentença. Acredita-se que o *se* desse tipo de estrutura é um marcador não-argumental, consequência de uma operação lexical, assim como acontece com as incoativas. Diante disso, a autora propõe uma solução, tomando como hipótese a de que há uma lexicalização das médias. Para Godoy (2012), a média lexical é uma composição sintática entre verbo e pronome, que passa a ser armazenada no léxico, assim como acontece com um verbo inerentemente pronominal. A autora afirma que não são todos os casos de médias e nem todas as classes verbais que poderiam ser lexicalizados na forma média. Vejamos um exemplo possível do apagamento do *se* com permanência de sentido de reflexividade:

(92) João barbeou.

Diante disso, Godoy (2012) propõe que os verbos que apontam traços lexicais na forma média são mais usados com uma ideia de reflexividade. No caso do verbo *barbear*, tendo como base sua frequência, aponta-se uma entrada lexical independente, isto é, um verbo que se comporta como um verbo pronominal. Assim, nesse caso, o clítico *se* é tido como parte do item lexical, dessa forma ele perde sua característica de anáfora

pronominal, podendo ser apagado. Na região de Minas Gerais é possível esse tipo de construção, assim como também encontrou Lacerda (2014).

De modo geral, segundo Godoy (2012), o que permite a lexicalização de certos verbos no PB é a frequência de uso, isso acarreta no pensamento de que a reflexivização é “um processo interpretativo atribuído a uma sentença, tanto para os casos de reflexiva *strictu sensu* quanto para os de *média*.” (GODOY, 2012, p. 132).

Assim, fica evidente a relevante contribuição trazida por Godoy (2012) em seu estudo. Concluiremos essa sessão com suas principais contribuições. A primeira delas é a refinada definição do conceito de reflexividade; seguida da distinção entre a reflexiva *strictu sensu* e a *média*; posteriormente, a autora fez uma definição de que qualquer verbo do PB pode ser reflexivizado, desde que passe pelas restrições iniciais à reflexivização; seguidamente predisse que o fenômeno da reflexividade é uma composição sintática entre o verbo e uma anáfora, além de ter verificado que as representações de formas verbais reflexivas devem ser encaradas como representações de interpretações de sentenças. Por fim, estabeleceu uma descrição do léxico verbal do PB e apresentou uma descrição da linguagem da decomposição semântica de predicados, classificação essencial para a realização do nosso estudo experimental.

2. 3. 1. 4 Bertolino (2013)

Bertolino (2013), em sua análise sobre os casos em que a forma *ele* do português brasileiro (PB) pode aparecer localmente ligada, fez uma análise interessante sobre os estudos de Reinhart (2002) e Reinhart & Siloni (2005), que apontam relevantes considerações a respeito da definição dos predicados reflexivos do PB, sendo essa a definição que nos interessa descrever aqui.

Utilizando a noção de Sistema Temático, de Reinhart (2002) e Reinhart & Siloni (2005), Bertolino (2013) aponta como selecionou os verbos para a realização dos experimentos de sua pesquisa, dividindo-os em duas categorias: os de reflexividade provável e os de reflexividade improvável.

Reinhart (2002) afirma que o Sistema Temático é formado por entradas lexicais, que são responsáveis por interligar conceitos abstratos à sintaxe. Os traços presentes nas estradas lexicais são compreensíveis tanto para a sintaxe como para semântica. Bertolino (2013, p. 57) afirma que

(...) segundo o Sistema Temático, todos os papéis temáticos de um núcleo são codificados formalmente por meio de dois traços binários: +/- c (causa mudança) e +/- m (estado mental). Quando esses traços são combinados, temos oito combinações possíveis, que corresponderiam aproximadamente aos rótulos de papéis temáticos que conhecemos: (...)

Os papéis temáticos apontados no trabalho de Reinhart (2002) são:

[+c+m] agente

[+c-m] instrumento

[-c+m] experienciador

[-c-m] tema

[+c] causa

[-c] beneficiários/meta

[-m] assunto/origem

[+m] senciante

Essas especificações apontadas por Reinhart (2002) garantem que possamos separar verbos como comer ([+c +m], [-c -m]) de quebrar ([+c], [-c -m]), por exemplo, pois o primeiro indica o papel temático externo e o segundo o papel temático interno. Isso significa que o verbo comer necessita de um agente, ao contrário de quebrar, que pode licenciar derivações causativas e inacusativas, assim como prediz Bertolino (2013).

Reinhart (2002) e Reinhart & Siloni (2005) apontam a existência de três operações de valência – *arity operations*, que são operações que podem ser aplicadas à grade do verbo, sendo elas: saturação, redução e expansão. Bertolino (2013) descarta duas dessas operações e leva em consideração, apenas, a operação da redução, devido a sua necessidade em explicar a ausência de papéis internos de alguns verbos.

A definição da operação de redução apontada nos trabalhos de Reinhart (2002) e Reinhart & Siloni (2005) é responsável por reduzir um argumento do verbo, podendo este ser o externo ou o interno. Assim, para esses autores, o processo de reflexivização ocorre quando somente o papel temático interno é reduzido. Segundo Bertolino, essa operação pode ser aplicada na sintaxe, em línguas como o português brasileiro e o francês, ou no léxico – inglês e holandês, por exemplo.

A reflexivização no léxico acontece quando há uma redução de caso acusativo, assim, não se elimina o papel temático interno, apenas agrupa-se o papel temático externo ao interno, formando um papel temático complexo. Para Reinhart & Siloni (2005), os

verbos reflexivos são aqueles que permitem reflexivização no léxico, sendo esses verbos definidos como atividades que as pessoas realizam nelas mesmas.

Diante das definições apresentadas, Bertolino (2013) demonstra o porquê de considerar a língua portuguesa de reflexivização sintática, apontando os quatro testes feitos por Reinhart & Siloni (2005), são eles: Verificação dos predicados ECM; Verificação se a língua permite reflexivização nominal; Verificação se na língua a reflexivização é uma operação produtiva; Verificação se a língua permite reflexivização envolvendo argumentos dativos. É através desses testes que é possível verificar se uma língua é de reflexividade sintática ou lexical.⁵⁵

Assim, Bertolino (2013) assume que “(...) os chamados verbos de reflexividade improvável correspondem aos verbos que não permitem reflexivização lexical” (BERTOLINO, 2013, p. 67), mas não garante que haja uma relação exata entre os predicados de reflexividade provável e os verbos reflexivos, apontando que há necessidade de um estudo mais detalhado para que se possa afirmar tal relação.

Embora tenham dividido os verbos em prováveis reflexivos e improváveis reflexivos, Grolla (2012) e Bertolino (2013) não consideram como um processo finalizado, apontando que uma investigação mais sistemática se faz necessária para a definição dessa categoria verbal.

O que nos interessou mencionar no trabalho de Bertolino (2013) foram dois pontos. O primeiro referente ao grupo ao qual pertence à língua portuguesa, isto é, ao grupo das línguas de reflexivização sintática, pois mesmo tomando como base a noção de papéis temáticos, a autora também vai ao encontro dessa teoria. O segundo ponto diz respeito à sua classificação para os verbos de natureza reflexiva, que, mesmo incipiente, nos conduz ao entendimento das características que circundam esse tipo verbal, levando em consideração os postulados de Reinhart (2002) e Reinhart & Siloni (2005).

2. 3. 1. 5 Menuzzi e Lobo (2015)

Menuzzi e Lobo (2015) realizaram uma discussão a respeito das propriedades das formas pronominais do português brasileiro e do português europeu, tomando como base a Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981; 1986).

Apesar de assumirem como base a Teoria da Ligação, os autores apontam várias falhas presentes na teoria, sendo duas as mais preponderantes: a arbitrariedade da

⁵⁵ Para mais detalhes ver Reinhart & Siloni (2005).

definição de domínio de ligação e a natureza dos tipos de DPs e sua distribuição complementar. Desse modo, os autores relacionam o que defende a Teoria da Ligação com as propriedades dos DPs definidas por Reinhart & Reuland (1993), defendendo juntamente com Reinhart e Reuland (1993) que parte da complementaridade se refere à constituição morfossintática dos DPs, o que torna possível associarmos a propriedade de um elemento ser reflexivo.

Delimitando como se compõem as formas pronominais no PB e no PE, os autores salientam duas divisões importante para os verbos com relação à propriedade reflexiva que existe em determinados verbos da língua portuguesa. Assim, eles dividem os verbos em duas categorias. Aos verbos que possuem a proeminência de funcionarem como reflexivos sem que seja necessário a adjunção de uma anáfora/pronome reflexivo, eles os chamam de *verbos inerentemente reflexivos*, pois a semântica e pragmática desses verbos os possibilitam tal atuação. Essa afirmação tem como base os postulados de R&R (1993), que predizem a existência de predicados marcados lexicalmente, independente da presença de uma forma SELF. Significa dizer que verbos inerentemente reflexivos são marcados no léxico para interpretação reflexiva, portanto, eles não precisam de um marcador reflexivo. Os verbos que precisam de um elemento para marcar sua reflexividade os autores os nomeiam de *verbos não inerentemente reflexivos*, pois necessitam do SELF, conforme prediz R&R (1993), para tornar o predicado reflexivo. Vejamos abaixo os verbos selecionados pelos autores:

(93) a. Inherently reflexive verbs: [BP□]

Pedro queixou/arrependeu/comportou {Ø/**ele* (*mesmo*)}.

Pedro complained/repented/behaved {Ø/him (same)}

“*Pedro complained/repented/behaved* (himself).”

b. Non-inherently reflexive verbs:

Pedro reconheceu/desenhou/criticou {*ele/ele mesmo*}.

Pedro recognized/draw/criticized {him/him same}

“*Pedro has recognized/drawn/criticized himself*.”

Como pudemos observar os verbos selecionados pelos autores cumprem bem o que determina cada grupo verbal. O que não nos fez adotar a classificação dos autores para a verificação da atuação verbal no processamento anafórico foi justamente a falta de profundidade da divisão dos verbos e da pouca quantidade de verbos selecionados. Essas

questões nos impossibilitaram de considerar a classificação, embora nos faça considerar como a questão da classificação dos verbos de natureza reflexiva no PB é algo que merece um olhar cuidadoso.

2.4 ESTUDOS EM PROCESSAMENTO E AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Como já foi visto, o Programa Minimalista foi proposto por Chomsky (1993; 1995), de modo geral, com o intuito de reduzir a descrição teórica que havia sido proposta no Modelo de Princípios e Parâmetros (1981). Dito isto, fica evidente que o Programa Minimalista é uma teoria reducionista que procurou estabelecer novos encaminhamentos, alguns teóricos e a maioria metodológicos, para a teoria P&P (1981).

Além das modificações realizadas, muitas questões surgiram no decorrer dos estudos linguísticos, uma delas estava relacionada ao modo como o modelo formal de língua, estabelecido na Teoria Gerativa, e as interfaces que lhe dão base se relacionam.

A Teoria de P&P (1981) prediz que os princípios da Teoria da Ligação (1981; 1986) operariam na estrutura profunda (*Deep Structure*), isto é, ao afirmar que os princípios da teoria atuam na *Deep Structure*, a teoria assume qual o ponto em que estes princípios licenciariam a derivação, ou ainda, se esta seria recusada ou fracassada.

Um dos grandes interesses dos estudos que adotam o modelo formal de língua da Teoria Gerativa e a investigação psicolinguística da atuação dos princípios da Teoria da Ligação é verificar em qual momento os princípios atuam e quais fatores seriam levados em consideração no processamento desse tipo de estrutura. Dessa forma, selecionamos os principais estudos psicolinguísticos no inglês e no PB, como forma de apresentar os achados do exato momento em que ocorre o processamento anafórico e pronominal.

Na psicolinguística experimental muitos estudos têm investigado a atuação dos Princípios da Teoria da Ligação. Trabalhos como os de Nicol & Swinney (1989), na língua inglesa, e Oliveira, Leitão e Henrique (2012), no português brasileiro, encontraram restrições de ligação em um único estágio, porém outros trabalhos encontraram restrições em dois estágios.

Os estágios são delimitados à medida que o *parser* (processador sintático) encontre seus potenciais antecedentes para a retomada. No primeiro estágio, denominado de *bonding*, os princípios da Teoria da Ligação atuam logo que o *parser* identifique os possíveis antecedentes para a retomada. Já no segundo estágio, nomeado de *resolution*, a ligação entre a retomada e o antecedente poderia acontecer entre o antecedente não disponível, conforme encontraram Badecker & Straub (2002); Sturt (2003); Kennison, 2003; na língua inglesa e Leitão, Peixoto e Santos (2008); no português brasileiro.

Os estudos apresentados a seguir ora encontraram o processamento em apenas um estágio, ora em dois estágios - *bonding* e *resolution*.

2.4.1 Estudos em Língua Inglesa

A Teoria da Ligação (*Binding Theory*, 1981, 1986) prediz que são fatores sintáticos que licenciam a identificação de antecedentes gramaticais para pronomes e anáforas. Desse modo, esta teoria propõe três princípios: A, B e C, como delineado no tópico 2.1. O princípio A postula que as anáforas devem ser presas em seu domínio de ligação, isto implica que o seu antecedente deve estar na mesma sentença que a anáfora, como também deve c-comandá-la, desse modo o que rege a gramaticalidade da sentença da qual faz parte a anáfora é a relação de localidade, tornando a questão sintática o principal fator da gramaticalidade sentencial. Embora muitos estudos, dentre os quais destaco os de Nicol & Swinney (1989), na língua inglesa, e o de Henrique (2012), na língua portuguesa, apresentar evidências para a influência apenas de questões sintáticas na resolução da correferência anafórica, existem estudos recentes que encontraram influência de outras questões na resolução da correferência (Badecker & Straub, 2002; Sturt, 2003; kennison, 2003).

Dessa forma, descreveremos alguns trabalhos na língua inglesa que analisaram o processamento das restrições de ligação, averiguando em qual momento elas ocorreriam (se em *bonding* ou *resolution*).

2.4.1.1 Nicol & Swinney (1989)

Como forma de averiguar em qual estágio incidiu o processamento das restrições de ligação, Nicol e Swinney (1989) realizaram um teste com a técnica de *priming* intermodal (*cross-modal priming*). A hipótese inicial deste trabalho se baseia na Teoria da Ligação e afirma que apenas os antecedentes disponíveis serão considerados no processamento, excluindo imediatamente os antecedentes indisponíveis.

As sentenças foram divididas da seguinte forma, conforme podemos averiguar nos itens (94) e (95):

(94) *The boxer_i told the skier_j that the doctor_k for the team would blame him_i*for the recent injury.*

(95) *The boxer_j told the skier_j that the doctor_i for the team would blame himself* for the recent injury.*⁵⁶

Os participantes ouviam sentenças do tipo (94) e (95). Na sentença do tipo (94), após o pronome *him* (ele), e em (95), após a anáfora *himself* (ele mesmo), aparecia uma palavra sonda, esta estabelecia relação semântica ou não com os antecedentes *boxer*, *skier* ou *doctor* – boxeador, nadador e médico.

Neste experimento, os resultados foram ao encontro da Teoria da Ligação. Nas sentenças do tipo (94) – presença do pronome *him* – ocorreu a vinculação do pronome com os antecedentes *the boxer* e *the skier*, o que está de acordo com o que propõe o Princípio B, da Teoria da Ligação, segundo o qual os pronomes devem ligar-se ao seu antecedente ou antecedentes mais distantes. O efeito de *priming* foi significativo apenas no momento que as palavras sondas estavam sendo relacionadas aos antecedentes *the boxer* e *the skier*.

Nas sentenças do tipo (95) – com a anáfora *himself* –, o efeito foi significativo quando existiam palavras que estabeleciam relação com o antecedente mais próximo, neste caso, *the doctor*, conforme prediz o Princípio A da Teoria da Ligação.

Os resultados encontrados corroboram o que foi postulado pela Teoria da Ligação, assim os autores desenvolveram a Hipótese do Filtro de Ligação Inicial, que afirma que os antecedentes indisponíveis não são considerados nos momentos iniciais do processamento.

2.4.1.2 Clifton, Kennison e Albrecht (1997)

Clifton, Kennison e Albrecht (1997) também encontraram evidências favoráveis à hipótese do filtro inicial no processamento. Os autores elaboraram um experimento de leitura automonitorada (*self-paced Reading*) e constataram a influência apenas dos antecedentes disponíveis no processamento de sentenças contendo pronomes. Analisemos:

(96)

a. *The supervisors paid him yesterday to finish typing the manuscript.*

⁵⁶ (94) O boxeador falou para o esquiador que o médico da equipe culpa ele da recente lesão.
(95) O boxeador falou para o esquiador que o médico da equipe culpa ele mesmo da recente lesão.

Esta técnica consiste na apresentação de estímulos de modalidades diferentes no *priming* e no alvo.

- b. *The supervisor paid him yesterday to finish typing the manuscript.*
- c. *The supervisors paid his assistant to finish typing the manuscript.*
- d. *The supervisor paid his assistant to finish typing the manuscript.*⁵⁷

Observou-se com os resultados encontrados que houve efeito *match/mismatch* (combina/não combina) nas condições (96c) e (96d), mas não nas sentenças (96a) e (96b). Verificou-se que nas regiões após os pronomes *him/his* a leitura foi mais lenta em (96c), quando se comparou com as demais condições. Os resultados corroboram a Hipótese do Filtro de Ligação Inicial, postulada por Nicol & Swinney (1989).

2.4.1.3 Badecker e Straub (2002)

Uma das pesquisas em processamento que vai contra o modelo de Filtro de Ligação Inicial é a de Badecker e Straub (2002). Através de um experimento de leitura automonitorada (*self-paced Reading*), os autores manipularam o gênero dos antecedentes disponíveis e dos antecedentes indisponíveis no processamento de sentenças contendo pronomes e reflexivos. As sentenças utilizadas no experimento são exemplificadas abaixo:

(97) Pronome

- a. *John thought that Beth owed him another opportunity to solve the problem.*
- b. *John thought that Bill owed him another opportunity to solve the problem.*

(98) Reflexivos

- a. *Jane thought that Bill owed himself another opportunity to solve the problem.*
- b. *John thought that Bill owed himself another opportunity to solve the problem.*⁵⁸

Os resultados foram capturados apenas quando os participantes leram o segmento *opportunity* e não os segmentos críticos (pronomes/reflexivos). Os tempos de leitura foram mais rápidos no segmento *opportunity*, nas sentenças (97a) e (98a), quando o

⁵⁷ Os supervisores o pagaram ontem para terminar a datilografia do manuscrito.
 O supervisor o pagou ontem para terminar a datilografia do manuscrito.
 Os supervisores pagaram o assistente dele para terminar a datilografia do manuscrito.
 O supervisor pagou o assistente dele para terminar a datilografia do manuscrito.

⁵⁸ John pensou que Beth lhe devia mais uma oportunidade para resolver o problema.
 John pensou que Bill lhe devia mais uma oportunidade para resolver o problema.
 Jane pensou que Bill devia a ele mesmo mais uma oportunidade para resolver o problema.
 John pensou que Bill devia a ele mesmo mais uma oportunidade para resolver o problema.

gênero da retomada convergia somente com o gênero do antecedente disponível. No entanto, nas sentenças (97b) e (98b), quando o gênero da retomada correspondia tanto ao gênero do antecedente disponível quanto ao gênero do antecedente indisponível, os tempos de leitura foram mais lentos. A ambiguidade nos traços de gênero, nas sentenças (97b) e (98b), reverberou a influência dos antecedentes indisponíveis no tempo de leitura das sentenças, o que implica que houve interferência dos antecedentes não disponíveis, mesmo que de forma tardia.

2.4.1.4 Sturt (2003)

Indo ao encontro dos resultados encontrados por Badecker e Straub (2002), Sturt (2003) realizou três experimentos. O primeiro e o terceiro experimento foram realizados com a técnica de rastreamento ocular (*eyetracking*), e tinham como objetivo averiguar a atuação de antecedentes disponíveis e indisponíveis no processamento anafórico. O segundo experimento foi realizado com a técnica de leitura automonitorada (*self-paced Reading*) e visou investigar como os participantes interpretariam a retomada anafórica. Vejamos abaixo as sentenças utilizadas no primeiro experimento:

(99) Experimento 1.

a. *Accessible-match/inaccessible-match*

Jonathan was pretty worried at the City Hospital. He remembered that the surgeon had pricked himself with a used syringe needle. There should be an investigation soon.

b. *Accessible-match/inaccessible-mismatch*

Jennifer was pretty worried at the City Hospital. She remembered that the surgeon had pricked himself with a used syringe needle. There should be an investigation soon.

c. *Accessible-mismatch/inaccessible-match*

Jonathan was pretty worried at the City Hospital. He remembered that the surgeon had pricked herself with a used syringe needle. There should be an investigation soon.

d. *Accessible-mismatch/inaccessible-mismatch*

*Jennifer was pretty worried at the City Hospital. She remembered that the surgeon had pricked herself with a used syringe needle. There should be an investigation soon.*⁵⁹

⁵⁹ Jonathan estava muito preocupado no Hospital da Cidade. Ele lembrou que o cirurgião tinha picado ele mesmo com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

Os efeitos significativos obtidos nesse experimento foram encontrados através dos tempos de leitura na primeira fixação e na primeira passada do reflexivo. Verificou-se que a diferença nos grupos e leitura é significativa quando havia o antecedente disponível concordando em gênero com a anáfora, como nas sentenças (99a) e (99b). Diferentemente do ocorreu nas sentenças (99c) e (99d), em que o antecedente indisponível não concordava com o gênero da anáfora, os tempos de leitura foram significativamente maiores.

Utilizando a técnica de leitura automonitorada, Sturt (2003), em seu segundo experimento, analisou a possível influência de antecedentes indisponíveis na interpretação anafórica. As sentenças utilizadas nesse experimento foram iguais ao do primeiro, a diferença existente foi o acréscimo de uma pergunta de compreensão logo após as frases. Vejamos abaixo como elas foram dispostas:

(100) Experimento 2.

(Display 1) Jonathan was pretty worried at the City Hospital.

(Display 2) He remembered that the surgeon had pricked himself with a used syringe needle.

(Display 3) Who had been pricked with a used needle?

(Display 4) Jonathan/The surgeon⁶⁰

Os resultados encontrados nesse experimento apontam para a influência do antecedente indisponível, quando havia combinação entre ele e a anáfora. Desse modo, percebemos a possível influência de antecedentes indisponíveis no processamento das anáforas.

Jennifer estava muito preocupada no Hospital da Cidade. Ela lembrou que o cirurgião tinha picado ele mesmo com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.
Jonathan estava muito preocupado no Hospital da Cidade. Ele lembrou que o cirurgião tinha picado ela mesma com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.
Jennifer estava muito preocupada no Hospital da Cidade. Ela lembrou que o cirurgião tinha picado ela mesma com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

⁶⁰ (Display 1) Jonathan estava muito preocupado no Hospital da Cidade.

(Display 2) Ele lembrou que o cirurgião tinha picado ele mesmo com uma agulha de seringa usada.

(Pergunta 3) Quem tinha sido picado por uma agulha usada?

(Opções4) Jonathan / O cirurgião

Sturt (2003) realiza o terceiro experimento utilizando a técnica de rastreamento ocular (*eyetracking*). Este teve como objetivo averiguar se os resultados encontrados no experimento 1 se deram pela posição dos antecedentes.

No terceiro experimento realizado por Sturt (2003), verificou-se se os resultados apontados no experimento 1 estavam indo de acordo com a Teoria da Ligação ou se estes resultados se dão pela posição em que se encontram os antecedentes. As sentenças utilizadas neste experimento foram as seguintes:

(101) Experimento 3.

a. *Accessible-match/inaccessible-match*

*Jonathan was pretty worried at the City Hospital. The surgeon who treated Jonathan had pricked **himself** with a used syringe needle. There should be an investigation soon.*

b. *Accessible-match/inaccessible-mismatch*

*Jennifer was pretty worried at the City Hospital. The surgeon who treated Jennifer had pricked **himself** with a used syringe needle. There should be an investigation soon.*

c. *Accessible-mismatch/inaccessible-match*

*Jonathan was pretty worried at the City Hospital. The surgeon who treated Jonathan had pricked **herself** with a used syringe needle. There should be an investigation soon.*

d. *Accessible-mismatch/inaccessible-mismatch*

*Jennifer was pretty worried at the City Hospital. The surgeon who treated Jennifer had pricked **herself** with a used syringe needle. There should be an investigation soon.⁶¹*

Neste terceiro experimento os resultados encontrados na segunda passada ocular e nas informações interpretativas apontam para efeitos tardios dos antecedentes indisponíveis para a anáfora. Dessa forma, os resultados confirmam o processamento dos

⁶¹ a. *Jonathan* estava muito preocupado no Hospital da Cidade. O cirurgião que atendeu *Jonathan* tinha picado ele mesmo com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

b. *Jennifer* estava muito preocupada no Hospital da Cidade. O cirurgião que atendeu *Jennifer* tinha picado ele mesmo com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

c. *Jonathan* estava muito preocupado no Hospital da Cidade. O cirurgião que atendeu *Jonathan* tinha picado ela mesma com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

d. *Jennifer* estava muito preocupada no Hospital da Cidade. O cirurgião que atendeu *Jennifer* tinha picado ela mesma com uma agulha de seringa usada. Deveria haver uma investigação em breve.

reflexivos em dois momentos. No primeiro momento, nomeado de *bonding* (ligação), ocorreu a atuação do Princípio A da Teoria da Ligação, confirmando o que prediz a Hipótese do Filtro Inicial de Ligação postulado por Nicol e Swinney (1989) e, em um segundo momento, intitulado de *resolution* (resolução), as influências semânticas e pragmáticas foram consideradas no processamento, isto fez com que os falantes considerassem os antecedentes indisponíveis no processamento da correferência.

2.4.1.5 Kennison (2003)

Kennison (2003) apresenta resultados que evidenciam o que encontrou Sturt (2003) - a presença de dois estágios no processamento. Através da técnica de leitura automonitorada (*self-paced Reading*), Kennison (2003) realizou três experimentos, com o intuito de analisar o processamento do pronome possessivo *his* e dos pronomes plenos *him e her*. As sentenças que fizeram parte desse experimento foram:

(102) SPEC *conditions*

- a. *Susan watched her classmate during the open rehearsals of the school play*
- b. *Carl watched her classmate during the open rehearsals of the school play.*
- c. *They watched her classmate during the open rehearsals of the school play.*

NP *conditions*

- d. *Susan watched her yesterday during the open rehearsals of the school play.*
- e. *Carl watched her yesterday during the open rehearsals of the school play.*
- f. *They watched her yesterday during the open rehearsals of the school play.*⁶²

Os resultados apontam para uma leitura mais lenta nas sentenças com pronomes NP, que estavam em posição de objeto, na presença de um antecedente indisponível que concordava em gênero.

⁶² Condições SPEC- quando o pronome está na posição de sujeito.

- a. Susan assistiu o colega de classe dela durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.
- b. Carl assistiu o colega de classe dela durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.
- c. Eles assistiram o colega de classe dela durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Condições NP- Quando o pronome está na posição de objeto.

- d. Susan assistiu ela ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.
- e. Carl assistiu ela ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.
- f. Eles assistiram ela ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Utilizando a mesma técnica de leitura automonitorada, o segundo experimento teve como objetivo analisar o processamento de sentenças com os pronomes *his* e *him* na mesma posição do pronome *her*. Os exemplos das frases experimentais seguem abaixo:

(103) *SPEC conditions*

- a. *Susan watched his classmate during the open rehearsals of the school play.*
- b. *Carl watched his classmate during the open rehearsals of the school play*
- c. *They watched his classmate during the open rehearsals of the school play.*

NP conditions

- d. *Susan watched him yesterday during the open rehearsals of the school play.*
- e. *Carl watched him yesterday during the open rehearsals of the school play.*
- f. *They watched him yesterday during the open rehearsals of the school play.*⁶³

Analisando os resultados verificou-se que, nas sentenças contendo o pronome *his* (103a, b e c), o tempo de leitura foi mais curto, isto é, a leitura realizada pelos falantes foi mais rápida na sentença em que o pronome e o sujeito concordavam em gênero e número (103b). Esta sentença teve o processamento realizado de forma mais rápida, devido à posição do pronome possessivo, pois este estava sendo licenciado pelo Princípio B da Teoria da Ligação. Quando, nas sentenças, o pronome *him* não concordava em número com o antecedente, como em (26f), a leitura foi consideravelmente mais rápida. Já quando o gênero e o número concordavam com o pronome, os tempos de leitura foram maiores. Dessa forma, conclui-se que ocorreu a violação do Princípio B da Teoria da Ligação.

No terceiro experimento, Kennison (2003) adiciona um preâmbulo antes das sentenças (104a, b, c). Neste havia um antecedente estruturalmente disponível e um indisponível, em termos da Teoria da Ligação. Vejamos:

(104) *Billy complained about having a stomachache.*

- a. *Laura watched him closely throughout the day.*

⁶³ Condições SPEC

Susan assistiu seu colega de classe durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Carl assistiu seu colega de classe durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Eles assistiram seu colega de classe durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Condições NP

Susan assistiu ele ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Carl assistiu ele ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

Eles assistiram ele ontem durante os ensaios abertos ao público da peça escolar.

b. *Michael watched him closely throughout the day.*

c. *They watched him closely throughout the day.*

(105) *Lucy complained about having a stomachache.*

a. *Laura watched her closely throughout the day.*

b. *Michael watched her closely throughout the day.*

c. *They watched her closely throughout the day.*

Analisando os resultados encontrados, a autora afirma que a presença do antecedente no preâmbulo impediu a busca por um antecedente indisponível. Diante desses resultados, Kennison (2003) prediz, junto com o que foi postulado por Sturt (2003), que o processamento ocorreu em dois momentos (estágios). No primeiro momento (*Bonding*), os antecedentes indisponíveis foram imediatamente bloqueados pelo Princípio B, já no segundo momento (*Resolution*) quando não havia o antecedente disponível for a do escopo da sentença, a ligação foi feita com o antecedente indisponível, ocorrendo, assim, uma influência tardia dos indisponíveis no processamento das sentenças.

Os trabalhos apresentados acima analisaram como as restrições de ligação ocorrem na língua inglesa. A partir da próxima sessão será possível compreender como as questões estruturais e semânticas podem ou não determinar o processamento anafórico e pronominal no português brasileiro.

2.4.2 Estudos em Português Brasileiro (PB)

Os estudos citados acima com a língua inglesa contribuíram de maneira significativa para os experimentos realizados no português brasileiro, ora por alavancar os estudos em processamento anafórico e pronominal, ora por apresentar delineamentos interessantes para pesquisas futuras. Vejamos adiante alguns trabalhos psicolinguísticos que conduziram testes experimentais com anáforas e pronomes na língua portuguesa.

2.4.2.1 Leitão, Peixoto e Santos (2008)

De maneira semelhante aos trabalhos de Kennison (2003) e Sturt (2003), Leitão, Peixoto e Santos (2008), por meio da técnica de leitura automonitorada (*self-paced Reading*), realizaram dois experimentos *on-line* com o intuito de investigar em que

momento do processamento os princípios da Teoria da Ligação atuariam. Os experimentos foram aplicados com falantes nativos do português brasileiro.

Os dois experimentos apresentaram o pronome *ele* na posição de objeto e foram controlados os traços de gênero, número e animacidade dos antecedentes. De modo geral, verificou-se que, na leitura do pronome, não ocorreu diferença significativa, que aponta para o fato de que, num primeiro estágio de processamento, o princípio B da Teoria da Ligação impediu a possível ligação entre o pronome *ele* e o antecedente indisponível. As sentenças utilizadas no primeiro experimento foram apresentadas como as abaixo:

(106) a. Antecedente sujeito masculino, singular e + animado (MS+A)

Tião/ atropelou/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

b. Antecedente sujeito feminino, singular e + animado (FS+A)

Talita/ atropelou/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

c. Antecedente sujeito feminino, plural e + animado (FP+A)

As motoristas/ atropelaram/ ele/ imprudentemente/na estrada/ de Cabedelo.

d. Antecedente sujeito feminino, plural e – animado (FP-A)

As carretas/ atropelaram/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

Nas sentenças que continham o pronome concordando em gênero, número e animacidade com o antecedente indisponível, como em (106a), os tempos de leitura foram mais lentos, do que nas sentenças em que os traços não correspondiam, como em (106d). Os resultados encontrados, neste primeiro experimento, corroboram os achados de Kennison (2003) na língua inglesa, apontando para o processamento em dois estágios.

O segundo experimento foi testado com as mesmas frases experimentais do primeiro, apenas com o acréscimo de um preâmbulo que continha um antecedente disponível ao pronome que apresentava os mesmos traços. Devido à existência de um antecedente disponível, o tempo de leitura no segmento do pronome *ele* foi mais lento do que no experimento 1.

(107) Carlos atravessou a rua correndo.

a. Antecedente sujeito masculino, singular e + animado (MS+A)

Tião/ atropelou/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

b. Antecedente sujeito feminino, singular e + animado (FS+A)

Talita/ atropelou/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

c. Antecedente sujeito feminino, plural e + animado (FP+A)

As motoristas/ atropelaram/ ele/ imprudentemente/na estrada/ de Cabedelo.

d. Antecedente sujeito feminino, plural e – animado (FP-A)

As carretas/ atropelaram/ ele/ imprudentemente/ na estrada/ de Cabedelo.

Os resultados obtidos apontaram para a ligação imediata do pronome ao seu antecedente disponível, não havendo influência dos traços de gênero, número e animacidade dos antecedentes indisponíveis, embora o custo de processamento tenha sido maior na leitura do pronome *ele* do que no experimento 1, pelo fato da presença do preâmbulo.

2.4.2.2 Grolla (2012)

Um dos estudos em psicolinguística que trouxe resultados significativos para o estudo da aquisição anafórica em português brasileiro foi o de Grolla (2012). Esse trabalho teve como objetivo analisar como se comportavam crianças (de até 6 anos) quando expostas à forma anafórica *ele mesmo* e verbos preferencialmente reflexivos, como *pentear*, ou verbos preferencialmente recíprocos, como *abraçar*. É importante ressaltar que a classificação dos verbos estabelecida pela autora foi estabelecida de forma intuitiva, isso contribuiu para a classificação que iremos realizar neste trabalho e as possíveis influências do tipo de verbo no processamento *on-line* de sentenças anafóricas.

Em linhas gerais, Grolla (2012) propôs investigar se as crianças poderiam atribuir à expressão *ele mesmo* uma interpretação reflexiva, ou se fatores como a pragmática e a semântica dos verbos seriam consideradas, ou ainda, se as respostas seriam dadas de forma aleatória. A forma *se* também foi testada, com o intuito de verificar se o comportamento seria semelhante ao da expressão anafórica *ele mesmo*. Diante dos aspectos pragmáticos envolvidos no processo de aquisição, a hipótese formulada foi a que as crianças apresentariam um conhecimento tardio sobre a expressão *ele mesmo* e um

conhecimento precoce sobre o *se*. De modo geral, os resultados apontaram para respostas aleatórias, mesmo para as crianças de 6 anos.

O experimento foi conduzido com 63 crianças, as quais foram divididas em três grupos. O grupo 1 foi composto por 20 crianças entre 3;11 e 4;11 anos de idade; o grupo 2, por 20 crianças entre 5;0 e 5;11 anos, e o grupo 3, por 23 crianças entre 6;0 e 6;11 anos. O material usado foi composto de quatro verbos – dois preferencialmente reflexivos (*pentear* e *vestir*) e dois preferencialmente recíprocos (*beijar* e *abraçar*). Seguem abaixo as sentenças utilizadas:

(108) Elas mesmas: apenas leitura reflexiva

a. Verbo recíproco + Elas mesmas

As meninas estão abraçando/ beijando elas mesmas.

b. Verbo reflexivo + Elas mesmas.

As meninas estão penteando/vestindo elas mesmas.

Se: reflexivo ou recíproco

a. Verbo recíproco + se

As meninas estão se abraçando/beijando.

b. Verbo reflexivo + se

As meninas estão se penteando/vestindo.

Os resultados encontrados foram organizados de acordo com a frequência de respostas dadas para cada faixa etária. Vejamos:

| Faixas estarias | 'Se' | 'Ele Mesmo' |
|------------------------|-------------|--------------------|
| G1 (4 anos) | 66,25% | 41,25% |
| G2 (5 anos) | 80% | 65% |
| G3 (6 anos) | 79,35% | 50% |
| Adultos | 82,85% | 100% |

Tabela 4: Taxas de comportamento para 'se' e 'ele mesmo'.

Fonte: (GROLLA, p. 64, 2012).

No grupo 1 – composto por crianças de 4 anos - a escolha se deu de acordo com o verbo em 66,25% das vezes, quando a forma que estava aliada a ele era o *se*. As crianças se guiaram pela expressão anafórica *ele mesmo* em apenas 41,25% das vezes. Esses

resultados apontam para comportamentos divergentes entre *se* e *ele mesmo*, confirmando uma maior facilidade para o *se*.

Com relação ao grupo 2 – formado por crianças aos 5 anos – as crianças se guiaram pelo verbo em 80% das vezes quando estes estavam aliados ao *se*. Nos contextos que apareciam *ele mesmo*, a escolha se deu em apenas 65% das vezes.

As crianças aos 6 anos que compõe o grupo 3 escolheram em 79,35% das vezes, figuras de acordo com o verbo aliado ao *se*. A escolha pelo *ele mesmo* ocorreu em apenas 50% das vezes com as figuras reflexivas. Contrariando o segundo grupo, as crianças de 6 anos compreendem melhor o *se*. Vejamos abaixo um quadro, elaborado pela autora, com o resumo dos principais resultados encontrados:

| Testes | Condições | G1 (4 anos) | G2 (5 anos) | G3 (6 anos) |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| I: As crianças forneceram respostas adultas para 'se' e 'EM'? | Se | 66,25% | 80% | 79,35% |
| | EM | 49,25% (Melhor com 'se') | 65% (Melhor com 'se') | 50% (Melhor com 'se') |
| II: As crianças se saíram melhor com verbos reflexivos ou com verbos recíprocos? | V refl + se: ação refl | 47,5% | 75% | 69,56% |
| | V recípr + se: ação recípr | 82,5% (Melhor com recípr) | 82,5% (Igualmente bem) | 84,78% (Igualmente bem) |
| | V refl + EM: ação refl | 50% | 77,5% | 54,34% |
| | V recípr + EM: ação refl | 32,5% (Mal nos 2) | 57,5% (Melhor com V refl) | 47,82% (Mal nos 2) |
| III: O verbo influenciou a escolha da figura? | V recípr + EM: ação recípr | 67,5% (Escolha guiada pelo V) | 42,5% (Respostas aleatórias) | 52,1% (Respostas aleatórias) |

Tabela 5: Resumo dos principais resultados.

Fonte: (GROLLA, p. 67, 2012).

De modo geral, o grupo 1 fez suas escolhas baseadas no verbo, o que difere das respostas dadas pelas crianças aos 5 e 6 anos, que deram respostas aleatórias. Conclui-se que as crianças, mesmo aos 6 anos de idade, adquirem a expressão anafórica *ele mesmo* de forma tardia, uma vez que, ao serem apresentadas à forma anafórica *ele mesmo* e a ações reflexiva ou recíproca, ora escolhiam a ação reflexiva ora a ação recíproca.

Os resultados encontrados para o *se* foram na direção da semântica verbal. Segundo Grolla (2012), a aquisição mais rápida do *se* se deu pela neutralidade que o

compõe, além de ser regido por princípios sintáticos (Princípio A da Teoria da Ligação), o que facilita a sua compreensão, já o *ele mesmo* é composto por um pronome mais um adjetivo e requer interpretações semântico/pragmáticas, dificultando a aquisição.

2.4.2.3 Oliveira, Leitão e Henrique (2012)

Investigando o processamento *on-line* e *off-line* da anáfora *a si mesmo(a)* dentro do escopo estrutural da sentença, com falantes nativos do português brasileiro, Oliveira, Leitão e Henrique (2012), buscaram investigar a influência do Princípio A da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1961) na resolução da correferência anafórica. A pesquisa foi realizada através de uma tarefa de leitura automonitorada (*self-paced Reading*), por meio da qual analisou-se o tempo de leitura da anáfora *a si mesmo(a)*, ora precedida por um antecedente gramatical, ora por um agramatical, conforme a Teoria da Ligação. De modo geral, os resultados apontaram para a influência apenas de antecedentes disponíveis estruturalmente para a anáfora, corroborando a Teoria da Ligação e a Hipótese do Filtro de Ligação Inicial defendida por Nicol & Swinney (1989).

O experimento foi realizado com 6 conjuntos de 24 frases. As frases foram compostas por um antecedente disponível e um indisponível para a retomada anafórica e seguidas por uma pergunta de compreensão no final. Esta pergunta focalizava o antecedente que possuía o mesmo gênero da anáfora (31a, b, c e d), já nas sentenças que possuíam os dois antecedentes combinando com a anáfora, a pergunta estava centrada no antecedente disponível. As frases deste experimento foram formuladas com verbos prováveis reflexivos e não prováveis reflexivos, que foram categorizados de forma intuitiva. Vejamos como as frases do experimento:

(109)

a. Antecedente indisponível feminino, disponível masculino e retomada masculino

(FMRM) Maria disse que João machucou a si mesmo no parque de diversão. João se machucou?

b. Antecedente indisponível masculino, disponível feminino e retomada masculino

(MFRM) João disse que Maria machucou a si mesmo no parque de diversão. João se machucou?

c. Antecedente indisponível feminino, disponível masculino e retomada feminino

(FMRF) Maria disse que João machucou a si mesma no parque de diversão. Maria se machucou?

d. Antecedente indisponível masculino, disponível feminino e retomada feminino

(MFRF) João disse que Maria machucou a si mesma no parque de diversão. Maria se machucou?

e. Antecedente indisponível masculino, disponível masculino e retomada masculino

(MMRM) João disse que José machucou a si mesmo no parque de diversão. José se machucou?

f. Antecedente indisponível feminino, disponível feminino e retomada feminino

(FFRF) Maria disse que Lilian machucou a si mesma no parque de diversão. Lilian se machucou?

Os resultados indicaram menores tempos de leitura no segmento crítico, isto é, aquele que contém a anáfora *a si mesmo(a)*, quando o gênero do antecedente disponível era igual ao da retomada (anáfora). Os autores vão em direção do que foi postulado por Nicol & Swinney (1989), que defende a influência apenas dos antecedentes disponíveis na interpretação anafórica.

Os tempos de leitura também foram medidos no segmento posterior à anáfora, segmento pós-crítico (pronome), neste, os tempos de leitura foram menores quando os gêneros do antecedente disponível e da retomada eram iguais. Dados os resultados reportados em relação às medidas do segmento crítico e pós-crítico, verificou-se que os antecedentes indisponíveis não influenciaram a decisão dos falantes logo nos primeiros estágios do processamento.

Os resultados encontrados nas medidas *off-line* corroboraram os resultados das medidas *on-line*. Nesse teste analisaram-se os índices de respostas SIM e NÃO para a pergunta. Os resultados encontrados nas medidas *off-line* foram na mesma linha das medidas *on-line*, pois as respostas dadas corroboraram a influência do Princípio A da Teoria da Ligação, nos primeiros estágios do processamento, apontando para o fato de os antecedentes indisponíveis não serem levados em consideração.

Assim, conclui-se que os resultados apontam para a influência apenas dos antecedentes disponíveis estruturalmente, corroborando o que prediz o Princípio A da Teoria da Ligação e a Hipótese do Filtro de Ligação Inicial, postulada por Nicol & Swinney (1989). Esses dados levaram os autores a defenderem que a anáfora *a si mesmo(a)* está sujeita à restrição de localidade, já que os antecedentes indisponíveis não foram levados em consideração no processamento anafórico, embora tenham os mesmos traços de gênero da anáfora.

2.4.2.4 Oliveira, Leitão e Araújo (2013)

Oliveira, Leitão e Araújo (2013), baseando-se nas frases experimentais de Oliveira, Leitão e Henrique (2012), investigaram o processamento da anáfora *ele mesmo(a)* no domínio da sentença em um experimento de leitura automonitorada (*self-paced Reading*) no português brasileiro.

Além de analisar como ocorre o processamento da anáfora *ele mesmo(a)* dentro do escopo da sentença, o trabalho buscou verificar a atuação do Princípio A e B da Teoria da Ligação, posto que a anáfora *ele mesmo(a)* dispõe de um traço [+pronominal] – presença do pronome pleno *ele(a)*. O intuito de analisar este princípio está no fato da possível influência do pronome no processamento, visto que o pronome deve ser livre e não poderá ter seu antecedente na mesma sentença.

Os resultados mostraram, de maneira geral, que apenas os antecedentes disponíveis estruturalmente foram levados em consideração na interpretação anafórica, assim como foi encontrado no trabalho de Oliveira, Leitão e Henrique (2012), confirmando o Princípio A da Teoria da Ligação e a Hipótese do Filtro Inicial, postulado por Nicol & Swinney (1989), pois os antecedentes indisponíveis à anáfora não foram levados em consideração, mesmo em momentos mais tardios do processamento. Embora os resultados tenham sido favoráveis aos de Oliveira, Leitão e Henrique (2012), encontrou-se uma diferença na medida *off-line*, especificamente, na condição em que o antecedente indisponível concordava em gênero com a retomada (MFRM – Antecedente indisponível masculino, disponível feminino e retomada masculino), havendo uma provável influência tardia do traço pronominal.

2.4.2.5 Oliveira, Ferrari e Castor (2014)

Diante dos resultados encontrados por Oliveira, Leitão e Henrique (2012) e Oliveira, Leitão e Araújo (2013), Oliveira, Ferrari e Castor (2014) buscaram analisar como falantes nativos do português brasileiro processariam sentenças contendo a anáfora *ele(a) mesmo(a)* segmentada na sentença (*ele(a)/mesmo(a)*), na presença de um antecedente disponível e um indisponível para a anáfora. Os termos *ele(a) mesmo(a)* foram distribuídos em dois segmentos, no intuito de averiguar se o segmento *ele(a)* seria processado de imediato como pronome, isto é, cumprindo o que prediz o Princípio B, em que o pronome deve estar livre em seu domínio de vinculação, e se a presença de

“*mesmo(a)*”, no segmento seguinte, o conduziria a uma reanálise, indicando, assim, a atuação do Princípio A.

Os resultados encontrados apontam para a influência do Princípio A da Teoria da Ligação, isto é, os antecedentes indisponíveis não foram levados em consideração na interpretação, mesmo a anáfora sendo apresentada de forma segmentada. Esse resultado corrobora a Hipótese do Filtro de Ligação Inicial de Nicol & Swinney (1989), pois logo no primeiro estágio do processamento os antecedentes indisponíveis foram imediatamente excluídos do processamento.

2.4.2.6 Leitão et al. (2014)

Assim como os trabalhos apresentados até então, Leitão et al. (2014) também encontrou resultados significativos para o arcabouço das pesquisas em processamento linguístico. Investigando a atuação *on-line* dos princípios da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981), este trabalho realizou uma revisão da literatura sobre o tema abordado, discutindo os avanços do Modelo Minimalista a respeito do estatuto teórico dos princípios da Teoria da Ligação, isto é, considerando os princípios como epifenômenos. A partir desta discussão, os autores puderam afirmar que a distribuição das anáforas e pronomes não seria determinada pela referência, mas sim pela reflexividade, e que as propriedades referenciais e de ligação dos pronomes estão relacionadas à composição de sua estrutura interna (REINHART e REULAND, 1993; CARDINALETTI e STARKE, 1999; DÉCHAME e WILTSCHKO, 2002; BRITO, 2009). Por fim, os autores confrontaram as ideias e resultados encontrados aos resultados descobertos por Leitão, Peixoto e Santos (2008), Oliveira, Leitão e Henrique (2012, 2013) e Ferrari – Neto (2014).

Por meio da técnica de rastreamento ocular (Eye-Link de 1000Hz), o estudo utilizou-se das mesmas sentenças experimentais de Oliveira, Leitão e Henrique (2012). A metodologia adotada teve o intuito de trazer mais vigor à pesquisa, pois, a partir da leitura de sentenças através do monitoramento ocular, esperava-se investigar com mais precisão para encontrar evidências de que havia a presença de dois estágios na atuação do Princípio A (*Bonding e Resolution*). A captura do movimento ocular em milésimos de segundos possibilitou um maior detalhamento dos dados, o que favoreceu/deu mais precisão na investigação do fenômeno.

O experimento foi realizado com 24 frases experimentais. Participaram do experimento 26 adultos. De modo geral, os resultados corroboraram o que prediz a

Hipótese do Filtro de Ligação Inicial, isto é, houve um processamento inicial do Princípio A da Teoria da Ligação.

A análise da variância ANOVA e o Teste T encontraram evidências de que tanto na medida instantânea do tempo de fixação da primeira leitura do segmento crítico, quanto na medida menos instantânea dos tempos de fixação da leitura regressiva, apenas os antecedentes disponíveis à anáfora foram levados em consideração. As duas medidas apresentaram maiores tempos de leitura nas duas condições em que não havia antecedente congruente em gênero e em número na posição estrutural disponível, de acordo com o Princípio A, não havendo nenhuma interferência do antecedente indisponível congruente em gênero e em número.

2.4.2.7 Lacerda, Oliveira e Leitão (2014)

Ainda no escopo das pesquisas em processamento, Lacerda, Oliveira e Leitão (2014) analisaram a possível influência dos diferentes tipos de retomada (reflexiva – *se*, nula - \emptyset , pronominal – *ele(a)*), aliados à semântica do verbo, os dividindo de forma intuitiva em prováveis reflexivos e prováveis não reflexivos, e das diferenças dialetais entre Minas Gerais e Paraíba no processamento de sentenças reflexivas. De modo geral, os resultados apontaram um efeito significativo do tipo de retomada, sinalizando uma possível influência da semântica verbal. É pressuposto que as restrições sintáticas da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981;1986) foram ativadas em estágios iniciais do processamento, assim como prediz Nicol & Swinney (1989), porém a semântica verbal e as questões voltadas à variação dialetal fizeram com que o parser⁶⁴ reanalisasse. Vejamos abaixo como as frases experimentais foram apresentadas aos participantes:

⁶⁴ Processador sintático.

| | |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| VVRRR | Verbo provável reflexivo com retomada reflexiva Marcelo/ <i>machucou se</i> ¹² no parque de diversão./ Marcelo machucou a si mesmo? |
| VVRRN | Verbo provável reflexivo com retomada nula (∅) Marcelo/ <i>machucou na escola de música.</i> / Marcelo machucou a si mesmo? |
| VVRRP | Verbo provável reflexivo com retomada pronominal Marcelo/ <i>machucou ele no parque de diversão.</i> / Marcelo machucou a si mesmo? |
| VVNR | Verbo provável não reflexivo com retomada reflexiva Fabiana/ <i>picou se com a agulha/ de costura.</i> / Fabiana picou a si mesma? |
| VVNRN | Verbo provável não reflexivo com retomada nula (∅) Fabiana/ <i>picou ∅ com o alfinete/ de costura.</i> /Fabiana picou a si mesma? |
| VVNRP | Verbo provável não reflexivo com retomada pronominal Fabiana/ <i>picou ele com a agulha/ de costura.</i> / Fabiana picou a si mesma? |

Tabela 6: Modelo de sentenças por condição experimental.

Fonte: Lacerda, Oliveira e Leitão (p. 2012).

Os resultados para o grupo Minas Gerais apontaram para as condições VRRR e VRRN tempos de leitura aproximados, direcionando para comportamentos semelhantes entre as estruturas com a anáfora *se* e *nula* (\emptyset). Esses dados confirmam estudos anteriores (D'ALBUQUERQUE, 1984; CAMACHO, 2003; MELO, 2005; RIBEIRO, 2010; CARVALHO, 2008; OLIVEIRA, 2006) que indicam o possível uso de estruturas com o *se* suprimido. Já na condição VRRP, o tempo de leitura foi maior, esse resultado vai ao encontro do que afirma o princípio B da Teoria da Ligação, que delimita a correferência do *ele* à ligação apenas a um antecedente intrassentencial, como não houve um antecedente disponível para o *ele* o custo do processamento foi maior. Com relação aos predicados menos marcados (VN) associados à anáfora *se*, o custo do processamento foi maior.

Logo após a análise do segmento pós-crítico, os resultados evidenciaram a influência do tipo de predicado, pois, diante da supressão da anáfora *se*, o predicado continua sendo reflexivo e a ligação é realizada, isto é, a interpretação da frase é o resultado de uma abordagem composicional: “(...) existe um único argumento fonologicamente não realizado que, em conjugação com a semântica do verbo em questão, induz a leitura reflexiva.” (LACERDA et al. 2014, p.255).

Os resultados do experimento *off-line* indicaram que a presença da anáfora *se* induziu a frase a ser reflexiva, independentemente do tipo de verbo. Esses dados levaram os autores a considerar a anáfora *se* como uma anáfora SELF – elemento que tem a propriedade de marcar um predicado, como prediz Brito (2009). Quando na sentença não havia a anáfora, o falante era guiado pela semântica do verbo. Nas sentenças que a anáfora

foi substituída pelo pronome *ele*, ocorreu a ligação local do pronome. Isso afirma que não houve uma atuação apenas dos princípios da Teoria da Ligação.

Com relação ao grupo da Paraíba os resultados apontam, nas condições VRRN e VNRN, menor custo de processamento se comparadas às outras condições. Indo de encontro aos dados do grupo de Minas Gerais, os falantes não foram influenciados pela semântica do verbo nas frases com retomada nula. Na condição VNRR, o tempo de leitura foi maior devido à estranheza entre a presença de uma anáfora e um verbo considerado aqui como não provável reflexivo.

Os tempos de leitura foram maiores nas condições com retomada pronominal. O resultado se deu pelas restrições impostas pelo Princípio B da Teoria da Ligação, uma vez que não há antecedente disponível para o pronome, aumentando o custo do processamento.

As sentenças com retomada nula (RN) tiveram o tempo de leitura mais lento, independentemente do tipo verbal, indo de encontro ao grupo de Minas Gerais. Assim como na condição com retomada nula, as condições VRRP e VNRP se saíram igualmente parecidas, sugerindo que o processador julgou o pronome como referente a um antecedente fora da frase.

Conclui-se com os dados encontrados que o processamento das sentenças com anáfora, pronome e retomada nula se deram em dois momentos. Inicialmente, em *bonding*, os candidatos a antecedentes foram imediatamente selecionados para a interpretação, mas o comportamento não se deu como nos trabalhos de Oliveira *et al* (2012) e Nicol & Swinney (1989), pois o pronome *ele* foi influenciado por antecedentes indisponíveis, em momentos tardios, o que corrobora os dados encontrados por Kennison (2005), Sturt (2003), além da influência da semântica verbal e da variação dialetal. Em um segundo momento – *resolution* – houve a atuação dos mecanismos interpretativos, atuando paralelamente. Desse modo, pode-se concluir que tanto fatores sintáticos, como semânticos e discursivos, podem atuar no processamento de sentenças.

2.4.2.8 Henrique (2017)

A partir dos trabalhos desenvolvidos anteriormente a respeito do processamento anafórico e dos resultados encontrados acerca da influência da semântica verbal (Lacerda, 2014), Henrique (2017) investigou a influência da reflexividade verbal no processamento das anáforas *a si mesmo(a)* e *se*. Para tanto, utilizou-se da noção de reflexividade

defendida por Reinhart & Reuland (1993) e da classificação verbal de cunho funcionalista das autoras Christiano (1991) e Melo (2008). Foram realizados três testes *off-line* de julgamento de aceitabilidade, no intuito de determinar qual verbo, de acordo com a classificação das autoras, aliado às anáforas *a si mesmo(a)* e *se* seriam considerados mais aceitáveis no português brasileiro.

A classificação estabelecida por Christiano (1991) e reclassificada por Melo (2008) surgiu como crítica às gramáticas tradicionais que não faziam jus aos vários tipos de verbos reflexivos que o português possui, apresentando-os em uma mesma categoria. Em vista disso, Christiano (1991) classifica os verbos em nove grupos, com alguns subgrupos, e quatro níveis de reflexividade, reduzidos por Melo (2008) em três: primário, secundário e terciário, como já discutido anteriormente.

No primeiro teste de julgamento de aceitabilidade, foram utilizados verbos pertencentes aos três níveis de reflexividade e das anáforas *a si mesmo(a)* e *se*. A hipótese deste primeiro experimento foi a de que verbos com maior carga de reflexividade, neste caso, os primários, segundo Christiano (1991) e Melo (2008), seriam mais aceitáveis do que os demais verbos. Foram utilizadas 45 frases experimentais, divididas em 15 conjuntos. Em cada conjunto havia uma frase com a anáfora *a si mesmo(a)*, outra com o reflexivo *se* e outra com um SN – sintagma nominal. No final de cada sentença o participante enumerava (1) para mais aceitável, (2) para aceitável e (3) para menos aceitável. As frases foram apresentadas aos participantes em uma folha de papel A4. Vejamos algumas das frases utilizadas no teste:

| Tipo de sentença | Sentenças |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Verbos Primários | ‘A si mesmo(a)’: Maria penteou a si mesma no terraço da sua casa. SN: Maria penteou a filha no terraço da sua casa. ‘Se’: Maria penteou-se no terraço da sua casa. |
| Verbos Secundários | ‘A si mesmo(a)’: Julia sentou a si mesma na cadeira de balanço. SN: Julia sentou a filha na cadeira de balanço. ‘Se’: Julia sentou-se na cadeira de balanço. |

| | |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Verbos Terciários | <p>‘A si mesmo(a)’: Simone acusou a si mesma do acidente na avenida.</p> <p>SN: Simone acusou a vítima do acidente na avenida.</p> <p>‘Se’: Simone acusou-se do acidente na avenida.</p> |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Quadro 4: Exemplos das sentenças utilizadas no teste.

Fonte: Henrique (2017, p. 51).

Constatou-se que a hipótese inicialmente formulada não foi confirmada, pois o tipo de verbo não influenciou a aceitação ou não das frases apresentadas. As frases com o reflexivo *se* foram as consideradas mais aceitáveis, independentemente do tipo de verbo. A autora afirma que existem alguns fatores que tangenciaram esse resultado. O primeiro deles diz respeito à natureza diferente das anáforas, além de o reflexivo *se* não carregar traços de número e gênero, o que já encontramos no *a si mesmo(a)*, o *se* marca a estratégia reflexiva primária do PB⁶⁵.

Um segundo teste foi aplicado com intuito de observar mais uma vez a influência do tipo de verbo, já que não foi identificada nenhum tipo de influência verbal no primeiro experimento. Desse modo, foram utilizados dos mesmos verbos do primeiro teste, sendo esses distribuídos em frases com e sem o reflexivo *se*. A hipótese investigativa foi a mesma. Foram utilizadas 30 frases experimentais, sendo 15 frases com o reflexivo *se* e 15 sem, para cada frase havia cinco opções de resposta (1) Mais aceitável; (2) Aceitável; (3) Pouco aceitável; (4) Menos aceitável; (5) Não aceitável. As opções de respostas foram diferentes do primeiro teste, com o intuito de deixar o teste mais preciso, seguindo o padrão dos testes de julgamento de aceitabilidade da literatura vigente. A anáfora “*si mesmo(a)*” não foi usada neste teste, devido à falta de conhecimento e uso dos falantes do PB.

Os resultados falsearam a hipótese inicialmente formulada, pois evidenciaram, de modo geral, que as frases mais aceitas foram aquelas que havia um verbo do nível secundário aliado ao *se*. Uma explicação para tal resultado diz respeito ao tipo de verbo que faz parte desse nível. Os verbos do nível secundário são de ação-processo e transitivos, mas, na ausência do pronome *se*, eles passam a ser intransitivos, o que elucida a maior aceitação para este tipo verbal, uma vez que, forçando a transitividade que não é intrínseca a ele, torna-se necessária a presença do pronome *se*.

⁶⁵ Classificação estabelecida por Faltz (1985). Essa classificação está associada a frequência de realização, isto é, o *se* é mais usado no PB do que o *a si mesmo(a)*. Desse modo, o *se* pertence a estratégia primária e a adjunção do *mesmo(a)* a um elemento pronominal faz parte da estratégia reflexiva secundária do PB.

Com vistas a explicar os resultados do segundo experimento, um terceiro teste foi realizado. Neste teste foram utilizados apenas os verbos do nível secundário, dado que apenas os verbos deste nível interferiram na decisão dos falantes, e o reflexivo *se*. O design experimental foi alterado e as frases experimentais foram divididas em três tipos: presença do verbo secundário com o reflexivo ‘se’ (SecCSE), presença do verbo secundário sem o reflexivo ‘se’ (SecSSE) e uma sentença controle. O teste continha 30 frases e cada uma delas havia cinco opções de resposta.

Não foi encontrado efeito significativo para o tipo de verbo e, sim, para a retomada anafórica *se*, significa dizer que a aceitabilidade das frases se deu quando o *se* estava presente, independentemente do tipo de verbo.

Diante dos resultados encontrados nos três testes de julgamento de aceitabilidade, a autora evidencia que a maior aceitabilidade se deu nas frases que continham o *se*, independentemente do tipo verbal. Uma das explicações apontadas foi a de que a anáfora possui um grau de reflexividade maior que o componente que marca lexicalmente o verbo. Este fato foi sustentado pela autora ao apresentar os postulados de Reinhart & Reuland (1993), que defendem o fato de o *se* possuir um traço SELF no léxico, que o permite transformar todo predicado ao qual esteja relacionado em transitivo reflexivo, não sendo necessária a presença do verbo para reflexivizar o predicado, isto é, apenas a presença do *se* já garante a reflexividade do predicado.

Com os resultados encontrados neste e em outros trabalhos detalhados anteriormente, surgiu o questionamento da atual pesquisa a respeito da interferência verbal nas sentenças anafóricas. Sabemos que a anáfora carrega mais ‘traços’, se assim podemos nomear, que tornam o predicado reflexivo, mas acreditamos que a classificação dos verbos utilizados nos trabalhos descritos não foi satisfatória para influenciar no processamento das frases. A partir de tal postulado, acreditamos que uma classificação mais satisfatória, baseando-nos na semântica lexical, na sintaxe e na composição das partes que constituem os verbos, nos permitirá investigar de forma mais precisa a influência da semântica verbal.

2.4.2.9 Calaça (2017)

Um estudo subsequente realizado por Calaça (2017) buscou investigar a aceitabilidade de estruturas logofóricas, com falantes nativos do PB, com o intuito de verificar se essas estruturas compõem a gramática dos falantes dessa língua, dado que os postulados de Reinhart & Reuland (1993) afirmam que a semântica e o discurso

influenciam a resolução da correferência de estruturas com anáfora logofórica, como também predizem que nos contextos em que a anáfora logofórica pode aparecer o pronome também pode.

Com base nas premissas de Reinhart e Reuland (1993), foram realizados dois experimentos *off-line* de julgamento de aceitabilidade, com vistas a verificar se essas estruturas são aceitas no PB. No primeiro experimento utilizou-se a anáfora logofórica *ele mesmo* e o pronome logofórico *ele*.⁶⁶ A hipótese defendida nesse primeiro teste foi a de que as duas estruturas seriam consideradas aceitáveis igualmente. Foram utilizadas 12 frases experimentais divididas em 2 conjuntos. Neste primeiro teste a variável dependente foi o tipo de julgamento - aceitável x inaceitável- feito em cada condição e as variáveis independentes foram o tipo de logóforo - anáfora e pronome. Nos exemplos abaixo podemos visualizar algumas das frases usadas no teste.

(110) Anáfora logofórica

- a. O irmão de Vítor penteou Lucas e ele mesmo com a escova da sua tia.
- b. O genro de Mauro cortou José e ele mesmo com a faca da cozinha.
- c. O neto de Breno olhou Murilo e ele mesmo no espelho da sala.

(111) Pronome logofórico

- a. O irmão de Vítor penteou Lucas e ele com a escova da sua tia.
- b. O genro de Mauro cortou José e ele com a faca na cozinha.
- c. O neto de Breno olhou Murilo e ele no espelho da sala.

Os resultados evidenciaram, de modo geral, que as sentenças mais aceitáveis foram as que continham a anáfora logofórica, com 276 julgamentos aceitáveis e o pronome logofórico foi considerado menos aceitável, com 213 julgamentos aceitáveis. Como apontam os números, a anáfora logofórica obteve um resultado significativo, o que não ocorreu com o pronome, o que levou a concluir que os falantes do PB leram a anáfora logofórica e o pronome como estruturas diferentes. Assim, a hipótese inicialmente apresentada não foi totalmente confirmada, uma vez que apenas uma das condições foi considerada como gramatical em PB.

⁶⁶ Calaça (2017) defende, junto com Reinhart e Reuland (1993), que a propriedade logofórica é contrária à anafórica, pois a propriedade logofórica se define por ter um antecedente fora do domínio de ligação, esteja presente na sentença ou não. Assim, o *ele* é entendido como pronome logofórico.

O segundo experimento baseou-se nas estruturas em inglês apresentadas no estudo de Reinhart & Reuland (1993) e teve o mesmo objetivo do primeiro teste, isto é, o de verificar a aceitabilidade das estruturas logofóricas em PB. A hipótese prevista foi a de que tanto as estruturas com anáfora logofórica como as com pronome logofórico seriam consideradas aceitáveis pelos falantes nativos do PB. Nesse segundo teste alterou-se o gênero do antecedente, com o intuito de a anáfora logofórica e o pronome logofórico possuírem o mesmo gênero do antecedente disponível. Também houve alteração no tipo de resposta dada em cada uma das frases, agora o sujeito poderia selecionar cinco opções de resposta. Para esse teste foram utilizadas 24 frases, sendo divididas em 2 conjuntos. Observemos como o experimento foi apresentado:

(112) a. Instrução: Observe as frases abaixo e classifique a aceitabilidade de 1 a 5 de acordo com a legenda abaixo:

1- Não aceitável

2- Menos aceitável

3- Pouco aceitável

4- Muito aceitável

Não há respostas certas ou erradas. Nós queremos apenas verificar suas intuições sobre as frases.

(113) Anáfora logofórica

- a. O genro de Karla cortou Joana e ele mesmo com a faca na cozinha.
- b. O primo de Luiza barbeou Amanda e ele mesmo com o barbeador no banheiro.
- c. O colega de Vitória penteou Lucia e ele mesmo com a escova no quarto.
- d. O amigo de Flávia feriu Thaís e ele mesmo com o brinquedo no parque.

(114) Pronome logofórico

- a. O genro de Karla cortou Joana e ele com a faca na cozinha.
- b. O primo de Luzia barbeou Amanda e ele com o barbeador no banheiro.
- c. O colega de Vitória penteou Lucia e ele com a escova no quarto.
- d. O amigo de Flávia feriu Thaís e ele com o brinquedo no parque.

A variável dependente foi o tipo de julgamento (1-5) e a variável independente foi o tipo de logofóro – anáfora e pronome. Como vimos nas frases apresentadas acima as

condições experimentais foram a retomada com pronome logofórico e retomada com anáfora logofórica.

Os resultados evidenciaram que as duas estruturas foram igualmente aceitas, isto é, as estruturas com a anáfora logofórica *ele mesmo* e com o pronome logofórico *ele* foram igualmente aceitas no PB, assim como foram no inglês. Os resultados deste último teste foram de encontro ao primeiro teste, mas confirmaram a hipótese inicialmente formulada.

De modo geral, os dados apresentados neste trabalho apontam para a influência das duas estruturas logofóricas confirmando, assim, que tanto a anáfora logofórica como o pronome logofórico fazem parte da gramática dos falantes nativos do PB.

A partir dos estudos aqui relatados, sentimos a necessidade de investigar até que ponto fatores não sintáticos, como a semântica, por exemplo, influenciam o processamento anafórico, neste caso, como a propriedade reflexivizadora do verbo é capaz de conduzir o processamento *on-line* desse tipo de estrutura. Diante disso, na próxima seção apresentaremos os experimentos realizados nesta pesquisa, no intuito de compreender como as questões semânticas interferem no processamento de sentenças anafóricas.

3 EXPERIMENTOS

Os experimentos realizados neste estudo buscam investigar e confirmar evidências plausíveis da influência de verbos de natureza reflexiva no processamento de sentenças anafóricas do PB. Embasados na hipótese de que existem determinados verbos do PB que possuem a proeminência/sensibilidade de serem reflexivos em determinados arranjos sintáticos, averiguamos esse comportamento em dois experimentos. Foram realizados, incipientemente, um teste de aceitabilidade *off-line*⁶⁷ com a classificação de Godoy (2012) e a posteriori um experimento *on-line* com a Técnica de Leitura Automonitorada (*Self-Paced Reading*)⁶⁸ com a mesma classificação.

O teste de aceitabilidade *off-line* realizado aqui nos auxiliou em comprovar quais são os verbos mais aceitáveis e os menos aceitáveis com relação à reflexividade no PB, de acordo com a classificação proposta por Godoy (2012). Diante dos resultados encontrados no teste *off-line*, decidimos realizar um teste de Leitura Automonitorada com a classificação predita pela autora e a anáfora *se*.

3.1 Experimento 1

O primeiro experimento corresponde a um teste de aceitabilidade e investiga justamente a aceitabilidade de verbos de natureza reflexiva – com a classificação estabelecida por Godoy (2012) – e a anáfora *se*. Este teste tem como objetivo verificar quais são os verbos mais aceitáveis para os falantes nativos do PB.

Utilizando a decomposição semântica dos predicados, Godoy (2012) dividiu os verbos, conforme suas funções semânticas, em quatro grandes classes e treze subclasses. O teste de aceitabilidade aqui realizado utilizou-se de quatro verbos de cada grande classe verbal e algumas de suas subclassificações, conforme podemos observar na tabela abaixo:

⁶⁷ A Psicolinguística Experimental faz uma distinção entre experimentos *on-line* e *off-line*. Nos experimentos *on-line* há a possibilidade de averiguar o curso do processamento, indicando quais são as relações cognitivas em relação à linguagem que são acessadas durante o acesso, já nos experimentos *off-line* só é possível verificar essas informações ao final do acesso.

⁶⁸ A Técnica de Leitura Automonitorada (*Self-Paced Reading*) possui como premissa a segmentação das frases em vários segmentos e o participante monitora o seu tempo de leitura em cada fragmento que aparece na tela do computador, esse controle é feito pelo clique nas teclas determinadas no teclado, ficando salvo no computador o tempo gasto para a leitura em cada segmento.

| Verbos de Mudança | Verbos de Movimento | Verbos de Afetação - VA (Aceitam reflexivização) | Verbos Eventivos - VE (Não aceitam reflexivização) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Mudança de Estado – VME (Aceitam reflexivização) Ex.: acalmou, abalou, afastou e tornou. | Do tipo ‘Lançar’ - VMoL (Aceitam reflexivização) Ex.: meteu, exilou, inseriu e lançou. | Ex.: barbeou, enxugou, penteou e vestiu. | Ex.: apedrejou, assaltou e atacou. |
| Mudança de Posse - VMP (Aceitam reflexivização) Ex.: camuflou, premiou, proveu e alimentou. | Do tipo ‘Acompanhar’ - VMoA (Não aceitam reflexivização) Ex.: apanhou, buscou e empurrou. | | |
| Mudança de Locação - VML (Aceitam reflexivização) Ex.: hospitalizou, enclausurou, colocou e pôs. | | | |

Quadro 5: Classificação Verbal do Experimento 1.

Como podemos observar acima, utilizamos as quatro grandes classes estabelecidas pela autora, mas apenas cinco das subclassificações⁶⁹, uma vez que essas subclassificações apontam distinções com relação à aceitabilidade ou não da reflexividade.

O estudo realizado por Godoy (2012) prediz que há classes verbais que aceitam o fenômeno da reflexivização e classes que não aceitam, isto é, há classes que são mais

⁶⁹ Os grupos verbais serão apresentados nos gráficos abaixo utilizando as seguintes abreviaturas: Verbos de Mudança de Estado (VME); Verbos de Mudança de Posse (VMP); Verbos de Mudança de Locação (VML); Verbos de Movimento do tipo Lançar (VMoL); Verbos de Movimento do tipo Acompanhar (VMoA); Verbos de Afetação (VA) e Verbos Eventivos (VE).

sensíveis a reflexivização do que outras. Vejamos abaixo algumas frases que apresentam verbos que aceitam e não aceitam a reflexivização:

(115) Frases com verbos que aceitam a reflexivização

a. João se sujou / se esquentou / se queimou / se machucou / se molhou / se embebedou / se cegou.

(116) Frase com verbos que não aceitam reflexivização

a. João *se assaltou / *se assassinou / *se sequestrou / *se roubou / *se capturou / * se resgatou.

Embora esteja evidente em seu estudo tal prerrogativa, decidimos não tomar essa divisão como variável de nosso estudo e analisar as grandes classes de forma igualitária, de modo a encontrar os verbos mais aceitáveis e comprovar ou não o que foi predito até então em seus estudos.

Posto isto, tomamos como variável independente o tipo de verbo e a variável dependente o julgamento das respostas. Nossa hipótese prevê que as sentenças mais aceitáveis serão aquelas que possuem verbos da classe verbal mais sensível à reflexividade de acordo com a classificação estabelecida pela autora.

3.1.1 Método

O teste de aceitabilidade (*off-line*) foi elaborado na plataforma Google *Forms*. A tarefa consistiu em os participantes lerem frases em PB disponibilizadas em formato de questionário na tela do computador. O teste foi enviado, individualmente, para cada participante por *e-mail* e ao final de cada questionário havia a opção *enviar* que possibilitava o término da tarefa de leitura *off-line*. As frases foram apresentadas uma abaixo da outra e para cada sentença havia cinco opções de resposta. Os sujeitos deveriam assinalar entre as cinco opções disponibilizadas: (1) Mais aceitável; (2) Aceitável; (3) Pouco aceitável; (4) Menos aceitável; (5) Não aceitável. O padrão de cinco alternativas segue o que já encontramos na literatura, quando se trata de testes de aceitabilidade, assim como é uma maneira de capturarmos melhor as intuições do falante a respeito das sentenças apresentadas.

3.1.2 Materiais

No teste realizado utilizamos 40 sentenças experimentais, sendo 20 sentenças com verbos que aceitam a reflexividade e 20 sentenças com verbos que não aceitam a reflexividade, conforme a classificação de Godoy (2012). As sentenças possuem um sujeito animado e uma anáfora reflexiva (*se*). Vejamos como o teste foi apresentado aos participantes:

TESTE DE ACEITABILIDADE

Classifique as sentenças abaixo de 1 a 5. Não há respostas certas ou erradas. Nós queremos apenas verificar suas intuições espontâneas sobre as frases. Você deve marcar de acordo com a classificação a seguir: (1) Mais aceitável (2) Aceitável (3) Pouco Aceitável (4) Menos aceitável (5) Não aceitável.

Pergunta *

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| O neném se acalmou com a música. | <input type="radio"/> |
| | ⋮ | | | | |
| Pergunta | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| O soldado se camuflou com a tinta. | <input type="radio"/> |

Figura 5: Figura do Experimento 1.

As frases foram apresentadas uma abaixo da outra. Não houve segmentação dos itens que constituíam cada frase, como também não houve separação de tela de uma frase para outra. Para cada frase havia cinco opções de resposta, como podemos observar na imagem acima.

3. 1. 3 Participantes

O experimento *off-line* foi realizado com 51 sujeitos, a maior parte deles são graduandos de cursos distintos da UFPB – Universidade Federal da Paraíba, *Campus I* João Pessoa, e os demais de faculdades particulares da cidade de João Pessoa. A idade média dos participantes foi dos 18 aos 47 anos, todos falantes nativos do português brasileiro.

3. 1. 4 Resultados e Discussão

O experimento revelou diferenças significativas entre as classes verbais utilizadas, o que nos aponta para a significância do teste realizado. De modo geral, os resultados corroboraram o que defende Godoy (2012) a respeito de sua classificação verbal. Na classificação estabelecida, a autora aponta algumas classes verbais como mais sensíveis do que outras ao fenômeno da reflexividade, conforme pudemos averiguar nas características apontadas pela autora no item (2.3.2). Os resultados aqui analisados foram na mesma direção do que defende Godoy (2012), os verbos que são mais sensíveis a reflexivização – VMoL, VA, VME, VML e VMP – foram os mais aceitáveis pelos falantes nativos do português brasileiro do que aqueles que pertencem aos grupos verbais menos sensíveis à reflexivização – VMoA e VE.

Por meio da análise da variância (*Anova e Teste de Qui-Quadrado de Homogeneidade*) verificamos que houve efeito significativo do tipo de verbo, isto é, os verbos sensíveis à reflexivização foram mais aceitáveis do que os não sensíveis ($P < 0,05$; $F = 3,34$). Podemos visualizar no gráfico apresentado abaixo, com a comparação das respostas dadas em todas as condições experimentais.

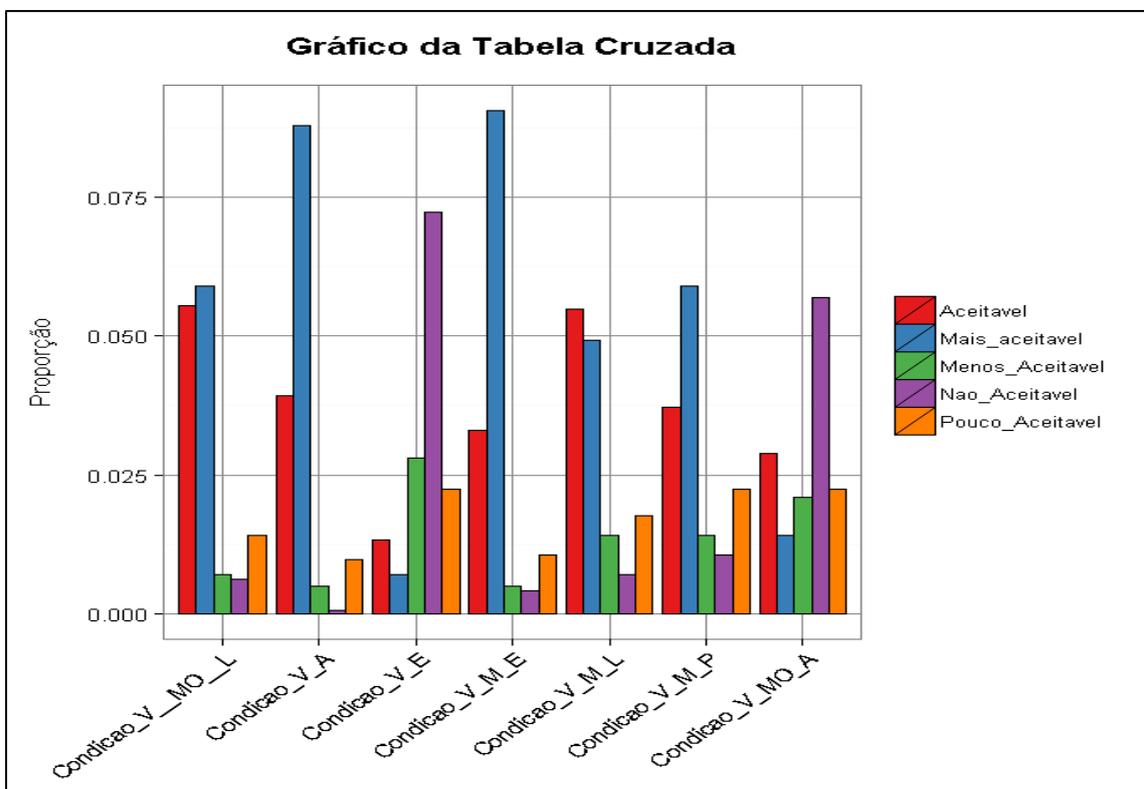


Gráfico 1: Comparação de todas as condições experimentais.

Como visto no gráfico acima, a condição verbo foi relevante na decisão dos falantes, uma vez que as respostas foram em direção ao que defende Godoy (2012). Dentre as condições que são sensíveis à reflexivização, temos as condições VA e VME sendo as mais aceitáveis e VE e VMoA como menos aceitáveis.

Diante dos dados encontrados, decidimos comparar os grupos verbais que foram considerados mais aceitáveis com os menos aceitáveis, de acordo com o que prediz Godoy (2012) e as respostas dadas pelos falantes da língua portuguesa. O fato de haver duas condições ainda mais aceitáveis do que as demais fizeram com que fizéssemos algumas comparações. Vejamos:

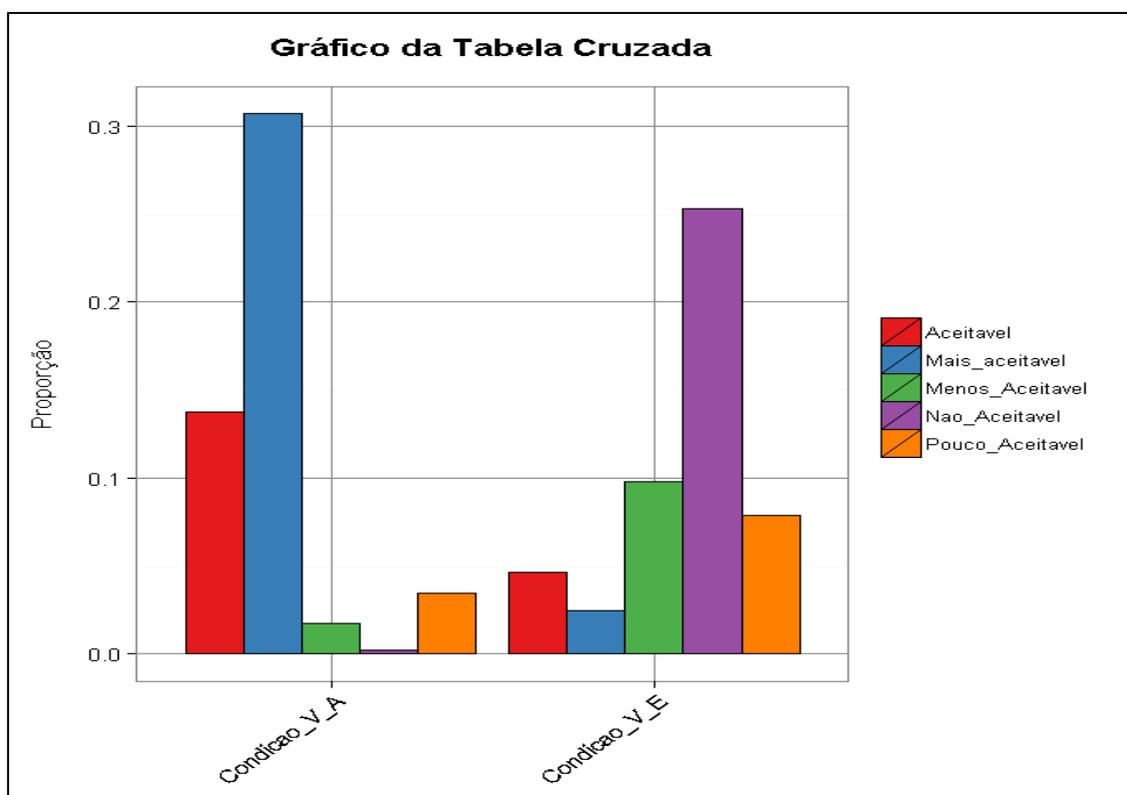


Gráfico 2: Comparação entre as condições Verbos Agentivos (VA) e Verbos Eventivos (VE).

A primeira comparação realizada foi entre as condições VA e VE ($P < 0,05$; $F = 3,75$). Os verbos pertencentes ao grupo VA, considerados por Godoy (2012) como os verbos mais sensíveis à reflexivização, foram considerados mais aceitáveis pelos falantes do PB e, ao compararmos com os verbos do grupo VE obtivemos resultados favoráveis a classificação estabelecida pela autora. Os dados evidenciaram uma direção favorável para o VA, pela caracterização que apresenta os verbos que fazem parte deste grupo.

Os Verbos de Afetação (VA) passam pelas restrições iniciais à reflexivização, isto é, são verbos transitivos que permitem argumentos ocupados por NPs animados. Eles apontam para uma simultaneidade dos subeventos, o que significa dizer que os subeventos agir e afetar são interpretados como simultâneos, o que possibilita a reflexivização. Diferentemente dos Verbos Eventivos, que não aceitam reflexivização. Além das restrições iniciais à reflexivização, vimos a partir dos postulados de Godoy (2012) que há outros fatores que possibilitam ou não a reflexivização e um deles é a impossibilidade de alteração das raízes verbais, uma vez que a raiz é a parte idiossincrática do verbo, é nela que está o sentido lexical do verbo e esse sentido deve permanecer inalterado. Os Verbos Eventivos quando colocados na sua forma reflexiva alteram o sentido da raiz, pois diferentemente dos verbos que aceitam reflexivização, os quais apresentam alteração na parte estrutural do significado e, não no sentido da raiz, os Verbos Eventivos sofreriam alteração na raiz para que a reflexivização ocorresse e não se pode alterar o valor denotativo do argumento da raiz do verbo, impossibilitando a reflexivização. Segundo Godoy (2012), a raiz deve permanecer inalterada em processos gramaticais e a reflexivização é um desses processos.

Levando em consideração o pressuposto de que os verbos que possibilitam a reflexivização seriam os mais aceitáveis, decidimos, ainda, comparar as condições individualmente. Abaixo temos a comparação entre as condições VA e VMoA ($P < 0,05$; $F = 2,27$), no intuito de verificar qual condição seria mais aceitável pelos falantes do PB no teste *off-line*. Vejamos:

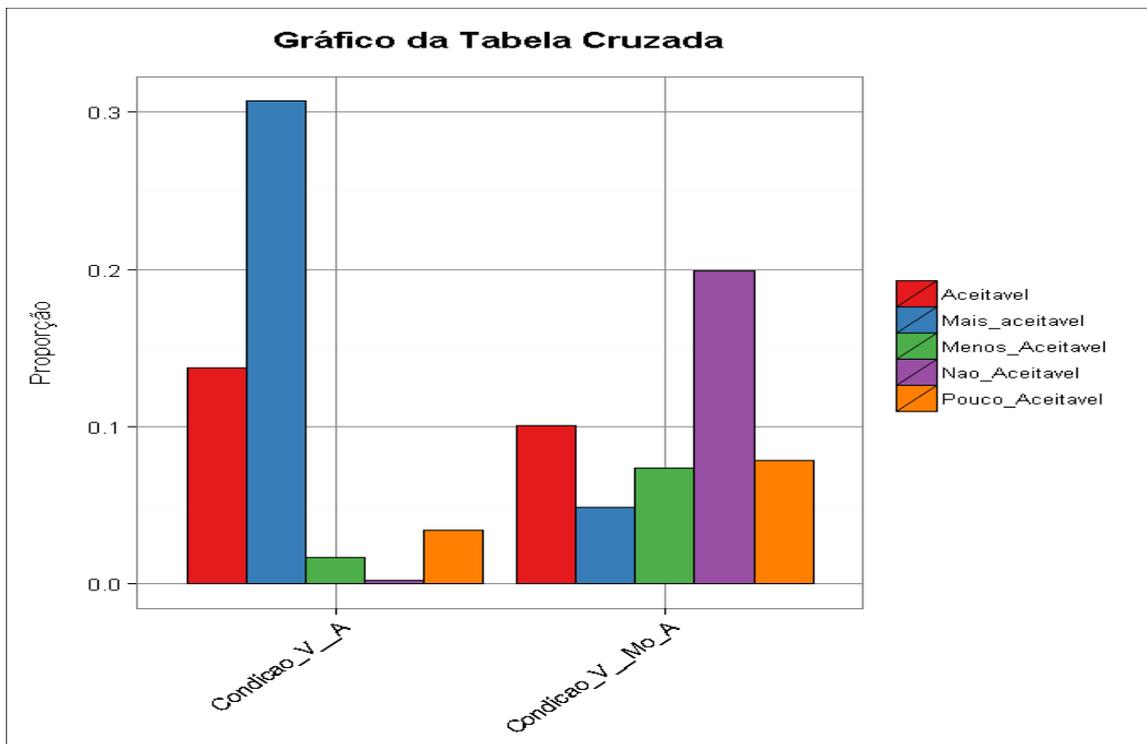


Gráfico 3: Comparação entre as condições Verbos de Afetação (VA) e Verbos de Movimento do tipo Acompanhar (VMoA).

A comparação realizada entre as condições VA e VMoA afirma a diferença gritante de aceitabilidade da condição VA em relação à condição VMoA. Como dito, os verbos que fazem parte do grupo VA além de passar pelas restrições iniciais à reflexivização, induzem a uma simultaneidade dos eventos, já os verbos que pertencem ao grupo VMoA possuem restrições à reflexivização que não são específicas à reflexivização.

Para os verbos de Movimento do tipo Acompanhar, Godoy (2012) intui duas possibilidades para a não possibilidade de reflexivização desses verbos. A primeira é que há um princípio que limita a redundância existente em uma estrutura que abrange dois subeventos iguais ou que pode ser um caso de bloqueio lexical, o que também justificaria a não aceitabilidade desses verbos. Assim, a autora afirma que:

Trata-se de uma situação na qual a existência de um item lexicalizado contendo certo traço semântico bloqueia o processo que atribuiria aquele mesmo traço a outro item. McCawley oferece como exemplo a impossibilidade de causativizar o verbo *die* (morrer) em inglês, que geraria **cause to die* (**causar morrer*), expressão bloqueada pela existência da forma lexicalizada *kill* (matar). No caso dos verbos de que tratamos, a existência da forma básica de acompanhar, que contém um sentido de reflexividade, bloquearia o processo de reflexivização que derivaria o verbo **acompanhar-se*. O processo que atribuiria o traço semântico da reflexividade ao verbo acompanhar é

bloqueado pela existência de uma forma reflexiva lexicalizada desse verbo – essa forma reflexiva lexicalizada é o próprio verbo em sua forma básica. (GODOY, 2012, p. 80).

Ainda no âmbito da comparação, decidimos comparar as condições VE e VME ($P < 0,05$; $F = 1,78$). Conforme podemos observar na tabela abaixo, a classificação mais aceitável pelos falantes do PB foi VME.

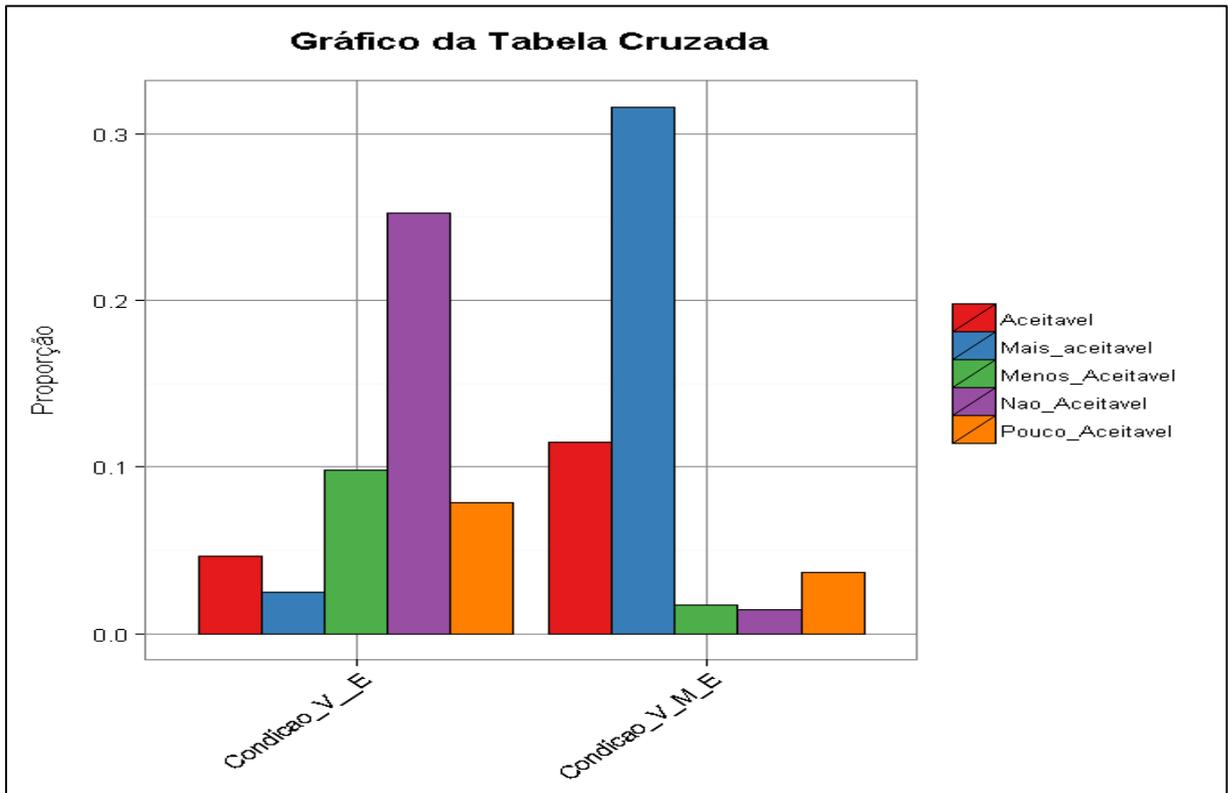


Gráfico 4: Comparação entre as condições Verbos Eventivos (VE) e Verbos de Mudança de Estado (VME).

Acreditamos que a escolha tenha ocorrido em virtude da impossibilidade de reflexivização dos Verbos Eventivos (VE), conforme já discutimos acima. Os falantes do PB não conhecem as restrições que impossibilitam a reflexivização de verbos do grupo Eventivo (apedrejou, assaltou, atacou etc.), isto é, a impossibilidade de alterar a raiz verbal em processos gramaticais como a reflexivização.

Por fim, comparamos as condições VME e VMoA ($P < 0,05$; $F = 1,09$). Assim como na comparação realizada com a condição VMoA, que não aceita a reflexivização, a condição mais aceitável foi a VME. Vejamos o gráfico abaixo:

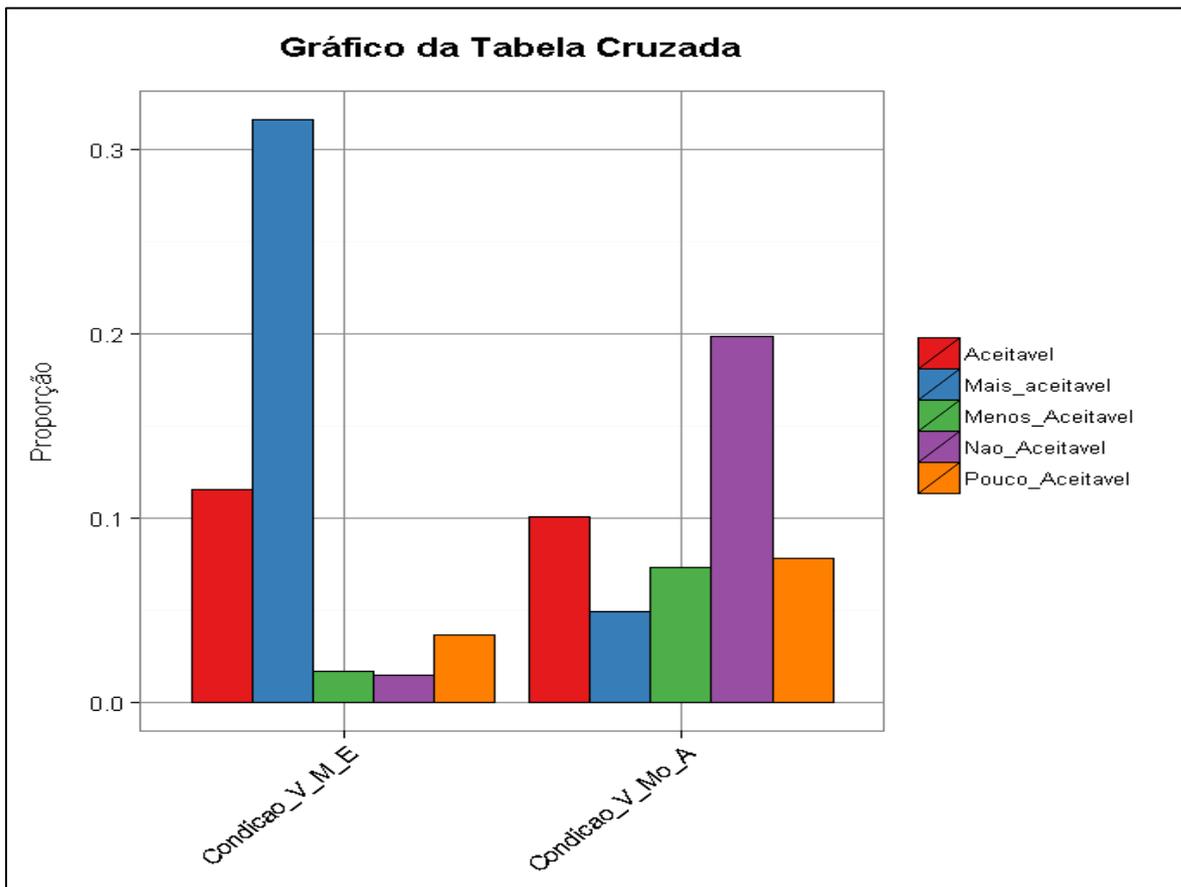


Gráfico 5: Comparação entre as condições Verbos de Mudança de Estado (VME) e Verbos de Movimento do tipo Acompanhar (VMoA).

Conforme aponta Godoy (2012), o verbo de Movimento do tipo *Acompanhar* passa por um processo externo ao processo de reflexivização. Para a autora, trata-se de um princípio que limita a redundância existente em uma estrutura que abrange dois subeventos iguais ou que pode ser um caso de bloqueio lexical, como dito anteriormente. Já os verbos que fazem parte do grupo VME são aqueles que passam pelas restrições iniciais à reflexivização e por isso aceitam o fenômeno da reflexivização.

Diante dos resultados encontrados aqui, decidimos realizar um experimento de natureza *on-line* com o intuito de aprofundar a discussão e confirmar a hipótese da influência do verbo no processamento anafórico.

3.2 Experimento 2

O segundo experimento, de natureza *on-line*, visa investigar a influência do tipo verbal no processamento anafórico. Para tanto, utilizamos os verbos classificados no estudo de Godoy (2012), testados no nosso primeiro experimento, aliados à anáfora *se*. Como apresentado na descrição do experimento 1, a autora utilizou quatro grandes classes

verbais, caracterizadas por meio da decomposição semântica de predicados, e 13 subclasses. Tendo em vista essa classificação, realizamos o primeiro teste, no intuito de verificar a aceitabilidade desses verbos diante da classificação realizada. Assim, comprovamos que os verbos mais aceitos pelos falantes foram aqueles estabelecidos pela autora como favoráveis à reflexivização.

Com base nos resultados encontrados no experimento 1, decidimos realizar um segundo teste, dessa vez *on-line*, com a classificação que foi considerada mais aceitável no nosso primeiro teste. Os resultados do teste *off-line* afirmaram que diante dos grupos verbais que aceitam o fenômeno da reflexivização, dois grupos foram considerados ainda mais aceitáveis pelos falantes, o que nos levou a considerar apenas os dois grupos verbais mais aceitos. Dessa forma, delimitamos 6 verbos de cada grupo verbal. Na tabela abaixo, podemos ver com mais detalhes os verbos selecionados:

| Verbos de Mudança de Estado | de | Verbos de Afetação | de |
|------------------------------------------------------------|-----------|---------------------------------------------------------|-----------|
| Ex.: acalmou, alegrou, machucou, afastou, deitou e sentou. | | Ex.: barbeou, enxugou, penteou, vestiu, banhou e lavou. | |

Quadro 6: *Classificação Verbal do Experimento 2.*

Os verbos elencados acima foram escolhidos conforme suas propriedades semânticas. Assim, alguns dos verbos do primeiro experimento foram utilizados aqui e outros também do trabalho de Godoy (2012) foram acrescentados, mediante a necessidade de análise do fenômeno em questão, isto é, da análise da influência do tipo de verbo no processamento anafórico.

As variáveis independentes foram o tipo de verbo, a ausência do reflexivo *se*, isto é, nulo (\emptyset), a presença do reflexivo *se* (*SE*) e a presença de um sintagma nominal (*SN*) e a variável dependente foi o tempo de leitura do segmento onde se encontra o verbo. A hipótese inicial para esse experimento é a de que o tipo de verbo influenciará no processamento sentencial, uma vez que acreditamos que os verbos que fazem parte do grupo VME (Verbos de Mudança de Estado), como sendo mais aceitáveis à reflexivização serão os determinantes para que o fenômeno da reflexividade ocorra na sentença, independentemente da presença do reflexivo *se*. Assim, esperamos que mesmo nas

sentenças sem o reflexivo *se* não haverá custo no processamento. Vejamos algumas frases utilizadas no experimento com o verbo *acalmar*:

(116) Condições:

VEASE (Verbo de Mudança de Estado que aceita reflexivização com o reflexivo *SE*)

O neném se acalmou com a música ontem.

VEAN (Verbo de Mudança de Estado que aceita reflexivização com o Nulo)

O neném acalmou com a música ontem.

VEASN (Verbo de Mudança de Estado que aceita reflexivização com o Sintagma Nominal)

O neném acalmou Maria com a música ontem.

3.2.1 Método

Este experimento foi montado pela plataforma *Cognition run*. Essa plataforma possibilitou os participantes realizarem o experimento nos seus próprios computadores, uma vez que a plataforma gera um *link* para ser acessado por qualquer navegador. A escolha dessa plataforma se deu pelo contexto mundial em que a pesquisa se encontra, pois o segundo experimento foi realizado durante a pandemia do Covid-19. A tarefa consistiu em os participantes lerem sentenças fragmentadas em PB disponibilizadas por meio de uma pergunta. O *link* foi enviado individualmente por e-mail para cada participante e ao final da leitura de cada sentença aparecia uma pergunta de compreensão em que o participante deveria responder *sim* ou *não*, clicando nas teclas *S* para *sim* e *N* para *não*.

3. 2. 2 Materiais

Este experimento contou com 36 frases experimentais e 24 distratoras. Foram duas condições experimentais: uma composta por Verbos de Mudança de Estado (*acalmou, alegrou, machucou, afastou, deitou e sentou*) e outra por Verbos de Afetação (*barbeou, enxugou, penteou, vestiu, banhou e lavou*). As sentenças foram construídas com sujeitos animados, verbos de estado ou de afetação, uma preposição (“com”, “até” e “na”), um

advérbio (“ontem” e “hoje”), a presença ou a ausência da anáfora *se* ou ainda a presença de um sintagma nominal (*SN*). Formou-se as seguintes possibilidades de frases, vejamos:

(117) Tipos de frase:

1. SN + SE + VERBO + PROPOSIÇÃO (“com”, “até” e “na”) + ADVÉRBIO (“ontem” e “hoje”)
2. SN + NULO + PREPOSIÇÃO + ADVÉRBIO
3. SN + VERBO + SN + PREPOSIÇÃO + ADVÉRBIO

Observemos abaixo como o teste foi apresentado aos participantes:

Bem vind@ ao Experimento de Leitura Auto-Monitorada! Por favor, preencha os dados abaixo.

Nome:

Idade:

Gênero:

Escolaridade:

Cidade:

E-mail:

Data:

Figura 6: Tela inicial para preenchimento dos dados dos participantes.

Ao passar da tela inicial, o participante visualizava a seguinte imagem na segunda tela:

Instruções do Experimento

Você lerá frases divididas em segmentos.

Pressione a tecla **ESPAÇO** para avançar a leitura.

Após cada frase, você deverá responder uma pergunta sobre a frase lida.

Pressione a tecla **S** para **SIM** e a tecla **N** para **NÃO**.

Pressione **ESPAÇO** para praticar.

Figura 7: Segunda tela com as instruções do Experimento 2.

Logo após as instruções, apareceram quatro frases de treino, para que o participante ficasse inteirado do experimento e, em seguida, apresentamos uma tela, informando que o experimento seria iniciado. Vejamos:

Fim da prática.

Pressione **ESPAÇO** para começar o experimento.

Figura 8: Tela final das sentenças de prática do Experimento 2.

Após o clique na tecla espaço, o participante já iniciava o experimento propriamente dito. As frases foram apresentadas de maneira segmentada e ao final de cada uma havia uma pergunta de compreensão. Visualizemos:

O neném (1° tela)

se acalmou (2° tela)

com a música (3º tela)

ontem. (4º tela)

O neném se acalmou? (5º tela)

3. 2. 3 Participantes

Participaram deste experimento 51 sujeitos, 60% deles são graduandos e graduados de diversos cursos da UFPB – Universidade Federal da Paraíba, *Campus I* João Pessoa, e os demais de faculdades particulares da cidade de João Pessoa. A idade dos participantes variou dos 18 aos 40 anos, todos falantes nativos do português brasileiro.

3. 2. 4 Resultados e Discussão

Os resultados encontrados neste experimento afirmaram uma influência significativa no tipo de variável (*SE*, *NULO* e *SN* – *Sintagma Nominal*), como também comprovou que as condições experimentais afetam o tempo de leitura do segmento crítico.

A análise realizada, nesse segundo experimento, foi feita por meio do teste de Tukey. Inicialmente, realizamos uma comparação dos tempos de leitura do segmento crítico (*o verbo*, *o verbo+se*, *o verbo+nulo*) de cada condição. Vejamos o gráfico abaixo:

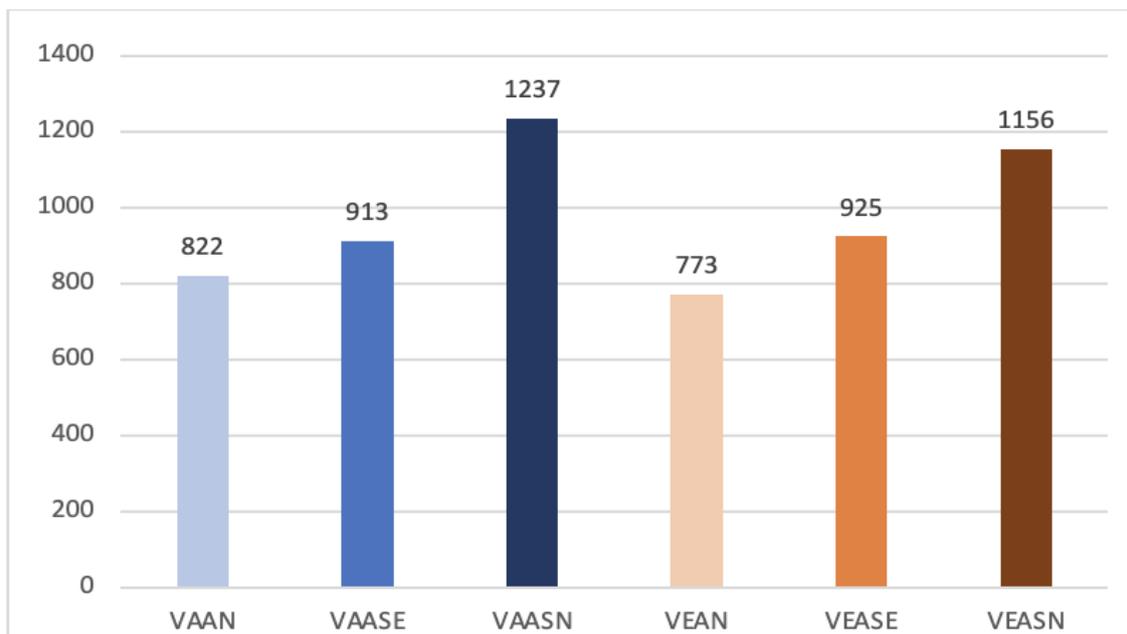


Gráfico 6: *Comparação dos tempos de leitura do segmento crítico de todas as condições experimentais.*

O Teste de Tukey realiza uma comparação utilizando uma *base line*, isto é, uma condição como base para as demais e, a escolha toma como critério a ordem alfabética. Ao compararmos os tempos de leitura dos segmentos críticos de cada condição experimental, verificamos que as condições com menos tempo de leitura foram VAAN⁷⁰ e VEAN. Percebemos também que a condição com maior tempo de leitura foi a VAASN e a VEASN, ou seja, as duas condições que possuem como variável o SN, independentemente do tipo verbal. Assim, verificamos que ao comparar todas as condições com a condição VAAN, observamos que duas condições obtiveram tempos de leitura significativamente maiores.

Comparando a condição VAAN com as demais condições, obtivemos resultados significativos para as comparações entre VAAN com VAASN e VAAN com VEASN. Na primeira, foram 340 milissegundos de diferença no tempo de leitura, isto significa dizer que a condição VAASN foi lida de maneira mais lenta que a VAAN. Com relação a comparação entre a condição VAAN e VEASN, a condição VEASN foi considerada 349 milissegundos mais lenta. Essas diferenças ocorreram pelo fato da interferência da variável Sintagma Nominal (SN). Essa variável contribuiu para o aumento do tempo de leitura nas duas comparações. O fator que justifica tal escolha foi o aumento de material fonológico que delimitou o aumento significativo no tempo de leitura e a sobrecarga na memória de trabalho, afetando conseqüentemente o processo de reflexivização. Vejamos abaixo os gráficos com as comparações entre as condições:

⁷⁰ VAAN (Verbo de Afetação que aceita reflexivização com o Nulo), VAASE (Verbo de Afetação que aceita reflexivização com o SE), VAASN (Verbo de Afetação que aceita reflexivização com o Sintagma Nominal), VEAN (Verbo de Mudança de Estado que aceita reflexivização com o Nulo), VEASE (Verbo de Mudança de Estado que aceita reflexivização com o SE) e VEASN (Verbo de Mudança de Estado que aceita reflexivização com o Sintagma Nominal).

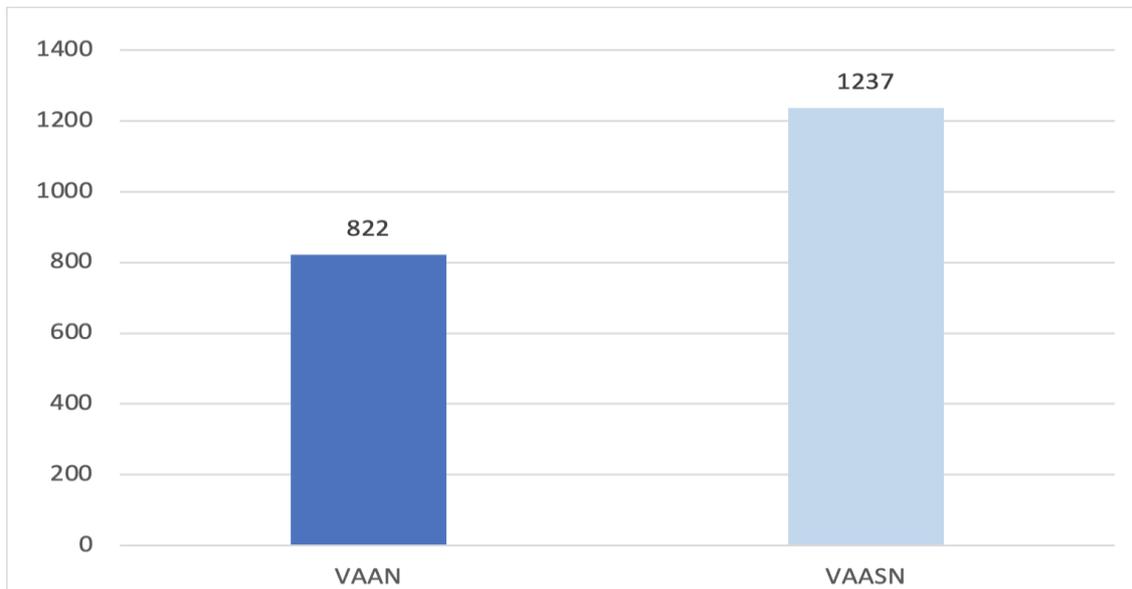


Gráfico 7: Comparação dos tempos de leitura das condições Verbos de Afetação que Aceitam a reflexividade com o Nulo (VAAN) e Verbos de Afetação que Aceitam a reflexividade com o Sintagma Nominal (VAASN).

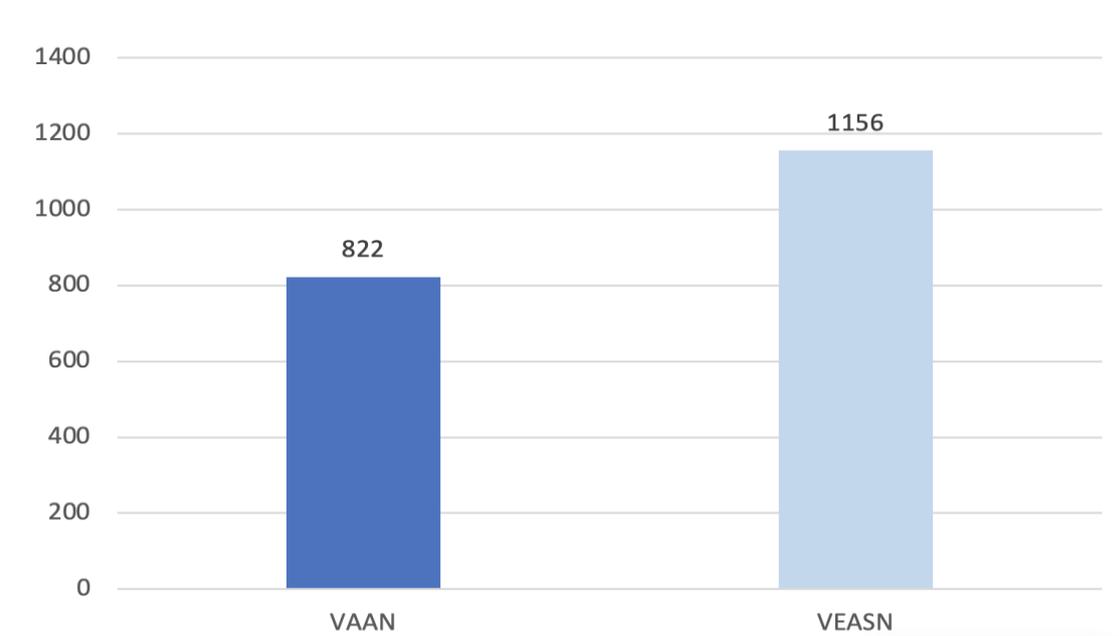


Gráfico 8: Comparação dos tempos de leitura das condições Verbos de Afetação que Aceitam a reflexividade com o Nulo (VAAN) e Verbos de Mudança de Estado que Aceitam reflexivização com o Sintagma Nominal (VEASN).

É importante apontar essas comparações para apresentar que a condição *SN* foi considerada mais lenta em todas as comparações. Isso nos levou a um segundo modelo de análise estatística, o modelo linear misto.

A seguir realizamos um segundo tipo de estatística, o modelo linear misto, nesse modelo, fizemos a comparação do tempo de leitura do segmento crítico com o tipo de verbo e o tipo de reflexivização (*SE*, *NULO* e *SN*). Ao compararmos o tipo reflexivização, tomando como *base line* o Nulo, na comparação *SE* com *NULO*, obtivemos o *SE* mais lento 117.24 milissegundos que o *NULO*, já na comparação *SN* com o *N*, o *SN* foi mais lento 412.18 milissegundos, conforme podemos visualizar abaixo:

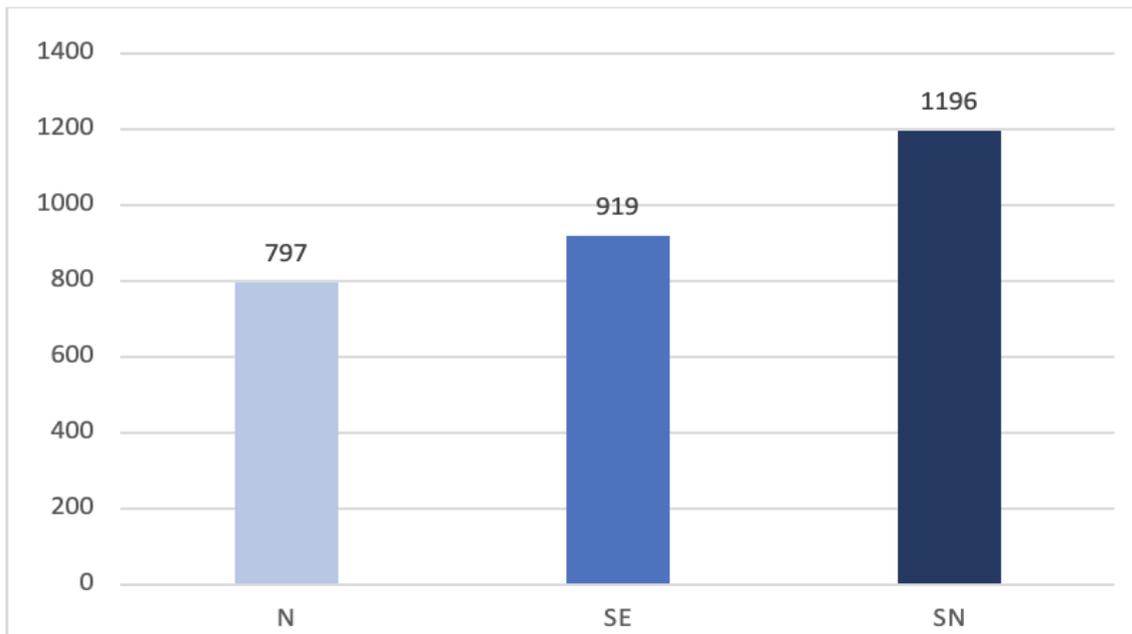


Gráfico 9: Comparação dos tempos de leitura dos segmentos críticos das variáveis *N*, *SE* e *SN* (*N* – nulo, *SE* - se e *SN* – sintagma nominal).

Observamos que a variável com maior tempo de leitura foi com *SN*, isso pode ser explicado pelo aumento de material fonológico, como também pela dificuldade que esse material proporciona para a reflexivização, ou ainda pelo simples fato do *SE* ser o marcador reflexivo do PB e da possível influência verbal nas sentenças com a variável *NULO*. A diferença entre a variável *NULO* e o *SE* não foi significativa, isso nos leva a considerar uma suposta influência do tipo de verbo, dado que não há presença de um marcador reflexivo, no caso o *SE*, marcando o fenômeno da reflexivização.

Com os modelos estatísticos utilizados nesse estudo, não houve efeito de interação entre o tipo de verbo, porém esse resultado já era esperado, pois os dois tipos verbais utilizados nessa pesquisa fazem parte do grupo que aceita o fenômeno da reflexivização. Dessa forma, podemos pensar que o fato da variável *NULO* atuar da mesma forma que a

variável *SE* nos faz acreditar que os traços presentes no verbo levaram a uma leitura reflexiva mesmo sem a presença do marcador reflexivo *SE*.

Como já afirmado na discussão teórica, o PB é uma língua de reflexivização sintática, logo o acoplamento de uma partícula reflexiva a verbos transitivos que denotem entes animados já possibilita a ocorrência do fenômeno da reflexivização. No entanto, o fato de os tipos de verbos de mudança de estado e de afetação não terem sido considerados como fator preponderante no processamento não significa dizer que sua influência esteja totalmente anulada, uma vez que as sentenças contendo a variável *NULO* atuaram de maneira semelhante as sentenças com o *SE* reflexivo. No estado de Minas Gerais é totalmente gramatical sentenças contendo reflexividade apenas com a presença de verbos reflexivos, à vista disso fica evidente a possibilidade dessa ocorrência também com falantes do PB da região da Paraíba. Sabemos que o PB não possui verbos lexicamente reflexivos, como ocorre com a língua inglesa, por exemplo. Esse fator acaba sendo um dos direcionamentos para o fato de o verbo não ter a possibilidade de uso reflexivo de maneira independente. Porém, ao encontramos esse fenômeno com bastante frequência em um determinado estado do Brasil, acabamos levando em consideração a possibilidade dessa ocorrência. Assim, propomos que nesses casos os verbos estariam atuando como reflexivos, mas com o traço do *SE* acoplado a sua forma. A partir do momento que utilizamos a classificação de Godoy (2012), especificamente nesse experimento, os verbos das classes de Mudança de Estado e de Afetação, consideramos como fator preponderante à influência desse tipo de verbo no processamento. Dessa forma, decidimos realizar uma última comparação. Comparamos os dois grupos verbais: verbos de Afetação que Aceita reflexivização e verbos de Mudança de Estado que Aceita reflexivização (*VAA e VEA*). Vejamos:

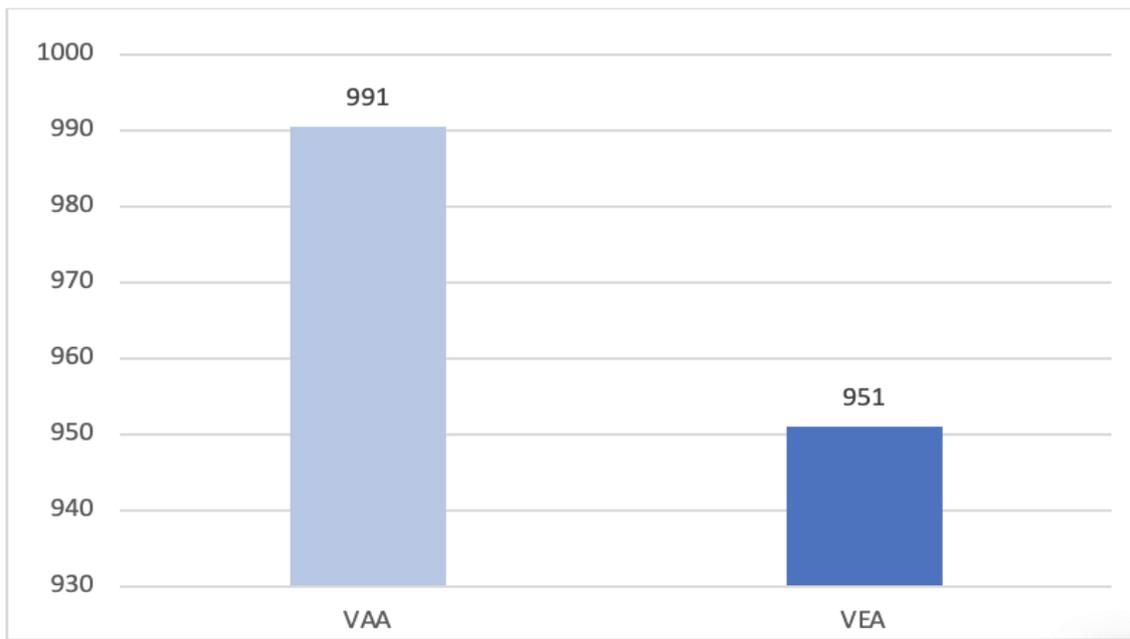


Gráfico 10: Comparação dos tempos de leitura dos segmentos críticos dos Verbo de Afetação que aceita reflexivização (VAA) e Verbos Mudança de Estado que aceita reflexivização (VEA).

Ao compararmos os dois tipos verbais, verificamos que houve uma diferença entre eles. O grupo verbal VEA foi lido de maneira mais rápida do que VAA. O que pode ter influenciado a escolha dos falantes foi a sensibilidade de um verbo em relação ao outro, já que os verbos que pertencem aos dois grupos aceitam a reflexivização, conforme os postulados de Godoy (2012). Nas próximas sessões, discutiremos os resultados globais da pesquisa e as considerações finais.

4. DISCUSSÃO GERAL

Os resultados encontrados nos dois experimentos corroboram a classificação verbal predita por Godoy (2012). Isso significa dizer que os grupos verbais estabelecidos pela autora como mais sensíveis a reflexividade - VMoL, VA, VME, VML e VMP – foram também considerados como mais aceitáveis pelos falantes nativos do PB nos dois experimentos realizados.

O primeiro experimento realizado de forma *off-line* apontou para a aceitabilidade dos grupos VMoL, VA, VME, VML e VMP e considerou como menos aceitáveis VMoA e VE, assim como propõe Godoy (2012) na sua classificação. A intenção de comprovar a classificação da autora por meio de um teste de aceitabilidade se deu pelo fato da intenção de um futuro experimento *on-line*, utilizando essa classificação, como foi feito em seguida. Não foi surpresa encontrar uma maior aceitabilidade para os verbos que aceitam o fenômeno da reflexividade, como predito pela autora. No entanto, os resultados *off-line* apontaram para uma maior aceitabilidade entre duas classificações (VA e VME).

A justificativa para a escolha das duas classes verbais (Verbos de Afetação que Aceitam reflexivização e Verbos de Mudança de Estado que Aceitam a reflexivização), como sendo ainda mais aceitáveis que as demais, ainda é incipiente. Porém, de maneira intuitiva, acreditamos que a escolha tenha se dado pelo uso frequente das formas pelos falantes da língua portuguesa. Estudos mais detalhados seriam necessários para aprofundar a discussão.

O segundo experimento executado de modo *off-line* revelou que o tipo de verbo não possui efeito de interação, como já era esperado, uma vez que os verbos pertencem a mesma classificação, isto é, são verbos que aceitam o fenômeno da reflexivização. Já para os diferentes tipos de retomada (*SE*, *NULO* e *SN*), obtivemos efeitos significativos. As sentenças que apresentaram o *SN* em suas estruturas contaram com tempos de leitura relativamente maiores do que as demais retomadas. Já as sentenças que apresentaram o *SE* e o *NULO* constataram tempos de leitura parecidos e não foi possível apresentar diferenças gritantes entre a escolha de uma ou de outra forma.

De modo geral, os resultados do segundo experimento apontaram para uma possível influência do verbo. Essa constatação é viável pelo fato de não haver diferença significativa para o tipo de variável (*SE* e *NULO*), o que nos leva a considerar a influência dos traços do *se* presente no verbo. Assim como aponta Brito (2009), defendemos que o *se* é o verdadeiro reflexivo do PB, possuindo a propriedade de reflexivizar o predicado ao qual esteja contido, pois ele carrega, portanto, o traço SELF. Diante disso, apostamos que o traço do reflexivo *se* esteja acoplado ao verbo, fazendo-o atuar como o reflexivo na sentença, assim como aconteceu na escolha das sentenças com o verbo “*machucar*”, por exemplo. Sentenças contendo os verbos de Afetação e de Mudança de Estado foram lidas de maneira mais rápida quando estavam com o *SE* e com o *NULO*. Percebemos, portanto, que mesmo sendo consideradas agramaticais segundo a norma padrão do PB, as sentenças são perfeitamente aceitáveis pelos falantes, sejam eles do estado de Minas Gerais, como encontrado por Lacerda (2014), sejam pelos falantes da cidade de João Pessoa, local onde foi realizado os dois experimentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proposta teve como objetivos gerais classificar o que consideramos como verbos de natureza reflexiva e investigar até que ponto o tipo de verbo influencia no processamento anafórico. Assim, elencamos, cinco questões teóricas, que foram respondidas com base na pesquisa quantitativa aqui realizada.

Como forma de responder ao primeiro questionamento sobre a classificação existente na literatura para os verbos reflexivos, apontamos alguns estudos pertencentes à perspectiva funcionalista e alguns pertencentes à perspectiva gerativista. Assim, os trabalhos pertencentes à linha de pesquisa gerativista nos deram suporte para descrever com mais precisão os verbos reflexivos no PB, a exemplo o trabalho de Godoy (2012).

A segunda questão é o foco principal do surgimento dessa pesquisa, verificar se o tipo de verbo influencia no processamento de sentenças anafóricas. Inicialmente, quando realizamos o primeiro experimento *off-line* averiguamos que os verbos mais sensíveis à reflexividade, assim como foi proposto por Godoy (2012), foram os considerados mais

aceitáveis pelos falantes nativos do PB. Na direção do primeiro experimento, os resultados do segundo experimento apontaram para uma possível influência do tipo verbal, dado que sentenças contendo apenas verbos sensíveis a reflexivização (*NULO*), foram lidas de maneira tão rápida quanto sentenças contendo o reflexivo *SE*. Isso significa dizer que houve reflexividade nas sentenças contendo apenas os verbos de natureza reflexiva, como também o tempo de leitura nas sentenças contendo anáforas foram lidas com um menor tempo de leitura, quando comparadas as sentenças com os sintagmas nominais, evidenciando a influência do verbo.

Com relação à terceira questão, que levanta a dúvida sobre a ocorrência ou não de influência dos fatores não estruturais no processamento anafórico, acreditamos que, de acordo com os resultados encontrados, é plausível confirmar que a semântica é um fator determinante para o processamento de sentenças contendo ou não anáforas, já que o tipo de verbo pode atuar sozinho e tornar a sentença reflexiva.

A quarta questão refere-se ao poder de atuação reflexiva dos verbos de natureza reflexiva. Inicialmente, acreditávamos que os verbos possuem as mesmas características das anáforas quando se trata da ocorrência do fenômeno da reflexividade. Entretanto, as anáforas possuem características distintas dos verbos. Primeiro porque possuem, em sua composição, traços semânticos de reflexividade, como o *se*, por exemplo, e segundo porque a ocorrência do verbo sozinho sem a presença de uma anáfora só é possível em determinados arranjos sintáticos, não sendo um acontecimento comum a todos os verbos do PB.

A quinta e última questão está ligada ao processamento sentencial anafórico. Verificamos que a semântica atua no processamento, mas não possuímos dados que contribuam para identificar em qual momento o processamento acontece. Uma suposta análise intuitiva nos faz acreditar que a semântica presente na anáfora *se* esteja presente no verbo e esse fator auxiliou o processamento sentencial, porém sem evidências plausíveis para confirmar em qual momento esse processamento ocorreu. Essa é uma das lacunas deixadas no nosso trabalho e que necessitará de uma análise mais aguçada, por meio de experimentos para averiguação.

Finalizamos nossa pesquisa acreditando que foi possível comprovar o que inicialmente foi proposto. Os verbos de natureza reflexiva afetam o processamento sentencial. Apesar das análises ainda serem iniciais, os resultados nos deram base para acreditar que em determinados arranjos sintáticos há a possibilidade de reflexividade com algumas formas verbais no PB, assim como apontou Reinhart & Reuland (1993) com a análise da língua inglesa. Sabe-se que há distinções entre a língua inglesa e a língua

portuguesa, até porque uma faz parte do grupo das línguas de reflexividade sintática, o PB, e a outra do grupo das línguas de reflexividade lexical, o inglês. Ainda assim, os resultados encontrados no segundo experimento apontaram evidências que sustentam a influência do tipo verbal. Esses resultados foram de extrema relevância para a nossa pesquisa, pois contribuíram para indicar que é possível a ocorrência do fenômeno da reflexividade sem a necessidade de uma anáfora no PB.

REFERÊNCIAS

ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. ABL: Biblioteca Nacional. (Coleção Antônio de Morais Silva, v. 7). Rio de Janeiro, p. 260, 2008.

BADECKER, W.; STRAUB, K. *The processing role of structural constraints on the interpretation of pronouns and anaphors*. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 2002.

BERTOLINO, K. G. *Restrições sobre a interpretação da proforma ele com antecedente local do Português brasileiro: um estudo experimental*. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BERTOLINO, K. G.; GROLLA, E. *O pronome "ele" está sujeito ao princípio B? Uma discussão sobre os resultados experimentais*. *Revista Linguística/ Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. V. 8, n. 2, 2012.

BRITO, D. B. S. *O se reflexivo no português brasileiro*. 2009. 113 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

BRITO, D. B. S. *Predicados reflexivos e compartilhamento de traços*. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 40, p. 220-230, 2011a.

BRITO, D. B. S. *Propriedades Referenciais do Reflexivo SE no Português Brasileiro*. Leitura (UFAL), v. 1, p. 92-108, 2011b.

CAMACHO, R. G. *Em defesa da categoria de voz média no português*. In: DELTA, v. 19, n. 1, 2003, p. 91-122.

CHOMSKY, A. N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, A. N. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London, UK: Praeger, 1986.

CHOMSKY, A. N. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

CLIFTON, C.; KENNISON, S. M.; ALBRECHT, J. E. *Reading the words him and her: Implications for parsing principles based on frequency and on structure*. Journal of Memory and language, 1997.

CHRISTIANO, M. E. A. *As estruturas reflexivas em português e seu tratamento na gramática dos casos profundos*, 1991. Tese. (Doutorado em Linguística). UNESP, Araraquara.

COSTA, J. *Teoria Sintáctica e aquisição da língua materna: o que temos aprendido?* In Actas do XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, p. 11-25, 2007.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História da linguística*. 6ed. Traduzido por Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Editora: Vozes, Petrópoles, 1975.

DALBERIO, Osvaldo. Dalberio, Maria. *Metodologia Científica: desafios e caminhos*. Paulus, São Paulo, 2009.

ESTRELA, A. *A Teoria da Ligação: Dados do Português Europeu*. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal, 2006.

FALTZ, L. *Reflexivition: a Study in Universal Grammar*. New York: Garland, 1985.

FERRARI-NETO, José. SILVA, Cláudia (org.). *Programa Minimalista em foco: princípios e debates*. Editora CRV, Curitiba, 2012.

FERRARI-NETO, José. CORREIA, Débora Vasconcelos. *Minimalismo em um enfoque Psicolinguístico: os princípios de ligação e sua atuação no processamento on-line da correferência*. Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense. v. 24. n. 49, 2014.

FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística*. Vol.I. Obejtos teóricos. Editora: Contexto, São Paulo, 2006.

GODOY, Luisa Andrade Gomes. *A Reflexivização no PB e a decomposição semântica de predicados*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GROLLA, E. & BERTOLINO, K. *A proforma 'ele' com antecedente local em português brasileiro adulto e infantil*. In: *Estudos da Linguagem: casamento entre temas e perspectivas*. Org.: da Hora, D.& Negrão, E. João Pessoa: Editora Ideia/Editora Universitária da UFPB, 2011.

- GROLLA, Elaine. *Estratégias infantis na aquisição da expressão "Ele Mesmo" em Português Brasileiro*. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. v. 8, n. 2, 2012.
- HENRIQUE, J.G. *A Influência da Reflexividade Verbal no Processamento Anafórico*. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- HENRIQUE, J. G.; OLIVEIRA, R. C.; SOUZA, F. G. C. de. *A influência da reflexividade verbal no processamento anáfora se*. *Letrônica*, v. 10, n. 2, 2017, p. 595 – 609.
- KENEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.
- KENNISON, S. *Comprehending the pronouns her, him, and his: implications for theories of referential processing*. *Journal of Memory and Language*, 2003.
- LACERDA, M. C.; *O Processamento da Anáfora se em Português Brasileiro: comparando dados de Minas Gerais e Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - João Pessoa, 2014.
- LACERDA, M. C.; OLIVEIRA, R.; LEITÃO, M. *O processamento da anáfora intrasentencial em português brasileiro*. *Fórum Linguístico*, v. 11, n. 3, 2014, p. 243 – 260.
- LEITÃO, M. M.; Oliveira, R. ; Teixeira, E. ; Ferrari Neto, J. ; BRITO, D. B. S. . *Evidências experimentais do processamento da correferência e dos princípios de ligação em português brasileiro*. *Revista da ABRALIN*, v. 13, p. 289-332, 2014.
- LEITÃO, M. M. *Psicolinguística Experimental: focalizando o processamento da linguagem*. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.) *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 217-233.
- LEITÃO, M.; PEIXOTO, P.; SANTOS, S. *Processamento da correferência intrasentencial em português brasileiro*. *Veredas on-line*, p. 50- 61, 2008.
- MAIA, Maia. (Org.) *Psicolinguística, psicolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MAIA, M.; GARCIA, D.; OLIVEIRA, C. *The processing of conceptual anaphors and fully specified pronouns in intrasentential contexts in Brazilian Portuguese*. *ReVEL*, specialissue n.6, 2012.
- MELLO. F. R. *O clítico reflexivo em manuscritos do século XIX: Uma análise funcional*. *Revista Prolíngua*, 2008, p. 36-46.
- MELLO. F. R. *Acabou-se o que era doce. Quem comeu se regalou-se: Uma análise do clítico se em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização*. Tese (Doutorado em Linguística) - UFPB, João Pessoa, 2009.
- MENUZZI, S. (1999) *Binding Theory and Pronominal Anaphora in Brazilian Portuguese*. The Hague: Holland Academic Graphics.
- MIOTO, C; SILVA, M. C.; VASCONCELLOS, R. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 4ª ed., 2010.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.) *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol.III. 5.ed. Editora: Cortez, São Paulo, 2011.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.) *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Vol. II. Editora: Cortez, São Paulo, 2001.

NICOL, J.; SWINNEY, D. *The role of structure in coreference assignment during sentence comprehension*. *Journal of Psycholinguistic Research*, 1989. p. 5-20.

OLIVEIRA, R. C.; LEITÃO, M. M.; HENRIQUE, J. G. *A influência dos antecedentes vinculados e não vinculados no processamento da anáfora 'a si mesmo(a)'*. *Linguística*, v.8, n. 2, 2012, p. 115-134.

OLIVEIRA, R. C.; LEITÃO, M. M.; ARAÚJO, E. *A influência dos antecedentes vinculados e não vinculados no processamento da anáfora "ele (a) mesmo (a)"*. *Revista do Gelne, Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, v. 5, n. 1 e 2, Natal: UFRN, 2013, p. 115-134.

OLIVEIRA, R.; FERRARI, J.; CASTOR, J. B. *A influência dos antecedentes disponíveis e não-disponíveis no processamento da anáfora "ele (a) mesmo (a)" em português brasileiro (PB)*. *Revista Letrônica*, revista digital do PPGL da PUCRS. *Psicolinguística & escritas migrantes na literatura contemporânea*. V. 7, n. 1. 2014.

OTHERO, G. A.; KENEDY, E. (Orgs.) *Sintaxe, Sintaxes: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2015.

RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem*. SA, Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

REINHART, T. *Coreference and Bound Anaphora: a restatement of the anaphora questions*. *Linguistics and Philosophy*, v. 6, 1983, p. 47-88.

REINHART, T.; REULAND, E. *Reflexivity*. *Linguistic Inquiry*, n. 24, 1993, p. 657-720.

REULAND, E. *Primitives of binding*. *Linguistic Inquiry*. V32, 2001, p 439-492.

REULAND, E. (2011). *Anaphora and language design*. MIT Press.

REULAND, E. *Reflexives and Reflexivity*. *Annual Review of Linguistic*. 2018.

REINHART, T.; SILONI, T. (2005) *The lexicon-syntax parameter: reflexivization and other arity operations*. *Linguistic Inquiry* 36, 389-436.

SOUZA, F. G. C. de. *A logoforicidade em Português Brasileiro: um estudo experimental*. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SOUZA, F. G. C. de.; HENRIQUE, J. G.; OLIVEIRA, R. C. *A aceitabilidade da anáfora logofórica em português brasileiro*. *Revista de Estudos da Liguagem*, v. 25, n. 3, 2017, p. 1255 – 1290.

STURT, P. *The time-course of the application of binding constraints in reference resolution*. *Journal of Memory and Language*, 2003.

APÊNDICE 1

Sentenças dos experimentos 1 e 2 (verbos retirados da classificação de Godoy (2012))

Sentenças do 1º experimento - Teste de Aceitabilidade

VERBOS DE MUDANÇA

Todos os verbos de mudança aceitam a reflexividade.

ESTADO

O neném se acalmou com a música.

O repórter se abalou com a notícia.

A criança se afastou da tomada.

A mulher se tornou infeliz.

POSSE

O soldado se camuflou com a tinta.

O professor se premiou com a medalha.

O político se proveu de dinheiro.

O mendigo se alimentou com a sopa.

LOCAÇÃO

O homem se hospitalizou no trauma.

A criança se enclausurou no quarto.

O coreógrafo se colocou no centro da sala.

A professora se pôs na fila.

VERBOS DE MOVIMENTO

Verbos de movimento do tipo “lançar” aceitam reflexividade.

O amante se meteu dentro do armário.

O músico se exilou em Londres.

O rapaz se inseriu no grupo.

O menino se lançou na piscina.

Verbos do tipo “acompanhar” não aceitam a reflexividade.

A secretária se acompanhou até a porta.

A neta se apanhou na escola.

O turista se buscou no aeroporto.

O cadeirante se empurrou até a saída.

O taxista se deixou na porta do hotel.

O detetive se seguiu até o bar.

O noivo carregou a noiva até a entrada da casa.

O motorista se conduziu até o trabalho.

O estrangeiro se guiou até o hotel.

O estudante se levou até a escola.

VERBOS DE AFETAÇÃO

Todos os verbos de afetação aceitam a reflexividade.

O pai se barbeou com a lâmina cega.

A babá se enxugou com a toalha.

A noiva se penteou no quarto.

A mãe se vestiu para o casamento.

VERBOS DO TIPO EVENTIVO

Os verbos eventivos não aceitam a reflexivização.

A mulher se apedrejou na praça.

O rapaz se assaltou na escola.

O vilão se atacou com a faca.

O motorista se atropelou com a moto.

O escravo se comprou no mercado.

O jogador se derrotou na partida.

O mágico se hipnotizou com o relógio.

O farsante se plagiou na apresentação.

A donzela se raptou na estrada.

A atriz se visitou no museu.

Sentenças do 2º experimento on-line de Leitura Automonitorada

Tipos de frase:

4. SN + SE + VERBO + PROPOSIÇÃO (“com”, “até” e “na”) + ADVÉRBIO (“ontem” e “hoje”)
5. SN + NULO + PREPOSIÇÃO + ADVÉRBIO
6. SN + VERBO + SN + PREPOSIÇÃO + ADVÉRBIO

Verbos que aceitam a reflexivização segundo Godoy (2012)

VERBOS DE ESTADO: acalmou, alegrou, machucou, afastou, deitou e sentou.

ESTADO

1. O neném se acalmou com a música ontem. O neném se acalmou?
O neném acalmou com a música ontem. O neném se acalmou?
O neném acalmou Maria com a música ontem. O neném se acalmou?
2. O homem se alegrou com a notícia hoje. O homem se alegrou?
O homem alegrou com a notícia hoje. O homem se alegrou?
O homem alegrou João com a notícia hoje. O homem se alegrou?
3. O guarda se afastou com cuidado ontem. O guarda se afastou?
O guarda afastou com cuidado ontem. O guarda se afastou?
O guarda afastou Maria com cuidado ontem. O guarda se afastou?
4. O João se machucou com a porta ontem. O João se machucou?
O João machucou com a porta ontem. O João se machucou?
O João machucou Maria com a porta ontem. O João se machucou?
5. A mulher se deitou com cautela hoje. A mulher se deitou?
A mulher deitou com cautela hoje. A mulher se deitou?
A mulher deitou João com cautela hoje. A mulher se deitou?
6. A Maya se sentou com calma hoje. A Maya se sentou?
A Maya sentou com calma hoje. A Maya se sentou?
A Maya sentou João com calma hoje. A Maya se sentou?

VERBOS DE AFETAÇÃO: barbeou, enxugou, penteou, vestiu, banhou e lavou.

1. O papai se barbeou com a lâmina cega hoje. O pai de barbou?
O papai barbeou com a lâmina cega hoje. O pai se barbeou?
O papai barbeou Pedro com a lâmina cega hoje. O pai se barbeou?
2. A babá se enxugou com a toalha ontem. A babá se enxugou?
A babá enxugou com a toalha ontem. A babá se enxugou?
A babá enxugou Maria com a toalha ontem. A babá se enxugou?
3. A noiva se penteou com a escova hoje. A noiva se penteou?
A noiva penteou com a escova hoje. A noiva se penteou?
A noiva penteou Carol com a escova hoje. A noiva se penteou?
4. A mamãe se vestiu com cautela ontem. A mamãe se vestiu?
A mamãe vestiu com cautela ontem. A mamãe se vestiu?
A mamãe vestiu Carla com cautela ontem. A mamãe se vestiu?
5. O vovô se banhou com água quente ontem. O vovô se banhou?
O vovô banhou com água quente ontem. O vovô se banhou?
O vovô banhou Pedro com água quente hoje. O vovô se banhou?
6. O filho se lavou com a esponja ontem. O filho se lavou?
O filho lavou com a esponja ontem. O filho se lavou?
O filho lavou Maria com a esponja ontem. O filho se lavou?

SENTENÇAS DISTRATORAS

Os primeiros anos escolares/foram/muito/maravilhosos.
Aquele mulher/venceu/o medo de cobra/rapidamente.
Maria Antônia/sabia/que amava/aquele homem/ demais.
A menina/apareceu/na minha casa/de roupa nova.

Os anos foram maravilhosos?
A mulher venceu o medo?
Maria amava aquele homem?
Ela estava com a roupa nova?

A senhora/não parava/de falar/com a aeromoça.
 João/comeu/muito bem/no restaurante/barato.
 Nós/temos/muito dinheiro/para gastar/com besteiras.
 Felipe/desistiu/do mestrado/para fazer/uma viagem.
 Maria/viajou/ontem/com seu cachorro/para Bananeiras.
 Comprei/um carro azul/mas não gostei da cor.
 Fernando/escreveu/muito mal/na ata do condomínio.
 Os meninos levados/tocaram/a campainha/do vizinho.
 João/machucou/a si mesmo/no parque de diversão.
 O professor/castigou/os alunos/que se atrasaram.
 As senhoras/escutavam/interessadas/o discurso/do candidato.
 Ele/foi/embora/da loja/de sapatos/ontem.
 A entrega/dos troféus/aos ganhadores/começou/agora.
 O Flamengo/levou/cinco gols/fabulosos/do Vasco.
 A costureira/disse/que os vestidos/estavam/amassados.

A impressão/que tivemos/do apartamento/foi/péssima.
 Minhas meias/foram/encontradas/pela faxineira/na varanda.
 Fumar cigarro/é prejudicial/à saúde/de todos.
 Como já dizia/o poeta,/gentileza/gera gentileza.
 A menina/bonita/que usava/tranças/chegou/feliz.

A senhora falava muito?
 João comeu bem?
 Nós temos muito dinheiro?
 Felipe viajou?
 Maria foi para Patos?
 O carro é vermelho?
 Fernando escreveu bem?
 Os meninos bateram na porta?
 Pedro se machucou?
 O professor premiou os alunos?
 As senhoras odiaram o discurso?
 Ele ficou na loja de sapatos?
 A entrega dos troféus terminou?
 O Flamengo foi o melhor time?
 As roupas estavam bem passadas?
 O apartamento estava em boas condições?
 As meias continuam desaparecidas?
 Fumar é saudável?
 Gentileza gera discórdia?
 A menina chegou triste?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA –UFPB
 CENTRO DE CIÊNCIAS LETRAS E ARTES – CCHLA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PROLING



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa. Este estudo está sendo conduzido por Judithe Genuíno Henrique, aluna de doutorado da Universidade Federal da Paraíba.

O objetivo deste estudo é investigar a interpretação da reflexividade verbal no processamento das anáforas “a si mesmo(a)” e “se”, no intuito de compreender como ocorre a influência da semântica verbal na resolução da correferência anafórica.

Esta pesquisa está sendo conduzida com falantes nativos de Português Brasileiro, que estejam cursando ou que já concluíram o ensino superior ou posterior.

Se você concordar em participar deste estudo, você será solicitado para completar um questionário offline de leitura de frases, bem como participar de um teste online de leitura automonitorada. Este questionário offline versará sobre o seu conhecimento linguístico prévio e sobre o seu uso atual do Português Brasileiro. Ele será enviado por e-mail e você terá tempo ilimitado para

respondê-lo. O teste de leitura automonitorada será sobre a influência do tipo de verbo no processamento de sentenças anafóricas. Tanto o experimento offline, quanto o experimento online levará aproximadamente 10 minutos para ser realizado.

Nós acreditamos que os riscos decorrentes desta investigação são mínimos; no entanto, sempre há um risco de quebra de confidencialidade e, portanto, tomamos medidas para minimizar tais riscos.

Dentro do possível, suas respostas neste estudo serão confidenciais. Nós minimizaremos as possibilidades de vazamento de seus dados através de uma atribuição de código somente conhecido pelo pesquisador, e que não identificam pessoalmente sua pessoa.

Ao participar deste estudo, você não receberá pagamento.

Você não precisa participar deste estudo, caso não queira. Se você concordar em participar dele, mas posteriormente mudar de ideia, você poderá sair da amostra a qualquer momento. Não há penalidades ou consequências de quaisquer tipos se você decidir que não deseja mais participar.

Caso você tenha alguma pergunta sobre o projeto ou se você tiver algum problema derivado desta pesquisa, você poderá contactar a pesquisadora Judithe Genuíno através do e-mail judithegh@gmail.com ou telefone (83) 9882045-24.

Ao assinar abaixo, você indica que tem pelo menos 18 anos, que leu esta introdução e concorda em participar da pesquisa.

Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB: Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo
Tavares – Sala 812-
1º andar – CCS. Telefone: 83- 3216-7791.
E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com
Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das
14:00 às 17:00 horas

De antemão, agradecemos sua ajuda.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante

ANEXO

Tabelas do Experimento 1

Comparação entre todas as condições

| <i>Tabela Cruzada</i> | | | | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| | <i>Condicao_V_M_E</i> | <i>Condicao_V_M_P</i> | <i>Condicao_V_M_L</i> | <i>Condicao_V_MO_L</i> | <i>Condicao_V_MO_A</i> | <i>Condicao_V_A</i> | <i>Condicao_V_E</i> | <i>Total</i> |
| Mais_aceitavel | 129 | 84 | 70 | 84 | 20 | 125 | 10 | 522 |
| Aceitavel | 47 | 53 | 78 | 79 | 41 | 56 | 19 | 373 |
| Pouco_Aceitavel | 15 | 32 | 25 | 20 | 32 | 14 | 32 | 170 |
| Menos_Aceitavel | 7 | 20 | 20 | 10 | 30 | 7 | 40 | 134 |
| Nao_Aceitavel | 6 | 15 | 10 | 9 | 81 | 1 | 103 | 225 |
| Total | 204 | 204 | 203 | 202 | 204 | 203 | 204 | 1424 |

| <i>Teste Qui-Quadrado</i> | |
|----------------------------|----------------|
| <i>Informações</i> | <i>Valores</i> |
| Estatística X ² | 608,8455034 |
| Graus de Liberdade | 24 |
| P-Valor | 3,3412E-113 |

| <i>Resíduos Padronizados do Qui-Quadrado</i> | | | | | | | |
|----------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|---------------------|---------------------|
| | <i>Condicao_V_M_E</i> | <i>Condicao_V_M_P</i> | <i>Condicao_V_M_L</i> | <i>Condicao_V_MO_L</i> | <i>Condicao_V_MO_A</i> | <i>Condicao_V_A</i> | <i>Condicao_V_E</i> |
| Mais_aceitavel | 8,511062465 | 1,447171641 | -0,694360489 | 1,568687119 | -8,599250865 | 7,956977958 | -10,16900438 |
| Aceitavel | -1,107106249 | -0,074902431 | 4,279762244 | 4,506576536 | -2,139310068 | 0,48725831 | -5,924057402 |
| Pouco_Aceitavel | -2,182182112 | 1,783753667 | 0,178937932 | -0,963980156 | 1,783753667 | -2,392515059 | 1,783753667 |
| Menos_Aceitavel | -3,159821514 | 0,208131956 | 0,232987565 | -2,343448446 | 2,798865395 | -3,141868311 | 5,389598833 |
| Nao_Aceitavel | -5,440258194 | -3,573828463 | -4,587348744 | -4,772139885 | 10,11332289 | -6,457603604 | 14,67570668 |

Comparação entre VA e VE

| <i>Tabela Cruzada</i> | | | |
|-----------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| | <i>Condicao_V_A</i> | <i>Condicao_V_E</i> | <i>Total</i> |
| Mais_aceitavel | 125 | 10 | 135 |
| Aceitavel | 56 | 19 | 75 |
| Pouco_Aceitavel | 14 | 32 | 46 |
| Menos_Aceitavel | 7 | 40 | 47 |
| Nao_Aceitavel | 1 | 103 | 104 |
| Total | 203 | 204 | 407 |

| <i>Teste Qui-Quadrado</i> | |
|----------------------------|----------------|
| <i>Informações</i> | <i>Valores</i> |
| Estatística X ² | 246,4674797 |
| Graus de Liberdade | 4 |
| P-Valor | 3,7541E-52 |

| <i>Resíduos Padronizados do Qui-Quadrado</i> | | |
|----------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| | <i>Condicao_V_A</i> | <i>Condicao_V_E</i> |
| Mais_aceitavel | 12,14215731 | -12,14215731 |
| Aceitavel | 4,753988889 | -4,753988889 |
| Pouco_Aceitavel | -2,800289737 | 2,800289737 |
| Menos_Aceitavel | -5,100231097 | 5,100231097 |
| Nao_Aceitavel | -11,56302203 | 11,56302203 |

Comparação entre as condições VA e VMoA

| <i>Tabela Cruzada</i> | | | |
|-----------------------|---------------------|------------------------|--------------|
| | <i>Condicao_V_A</i> | <i>Condicao_V_Mo_A</i> | <i>Total</i> |
| Mais_aceitavel | 125 | 20 | 145 |

| | | | |
|-----------------|-----|-----|-----|
| Aceitavel | 56 | 41 | 97 |
| Pouco_Aceitavel | 14 | 32 | 46 |
| Menos_Aceitavel | 7 | 30 | 37 |
| Nao_Aceitavel | 1 | 81 | 82 |
| Total | 203 | 204 | 407 |

| <i>Teste Qui-Quadrado</i> | |
|----------------------------|----------------|
| <i>Informações</i> | <i>Valores</i> |
| Estatística X ² | 177,7422424 |
| Graus de Liberdade | 4 |
| P-Valor | 2,2771E-37 |

| <i>Resíduos Padronizados do Qui-Quadrado</i> | | |
|----------------------------------------------|---------------------|------------------------|
| | <i>Condicao_V_A</i> | <i>Condicao_V_Mo_A</i> |
| Mais_aceitavel | 10,904964 | -10,904964 |
| Aceitavel | 1,772838417 | -1,772838417 |
| Pouco_Aceitavel | -2,800289737 | 2,800289737 |
| Menos_Aceitavel | -3,950068682 | 3,950068682 |
| Nao_Aceitavel | -9,861540828 | 9,861540828 |

Comparação entre as condições VME e VE

| <i>Tabela Cruzada</i> | | | |
|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------------|
| | <i>Condicao_V_M_E</i> | <i>Condicao_V_E</i> | <i>Total</i> |
| Mais_aceitavel | 129 | 10 | 139 |
| Aceitavel | 47 | 19 | 66 |
| Pouco_Aceitavel | 15 | 32 | 47 |
| Menos_Aceitavel | 7 | 40 | 47 |
| Nao_Aceitavel | 6 | 103 | 109 |
| Total | 204 | 204 | 408 |

| <i>Teste Qui-Quadrado</i> | |
|----------------------------|----------------|
| <i>Informações</i> | <i>Valores</i> |
| Estatística X ² | 229,3967356 |
| Graus de Liberdade | 4 |
| P-Valor | 1,78016E-48 |

Valores Padronizados do Qui-Quadrado

| | <i>Condicao_V_M_E</i> | <i>Condicao_V_E</i> |
|-----------------|-----------------------|---------------------|
| Mais_aceitavel | 50,93884892 | 50,93884892 |
| Aceitavel | 5,939393939 | 5,939393939 |
| Pouco_Aceitavel | 3,074468085 | 3,074468085 |
| Menos_Aceitavel | 11,58510638 | 11,58510638 |
| Nao_Aceitavel | 43,16055046 | 43,16055046 |

Comparação entre as condições VME e VMoA

| <i>Tabela Cruzada</i> | | | |
|-----------------------|-----------------------|------------------------|--------------|
| | <i>Condicao_V_M_E</i> | <i>Condicao_V_Mo_A</i> | <i>Total</i> |
| Mais_aceitavel | 129 | 20 | 149 |
| Aceitavel | 47 | 41 | 88 |
| Pouco_Aceitavel | 15 | 32 | 47 |
| Menos_Aceitavel | 7 | 30 | 37 |
| Nao_Aceitavel | 6 | 81 | 87 |
| Total | 204 | 204 | 408 |

| <i>Teste Qui-Quadrado</i> | |
|----------------------------|----------------|
| <i>Informações</i> | <i>Valores</i> |
| Estatística X ² | 165,2487518 |
| Graus de Liberdade | 4 |
| P-Valor | 1,09401E-34 |

| <i>Resíduos Padronizados do Qui-Quadrado</i> | | |
|----------------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| | <i>Condicao_V_M_E</i> | <i>Condicao_V_Mo_A</i> |
| Mais_aceitavel | 11,20762428 | -11,20762428 |
| Aceitavel | 0,72221251 | -0,72221251 |
| Pouco_Aceitavel | -2,636188572 | 2,636188572 |
| Menos_Aceitavel | -3,965245681 | 3,965245681 |
| Nao_Aceitavel | -9,065237829 | 9,065237829 |

Qualidade do Ajuste

| <i>Modelo</i> | <i>Teste de Razão de Verossimilhança (TRV)</i> | | | | |
|---------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------|
| | <i>Graus de Liberdade</i> | <i>Log da Verossimilhança</i> | <i>Graus de Liberdade</i> | <i>Estat. Qui-quadrado</i> | <i>P-Valor</i> |
| Tipo_de_Verbo ~ Respostas | 8514 | -2460,237 | | | |
| Tipo_de_Verbo ~1 | 8538 | -2770,967 | 24 | 621,4603 | 7,63E-116 |

| Qualidade do Ajuste | | |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------|
| McFadden pseudo-R² | Cox e Snell | Nagelkerke |
| 0,112137813 | 0,353653008 | 0,353653008 |

| Resumo descritivo | | | |
|-------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|--|
| Informação | Valor | Graus de Liberdade | |
| Escore da interação de Fisher | 6 | | |
| Resíduo Deviance | 4920,473 | 8514 | |
| Log da Verossimilhança | -2460,237 | 8514 | |
| Nível de Referência | Condição V.M.E | | |
| Função de Ligação | log(mu[,j]/mu[,4]), j=c(1:3,5:(M+1)) | | |
| Função de variância | mu[,j]*(1-mu[,j]); -mu[,j]*mu[,k] | | |

| Respostas | Condição V. MO. L. | Valores Preditos | | | | | |
|------------------|---------------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| | | Condição V.A | Condição V.E. | Condição V.M.E | Condição V.M.L | Condição V.M.P | Condição V.MO.A |
| Não Aceitável | 0,04 | 0,004444445 | 0,45777778 | 0,02666667 | 0,04444444 | 0,06666667 | 0,36 |
| Mais aceitável | 0,16091954 | 0,239463602 | 0,01915709 | 0,24712644 | 0,13409962 | 0,16091954 | 0,03831418 |
| Aceitável | 0,21179625 | 0,150134048 | 0,05093834 | 0,12600536 | 0,20911528 | 0,14209115 | 0,10991957 |
| Pouco Aceitável | 0,11764706 | 0,082352941 | 0,18823529 | 0,08823529 | 0,14705882 | 0,18823529 | 0,18823529 |
| Menos Aceitável | 0,07462687 | 0,052238806 | 0,29850746 | 0,05223881 | 0,14925373 | 0,14925373 | 0,2238806 |